

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**LUGAR DE MULHER É NA PESCA: O OLHAR DE
UMA MARISQUEIRA EM FAROL DE SÃO THOMÉ,
CAMPOS DOS GOYTACAZES, A PARTIR DO PEA
PESCARTE**

MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**LUGAR DE MULHER É NA PESCA: O OLHAR DE UMA
MARISQUEIRA EM FAROL DE SÃO THOMÉ, CAMPOS DOS
GOYTACAZES, A PARTIR DO PEA PESCARTE**

MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO

Sob a orientação da Professora Dra.

Ana Maria Dantas Soares

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B8621 BRITO, MÔNICA DO NASCIMENTO , 1983-
LUGAR DE MULHER É NA PESCA: O OLHAR DE UMA
MARISQUEIRA EM FAROL DE SÃO THOMÉ, CAMPOS DOS
GOYTACAZES, A PARTIR DO PEA PESCARTE / MÔNICA DO
NASCIMENTO BRITO. - Seropédica, 2019.
86 f.: il.

Orientadora: Ana Maria Dantas Soares.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2019.

1. Educação ambiental crítica. 2. Licenciamento
ambiental. 3. Pesca artesanal. I. Soares, Ana Maria
Dantas , 1949-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/11/2019

Ana Maria Dantas Soares, Dra. UFRRJ

Marilia Lopes de Campos, Dra. UFRRJ

Geraldo Marcio Timoteo, Dr. UENF

DEDICATÓRIA

*Aos meus avós maternos e paternos, que de muito longe vieram e tanto lutaram,
todos oriundos de estados nordestinos!*

*Aos meus pais, que assim como meus avós, são pessoas que me inspiram para
resistir, lutar e ocupar!*

*À minha irmã, que é minha referência desde a infância, uma mulher elegante,
inteligente e puro amor! Além do meu cunhado Fábio e meus lindos quatro
sobrinhos Arthur, Vinícius, Alice e Íris, meus amores incondicionais!*

*Às comunidades tradicionais, em especial à pesqueira, que resistem e lutam
pela manutenção de sua história, cultura e emancipação!!! Às mulheres
pescadoras, em especial à personagem-chave do presente trabalho, que me
ensinou e ensina tanto!*

*Ao Projeto de Educação Ambiental Pescarte pela oportunidade de adquirir
conhecimento e principalmente por me oportunizar tantas conquistas!!!*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação tem em suas páginas muita dedicação, empenho e junto com ela trago comigo muitos queridos e queridas!

Vou começar pelos meus avós, que passaram muita fome e trabalharam muito para conquistarem um lugar ao sol, aos meus pais, que a exemplo dos meus avós, lutaram muito nesta vida.

Minha mãe dona Célia Maria, grande feminista, sem saber que é, uma mulher que tem muita energia para viver, com quem aprendi a ser curiosa, ter empatia e perdoar. Ao meu pai, sujeito monossilábico, que carrega o grande orgulho de ser o primeiro de toda nossa família a ter casa própria e passado em um concurso público. Hoje, esse “touro” está debilitado e realiza um tratamento severo, mas espero que esteja neste plano, aqui na terra, quando fizer os agradecimentos do meu doutorado e das demais conquistas que terei. Pois, um dos sonhos dos meus pais é ver as filhas doutoras!

À minha irmã que me ensina a ser uma pessoa melhor com sua leveza e altruísmo. Verônica é uma daquelas pessoas que todo mundo quer perto, tem algo mágico nela, eu sempre digo para ela que quando eu “crescer” quero ser igual a ela. Com ela, aumentamos a família, veio o meu amigo e cunhado Fábio e meus sobrinhos Arthur, Vinícius, Alice e Íris. Amo vocês!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ pela oportunidade de estudar em uma universidade pública de qualidade. Aos professores, colegas de turma, técnicos e terceirizados. Felicidade a minha ter voltado a estudar na Rural. E como não falar da minha querida e maravilhosa orientadora que ajudou para este trabalho tomar forma e vida? Professora Ana Dantas tem um histórico de luta e força que sempre admirei a distância, uma mulher com a trajetória muito bonita de lutas e conquistas. Foi uma enorme felicidade minha aprender tanto, obrigada por oportunizar colocar no papel tantas leituras e conversas, ela me ensinou a separar o olhar da educadora socioambiental da Mônica acadêmica. Obrigada por compartilhar comigo sua elegância, conhecimentos e amor. Eu me senti acolhida!

Quero agradecer ao Projeto de Educação Ambiental Pescarte, executado pela UENF, universidade na qual graduei, em especial, ao coordenador técnico do projeto: professor Geraldo Márcio Timóteo. E é com imensa alegria que ele estará presente na defesa deste trabalho, assim como esteve presente na banca da minha monografia. É uma honra e muito significativo tê-lo neste momento. Com o professor, tive a oportunidade de ver além, aprender novos conhecimentos pela perspectiva do olhar técnico e humano. Aprendi a cada dia que o trabalho requer compromisso, respeito e diálogo. Eu sou um sujeito da ação educativa

juntamente com os pescadores, pois dentro do nosso trabalho somos todos, sem distinção, estimulados a buscar novos caminhos e, principalmente, estudar. Agradeço também a cada trabalhador do projeto com quem tive a honra de trabalhar. Nessa jornada, errei e aprendi, esta dissertação traz consigo um pouquinho de cada um, meu respeito e admiração pela construção coletiva. Não citarei nomes porque posso pecar e deixar alguém de fora.

Tive a oportunidade de conhecer minha grande referência bibliográfica, tão citada nesta dissertação, professor José Quintas. Com ele, além de aprender muito sobre a gestão ambiental pública e o licenciamento ambiental, aprendi sobre a importância da vida, como avançar na educação ambiental transformadora. Tenho a honra de chamá-lo de amigo. Muito obrigada, professor!

Quero agradecer à professora Tatiana Walter, uma mulher inteligente e que defende os pescadores artesanais e por eles luta em sua atuação como professora. Tatiana, juntamente com o professor Quintas, trouxe contribuições de suas experiências assim como um arcabouço teórico maravilhoso!

Quero agradecer aos meus amigos que sorriram e choraram junto comigo, cada um me acolheu do seu jeitinho, cada gesto foi muito significativo. Aos que me aguentaram, agora, na reta final e ao longo da construção deste mestrado: José Wallace, Flor, Letícia, Ludmila, Viviane, Thalita, Dani, Denise, Jhammirys, Thaís, Ademir, Naête, Klênio, Mariana, Rafelzinho e aos que foram meus companheiros de vida com quem aprendi e que muito contribuíram neste processo: Diogo, Lucas e Igor. Pessoal, desculpem-me pelos áudios longos. Sem me esquecer da Mona, mais que uma amiga, uma mãe que Campos me deu, sem ela, talvez, não tivesse suportado tantas coisas, meu muito obrigada, te amo. À Carmem e à sua família, que me abrigaram em vários momentos felizes e outros tensos, Carmem uma amiga e mãe que a vida me presenteou, amo você e sua família. Minha grande amiga Vanessa que me apresentou o programa do PPGEA e quase me bateu quando pensei em desistir, amiga consegui. Ao Rafaelzinho e à Priscilla Lucas que participaram com muito carinho da elaboração e edição das entrevistas. Muito obrigada, meus queridos.

Por último, mas não menos importante, à personagem-chave, que conheço, aproximadamente, há quatro anos, que me oportunizou ouvir sua história de vida e que a compartilhou comigo, com o coração aberto. Foram dias de trocas muito importantes. A história dela é uma fotografia da realidade dos pescadores artesanais neste Brasil, a história de desigualdades e lutas pelos seus territórios pesqueiros é uma resistência e uma força! Viva as comunidades tradicionais, em especial, as comunidades pesqueiras artesanais!

BIOGRAFIA

Paulo Freire diz que o nosso conhecimento é inacabado, no sentido de que é um processo que se desenvolve continuamente, incorporando novos elementos e jamais deixando de questionar, sobretudo, a si mesmo. Dessa forma, acredito que a pessoa que sou hoje é resultado de escolhas, conflitos, momentos e das interações que temos com pessoas que possuem histórias diferentes. Além dos conhecimentos que adquirimos durante a vida. Acredito que o ponto de partida da minha trajetória foi a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quando ingressei no curso Técnico em Agropecuária no Colégio Técnico (CTUR) da referida universidade. Conheci o Colégio e a Universidade aos meus quatorze anos e descobri um ambiente de estudos e vivências muito descolados da minha realidade, nessa época morava em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, um bairro periférico, que não tem o perfil rural como Seropédica. O deslocamento diário foi meu primeiro entrave (Seropédica é outra cidade), as aulas integrais, aulas práticas de campo, a vivência da marmitta e da fila do bandeirão, fui bolsista, frequentei os movimentos estudantis e sociais da universidade. Enfim, o motivo de citar o Colégio Técnico se faz porque dos meus quatorze aos dezessete anos adquiri muitos conhecimentos tão nova. Um ambiente diferente de qualquer outro que vivi, meus colegas de turma eram mais velhos, eu, adolescente, aprendi a me “virar” de várias formas e acredito que dessa vivência comecei a adquirir resiliência para enfrentar obstáculos.

Em 2001, passei no vestibular para o curso de Agronomia na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), vim para uma cidade do interior do estado, acho que tenho afinidade com locais assim, para cursar o tão sonhado nível superior, numa das melhores universidades do Brasil, que possuía a posição de segundo melhor curso de Agronomia do país, na época. Pois bem, o ambiente era outro, a metodologia das aulas eram outras, a abordagem era outra. Durante minha permanência como aluna, busquei caminhos para me “encontrar” num curso tão técnico e teórico. Particpei do Centro Acadêmico do curso (fiz parte da implantação da Semana Acadêmica da Agronomia, vigente até hoje), realizei e organizei encontros com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), fui bolsista de extensão trabalhando no Laboratório de Economia e Política Agrícola, publiquei, participei de congressos e ganhei menção honrosa pelos estudos.

Quando faltavam, aproximadamente, dois anos para concluir, a situação financeira em que me encontrava não me deixou continuar. A universidade não dispunha na época de alojamento e bandeirão. Atualmente, a universidade tem bandeirão, uma luta antiga dos estudantes.

Mesmo sendo bolsista, não consegui me manter no curso, que é integral, tive que trancar e me lançar para o mercado de trabalho informal. Com isso, vem uma experiência que não está descrita no Lattes, e sim no currículo da vida, trabalhei como babá, faxineira, no comércio, em bares, etc. Mas o trabalho dessa natureza é muito intenso e voltar à universidade havia se tornado um sonho que a cada dia ficava mais distante, pois, com o que recebia, mal conseguia me sustentar. Por isso, minha afinidade nos estudos das políticas públicas, pois se a UENF contasse com bandeirão, alojamento ou algum atendimento para o estudante de fora e sem recursos, talvez tivesse terminado meu curso de Agronomia. De qualquer forma, fiquei “afastada” da universidade por alguns anos, mas nunca deixei de vivê-la, sempre participava de debates, cursos, formações, e me mantive perto dos alunos e professores, que sempre cobravam meu retorno.

Em 2011, regressei à universidade no curso de Licenciatura em Pedagogia, através do processo seletivo de políticas afirmativas de cotas raciais e socioeconômico. O curso sempre me interessou, e, por ser noturno, pude conciliar com trabalho na parte diurna.

Dessa forma, fiz o referido curso, com muita dificuldade para administrar as demandas do cotidiano, mas a cada dia entendia porque o mundo dá voltas, realmente estava no curso com que tinha afinidade e que dialogava com meus anseios. Durante o curso, fui bolsista do Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em que trabalhei com atividades lúdicas com crianças e Jovens e Adultos (EJA) em escolas da rede pública em Campos e em outras comunidades agrícolas no interior do norte e noroeste fluminense. Ainda mantinha os “bicos” e um trabalho no comércio. Conciliar todas essas ações foi muito doloroso, mas “sonhos não envelhecem”.

Em 2014, ingressei no projeto da Educação Ambiental Crítica, atendi a uma condicionante de licença da empresa Petrobras. Projeto este intitulado Pescarte, que é uma ação de mitigação obrigatória, e está inserida na linha de ação A, concebida como Organização Comunitária para Participação na Gestão Ambiental Pública no Âmbito do Licenciamento Ambiental da Nota Técnica exigida pelo IBAMA, implantada e desenvolvida pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), na Bacia de Campos. É dirigido aos Pescadores e Pescadoras Artesanais e seus familiares, tendo como principal objetivo promover o fortalecimento da organização social deste público, por meio do desenvolvimento de ações de Geração de Trabalho e Renda (GTR), abarcando sete municípios da Bacia de Campos. São eles: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

O projeto é tão vivo e presente nas comunidades de pesca, que proporciona construções

de relações intensas, possibilitando assim uma aprendizagem horizontalizada tanto para os pescadores quanto para a equipe técnica executora, permitindo adentrar, paulatinamente, ao universo das comunidades pesqueiras, conhecendo e reconhecendo saberes únicos.

Elaborei minha monografia com base no projeto intitulado “Educando para o meio ambiente: um relato das práticas pedagógicas do projeto Pescarte “Pescartinho””, no qual tive a permissão de desenvolver um trabalho com os filhos e as filhas dos pescadores. Após um mês da conclusão do curso, fui promovida à coordenadora municipal do projeto em São João da Barra, findando minhas ações no término do projeto em agosto de 2016. Nesse mesmo ano, comecei a atuar como professora do CEDERJ, no curso de Licenciatura em Pedagogia, tal ocupação que exerço até hoje. Dou aula para quatro Polos no interior do estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Itaperuna e Bom Jesus de Itabapoana, em duas Disciplinas de Práticas Educativas, uma com ementa de Educação Ambiental com ênfase em Educação Ambiental Crítica para o quarto período e a outra de Indicadores Sociais para o oitavo período de Pedagogia.

Com o retorno do projeto em 2017, depois de algum tempo, para minha grande felicidade, fui convidada para o cargo de Supervisora Regional de Campo. Etapa essa de muito aprendizado e experiências. Com a finalização do projeto em 2019, continuei/continuo promovendo ações nas comunidades pesqueiras dos sete municípios, com o grupo da pesca como voluntária. Gosto de dizer que atuar nesse projeto foi um divisor de águas em minha vida, foi uma experiência forte e significativa, devido ao aprendizado com os pescadores, com a equipe técnica, com a pesquisa, com o órgão licenciador e com a empresa poluidora. O fator de que mais tenho orgulho é que a universidade (UENF) executa esta ação, com o nosso coordenador técnico, gerenciando com muita força todo esse momento! Cresci e cresço como mulher negra, trabalhadora, acadêmica, que pode ser agente transformadora da própria história e de lutas coletivas, pensando em ocupar espaços que pouco foram ofertados para nós, como se não devêssemos estar ali. Sim, ocupar a universidades é um ato de resistência!

Nesse período, realizei o processo seletivo da UFRRJ para o Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, em Demanda Social. Um programa interdisciplinar e baseado na Pedagogia da Alternância, com alunos de vários locais do Brasil, o que acrescentou muito na minha desenvoltura no curso. Durante os dois anos de vivência, que foram oportunizados e estimulados também pelo projeto, na figura do meu coordenador Técnico Geraldo Márcio Timóteo, tive a oportunidade de estudar minha inserção no campo com outros olhares, além de aprofundar meus conhecimentos acadêmicos com os professores da instituição. Em especial minha querida orientadora Ana Maria Dantas, um exemplo de vida para mim.

É a segunda vez que construo uma biografia. A primeira vez foi para ingressar no processo de seleção desse mestrado que findo. Eu me deparei com a recapitulação de alguns contornos da minha história, a Mônica do currículo Lattes, Vitae, e, principalmente, da vida que está em construção. Descrevo parte da minha trajetória, pois ela faz entender porque estou vivenciando esta etapa e aonde anseio ir. Acredito que meu contexto de vida, trabalho e academia dialogaram com o curso de pós-graduação e que a parceria com o projeto de educação ambiental Pescarte, da UENF, aproxime-se cada vez mais da UFRRJ, contribuindo para que este e os demais trabalhos frutifiquem. Que a práxis possa, através das universidades (Ensino-Pesquisa-Extensão), trazer contribuições para os grupos tradicionais, em especial da pesca, que pretendo continuar estudando. E rumo ao doutorado!

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.”

Paulo Freire

RESUMO

BRITO, Mônica do Nascimento. **Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte.** 86f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

Este estudo buscou compreender acerca da manutenção e ocupação das arenas de poder, que estão imbricadas na Gestão Ambiental Pública (GAP), tendo como princípio a Educação Ambiental Crítica, como instrumento do Licenciamento Ambiental Federal de petróleo e gás (P&G), que atende às comunidades de pesca tradicionais em condição de vulnerabilidade socioambiental. O objetivo geral da pesquisa foi a análise das transformações sociais ocorridas na vida de uma marisqueira, que participa, ativamente, das ações do Projeto de Educação Ambiental Pescarte, moradora da Vila dos Pescadores, comunidade pesqueira localizada em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes (RJ). O estudo buscou investigar a trajetória de vida dessa marisqueira, a fim de buscar elementos que dialoguem com sua atuação no PEA Pescarte; compreender como a prática pedagógica do PEA Pescarte agregou novas ‘visões de mundo’ na vida da marisqueira; e ratificar a importância da participação dos sujeitos da ação educativa na transformação social dos/das pescadores/as na localidade investigada. No sentido de atender aos objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem qualitativa e, dentre os procedimentos técnicos, destacaram-se a história de vida junto a uma pescadora e a observação participante de sua atuação nas ações pedagógicas desenvolvidas pelo PEA Pescarte. Os resultados apontam para uma transformação na vida da personagem-chave. A partir de sua trajetória de vida, observa-se, gradativamente, o aumento de sua participação e o engajamento na luta pela garantia dos direitos sociais para sua comunidade. A pesquisa revelou que, embora ocorra um processo de invisibilização das mulheres nos territórios da pesca, a personagem investigada tem assumido papel de destaque evidenciando-a como liderança local. De maneira geral, o estudo ressalta que a utilização de processos de educação ambiental de viés crítico foi importante para que essa mulher ocupasse um espaço social e político na pesca, que, historicamente, é dominado por homens ligados à captura do pescado.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica; Licenciamento ambiental; Pesca artesanal.

ABSTRACT

BRITO, Mônica do Nascimento. **Woman's place is in fishing: the look of a seafood restaurant is Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, from PEA Pescarte**. 86p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Dean of Research and Graduate Studies, Rural Federal University of Rio de Janeiro. Seropédica, RJ. 2019.

This study search to understand about the occupation of the public decision spaces and the maintenance of these participations, which are closely linked in Public Environmental Management, based on the Critical Environmental Education, as an instrument of the *Federal oil and gas Environmental Licensing*, which attend the traditional fishing communities found in social and environmental vulnerability. The general objective of the research was the analysis of the social transformations occurred in one fisherwoman life, which has assiduous participation in the Pescarte Environmental Education Project actions, who lives in Vila dos Pescadores, a fishing community located in Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes city, Rio de Janeiro. The study intend to investigate the life trajectory of this fisherwoman in order to search elements that coherent with its performance in Pescarte Environmental Education Project; understand how the Pescarte pedagogical practice has added new 'worldviews' in the target public life; ratify target public importance in the social transformation made possible by the Pescarte in the locality investigated. In order to correspond the proposed objectives, a qualitative approach was used and, among the technical procedures, the fisherwoman life story and a participant observation about her performance in the pedagogical actions developed by Pescarte Project were highlighted. The results point to a life transformation in character investigated. From her life trajectory, it is possible to consider the gradual participation increases and the engagement to struggle the guarantee and maintenance of social rights for the traditional community. The research revealed that although there is a process that corroborates to the fisherwoman invisibility in the fishing territories, the investigated character has assumed a prominent role highlighting her as local leadership. Overall, the study elucidate that the environmental critical education processes was important for this woman to occupy a social and political space in fishing, which, historically, is dominated by men linked to fish catch.

Keywords: Critical environmental education; Environmental licensing; Artisanal fishing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ilustra os empreendimentos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.....	8
Quadro 2 - Descreve as atividades da mulher em relação às tarefas domésticas e sua participação nas tomadas de decisão em aspectos ligados ao cotidiano do grupo familiar.....	27
Quadro 3 - Ilustra a quantidade de votos e votantes por município na área de abrangência do PEA Pescarte.	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustra as fases do PEA Pescarte.	9
Figura 2 - Ilustra a Eleição do Grupo Gestor de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.	11
Figura 3 - Fluxograma das ações do PEA Pescarte em Cabo Frio durante a 2ª Fase as setas representam os desdobramentos das ações e intencionalidade pedagógica.	12
Figura 4 - Ilustra o Quadro das ações do PEA Pescarte da 1ª e 2ª Fases.....	13
Figura 5 - Escada representando os níveis e tipos de participação das pessoas nos processos de tomada de decisão.....	15
Figura 6 - Ilustra a organização da equipe do PEA Pescarte.....	17
Figura 7 - Ilustra a Equipe Técnica do PEA Pescarte após o IV Encontro Regional.	17
Figura 8 - A imagem ilustra o encerramento do IV Encontro Regional. Equipe e os representantes da pesca dos sete municípios.	18
Figura 9 - Esquema teórico-metodológico de um programa de educação ambiental.....	21
Figura 10 - Ilustra o curso de Cooperar para Bem Viver em São Francisco de Itabapoana....	25
Figura 11 - Ilustra o Curso de Letramento Digital realizado em Campos dos Goytacazes....	25
Figura 12 - A imagem ilustra o mapa de Campos com enfoque em foto da Vila dos Pescadores, localizada em Farol de São Thomé – Campos dos Goytacazes.	32
Figura 13 - Mapa do Rio de Janeiro com destaque para os sete municípios contemplada pelo PEA Pescarte durante a 2ª Fase.	34
Figura 14 - Ilustra as questões abordadas na entrevista.	36
Figura 15 - Ilustra o gráfico de contribuição do trabalho feminino para a renda familiar.	40
Figura 16 - Oficina com crianças e educadores socioambientais durante atividade do Pescarte em Quissamã.	488
Figura 17 - Oficina com crianças e educadores socioambientais durante atividade do Pescarte em Coroa Grande - Campos dos Goytacazes.	49
Figura 18 - Ilustra a quantidade de componentes do GAO divididos por gênero.	50
Figura 19 - Ilustram os dados referentes aos votantes e à quantidade de votos nos municípios abrangidos pelo PEA Pescarte.	51
Figura 20 - A imagem ilustra a quantidade de votos por candidato ao GAO de Campos dos Goytacazes.....	52

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ARR	Arraial do Cabo;
BC	Bacia de Campos;
CF	Cabo Frio;
CGMAC	Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros;
CGO	Campos dos Goytacazes;
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente;
COPROP	Coordenação de Produção;
DP	Diagnóstico Participativo;
E&P	Exploração e Produção;
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente;
GAO	Grupo de Acompanhamento de Obras;
GAP	Gestão Ambiental Pública;
GTR	Geração de Trabalho e Renda;
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas;
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social;
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
MAC	Macaé;
MEC	Ministério da Educação;
P&G	Petróleo e Gás;
PEA	Projeto de Educação Ambiental;
QA	Questão Ambiental;
QUI	Quissamã;
SAE	Sujeitos da Ação Educativa;
SFI	São Francisco do Itabapoana;
SJB	São João da Barra;
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza;
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta;
UC	Unidade de Conservação;
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro;
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1	A Educação Ambiental Crítica e o Licenciamento Ambiental: limites e possibilidades	4
2.2	A pesca artesanal como objeto de intervenção dos PEA's.....	18
2.3	Mulheres na Pesca: resistência e identidades	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
3.1	O Local	32
3.2	Os procedimentos técnicos	34
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	555
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	588
7	ANEXOS	63
	Anexo A - Capítulo 2 do livro “Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia”.	64
	Anexo B - Capítulo 5 do livro “Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia”.	79
	Anexo C - Capítulo 7 do livro “Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia”.	81
	Anexo D - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido da participação da pessoa como sujeito da pesquisa	83
	Anexo E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a utilização da entrevista concedida em 2017 a pesquisadora Rafaella Theis, que gerou a produção da dissertação intitulada “Marisqueiras” da Bacia de Campos – Relações de Gênero e o Trabalho da Mulher na Pesca Artesanal no Rio de Janeiro	85

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de algumas inquietações pessoais e profissionais. A função de educadora socioambiental possibilitou uma proximidade constante com a classe pesqueira, em especial com as mulheres que trabalham na cadeia da pesca, daí as inquietações da autora. A história de luta, resistência, os anseios por ter voz, a possibilidade de oportunidade e participação me instigaram como mulher e trabalhadora a analisar como o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte¹ atua na emancipação das mulheres pescadoras que trabalham em uma profissão dominadas por homens, pensando em como as políticas públicas podem alterar e/ou contribuir para o processo de aprendizagem e reconhecimento. Diante disso, a primeira delas é a preocupação em contribuir com o resgate da cidadania dos pescadores artesanais, que, historicamente, são marginalizados pelas políticas públicas. Essa questão ficou mais evidente, pois, para além de educadora socioambiental do PEA Pescarte, a pesquisadora observou uma mudança de postura no processo participativo de alguns sujeitos da ação educativa (SAE), em especial no que se refere aos seus posicionamentos em seus territórios e nos espaços de tomada de decisão. Posto que, no início das intervenções do PEA Pescarte, era perceptível a baixa e/ou ausência de participação desses sujeitos.

A segunda é a identificação com a personagem-chave dessa pesquisa. Por ser mulher, percebo os entraves que passamos para a conquista de espaços e autonomia. Por isso, optou-se por objetivar uma mulher pescadora, que luta todos os dias por sua sobrevivência em um cenário de negação de direitos, como revela a história do país em relação aos pescadores, e que tem se sobressaído em uma atividade geradora de renda, potencialmente, dominada por homens.

Outra preocupação (terceira) que apresento é o cenário político brasileiro que nos últimos dois anos tem sido marcado por retrocessos nas políticas sociais e avanço das incursões contra os recursos naturais. Tudo isso, comprometendo os ecossistemas aquáticos, o modo de vida e de reprodução social das populações tradicionais. O avanço das práticas neoliberais de fomento à homogeneização cultural compromete, severamente, a perpetuação dos saberes tradicionais².

A quarta inquietação diz respeito às condições de vida dos pescadores e de suas famílias, que vivem e reproduzem seu modo de vida em Farol de São Tomé, comunidade pesqueira tradicional³ localizada em Campos dos Goytacazes no estado do Rio de Janeiro. E, por fim, o estudo reforça minhas preocupações com a sustentabilidade socioambiental no que tange à pesca.

¹A realização do PEA Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

²Segundo, Lima (2016, p. 1) saberes tradicionais “são as práticas, as crenças, os costumes, os conhecimentos empíricos e outros traços culturais, que são passados de geração para geração. Esses saberes se transformam em capital territorial quando caminham no sentido do desenvolvimento dos territórios. Entende-se por capital territorial o somatório dos seguintes capitais: capital produtivo (recursos financeiros, maquinários e implementos, insumos etc.); capital natural (patrimônio natural); capital humano e intelectual (saberes popular e acadêmico, saber-fazer etc.); capital institucional, capital social (valores compartilhados) e capital cultural (patrimônio cultural). (DALLABRIDA, 2013, p. 209).

³Para a pesquisa em questão, entende-se por comunidade pesqueira tradicional “os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que se identificam e se aceitam na ocupação e usos de territórios e seus recursos naturais, sejam ou não territórios para moradia, demarcados pelo ambiente aquático, tendo nas águas suas marcas, símbolos e práticas que demarcam as condições para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (TIMOTEO, 2019, p. 19).

Dessa forma, a função de educadora socioambiental possibilitou uma proximidade constante com a classe pesqueira, em especial com as mulheres que trabalham na cadeia da pesca, daí as inquietações da autora. A pesquisa se justificou em alguns aspectos: (1) na manutenção e na ocupação das arenas de poder, que estão imbricadas na Gestão Ambiental Pública (GAP), no que se refere, especificamente, ao licenciamento ambiental de petróleo e gás (P&G), que atende às comunidades em condição de vulnerabilidade socioambiental, comunidades tradicionais. (2) Fomentar uma organização comunitária por meio de um projeto com base na Economia Solidária para a Geração de Trabalho e Renda (GTR). Além disso, a divulgação das ações realizadas pelo PEA Pescarte é fundamental para que outras iniciativas, que apresentem o mesmo escopo, tenham um banco de dados referenciado, posto que a proposta de GTR na mitigação é pioneira no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás. (3) Evidenciar as impressões de uma personagem-chave, envolvida nas ações do PEA Pescarte. (4) No atendimento aos princípios propostos pela Agenda 2030⁴ e aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Tal documento compõe um conjunto de 17 objetivos que juntos visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade entre as pessoas. (PLATAFORMA AGENDA, 2030, s.a).

As proposições dessa pesquisa dialogam com cinco objetivos do desenvolvimento sustentável, a saber: fome zero e agricultura sustentável; igualdade de gênero; redução das desigualdades; consumo e produção responsáveis; e vida na água.

Além desse preâmbulo e das considerações finais, o texto possui uma seção dedicada ao referencial teórico. Esse, por conseguinte, está dividido nas seguintes partes: “A Educação Ambiental Crítica e o Licenciamento Ambiental: limites e possibilidades”; “A pesca artesanal como objeto de intervenção dos PEAs”; e “Mulheres na Pesca: resistência e identidades”. O aprofundamento dessas questões foi importante para arcahouçar teoricamente a análise dos dados.

Na primeira, foi planejado discutir os propósitos da educação ambiental crítica no licenciamento, utilizando como suporte os marcos legais, as discussões teóricas construídas a partir de estudos acadêmicos e a experiência profissional da autora.

A segunda seção ocupou-se de compreender alguns questionamentos, tais como: O que é pesca artesanal? Qual a inter-relação entre a pesca artesanal e os PEAs? Quais são os fatores históricos, culturais, sociais e ambientais que fragilizam e são fragilizados pela atividade pesqueira? Ainda nesse item, discutiram-se as particularidades do município de Campos dos Goytacazes, que envolvem a atividade pesqueira, a começar pelas nomenclaturas/tipificações envolvidas nesta atividade.

A terceira e última seção se destinou a discutir o papel da mulher na atividade pesqueira. Esta parte do texto subsidiará a compreensão das falas da personagem-chave dessa pesquisa. A referida parte do texto é importante para o entendimento das relações de poder envolvidas nessa atividade e de como as mulheres criam mecanismos de resistência, afirmando seu protagonismo e identidade, em um ambiente dominado pelo machismo.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as transformações sociais ocorridas na vida de uma marisqueira⁵, que participa, ativamente, nas ações do Projeto de Educação Ambiental Pescarte,

⁴A Agenda 2030 consiste num plano de ação, organizado em 2015, por líderes mundiais, com o objetivo de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir qualidade de vida às pessoas, cujo documento ficou conhecido como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela decorre das 8 Metas do Milênio (ODMs), firmadas por 191 países, em 2000, em um evento promovido pela ONU e que deveriam estar comprometidas até 2015.

⁵A nomenclatura marisqueira é particularmente, utilizada pelos pescadores de Farol de São Thomé, e se refere às mulheres que trabalham no beneficiamento de pescado. “Esta identidade se estabelece a partir de termos normativos e reitera a divisão de gênero no trabalho da cadeia produtiva da pesca artesanal do lugar. Enquanto norma, a categoria de pescador nomeia a figura masculina e a da marisqueira a feminina.” (COSTA e SILVA, 2019)

moradora da Vila dos Pescadores, comunidade pesqueira localizada em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes (RJ). E, os objetivos específicos foram: (1) investigar a trajetória de vida desta marisqueira, a fim de buscar elementos que dialoguem com sua atuação no PEA Pescarte; (2) compreender como a prática pedagógica do PEA Pescarte agregou novas 'visões de mundo' na vida da marisqueira; (3) entender a importância da participação dos sujeitos da ação educativa na transformação social dos/das pescadores/as na localidade investigada. No sentido de atender aos objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem qualitativa e, dentre os procedimentos técnicos, destacam-se a história de vida e a observação participante, junto a uma pescadora. Ela integra as ações educativas propostas pelo do PEA Pescarte. É importante salientar que, mais adiante, a metodologia será detalhada.

Na construção do referencial, foi utilizada a literatura disponibilizada pelo PEA Pescarte, além dos demais acervos científicos e documentais sobre suas ações. No entanto, outros autores compuseram as leituras, tais como: Quintas, Gohn, Santos e Timóteo.

Nos resultados e discussões, utilizaram-se fragmentos das falas da personagem-chave para complementar o texto e, em certa medida, justificar os conceitos e categorias levantados na revisão de literatura. A fim de melhor compreender os caminhos trilhados por ela e que justifiquem as transformações ocorridas no seu modo de agir e pensar, foi realizada uma comparação com uma entrevista concedida em 2017, que compôs uma pesquisa de mestrado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação Ambiental Crítica e o Licenciamento Ambiental: limites e possibilidades

O aumento desenfreado do consumo é fruto de sociedades hedonistas, que associam prazer e felicidade à aquisição de bens e serviços. Esse modo de vida global tem promovido efeitos deletérios ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas. Tal situação tem fragilizado ecossistemas aquáticos e terrestres, comprometendo a Segurança e Soberania Alimentares no Brasil e no mundo.

No Brasil, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que todos os brasileiros “têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Assim, tanto o poder público quanto a sociedade civil têm obrigação de preservar/conservar o ambiente para que todos possam usufruir.

Embora a legislação brasileira seja robusta no que se refere aos aspectos ambientais, nos últimos anos, a partir do esforço de atrair investidores, o país tem se afastado dos padrões internacionais. Segundo Raiser, diretor do Banco Mundial, a aprovação de propostas que flexibilizem o licenciamento ambiental distancia o Brasil das boas avaliações internacionais de impactos ambientais e responsabilidade socioambiental, colocando em risco a solidez do patrimônio legislativo. (ONU BRASIL, 2017).

Marques (2019) chama a atenção para a distinção entre licenciamento ambiental e controle ambiental, a fim de situar a responsabilidade do governo em relação à manutenção do patrimônio socioambiental brasileiro. O autor explica:

São alvo do controle ambiental da Administração Pública todas “as atividades capazes de alterar negativamente as condições ambientais”. Assim, fica evidente desde já que o controle ambiental é um poder-dever do Estado pelo qual faz-se uma exigência de que as atividades humanas sejam conduzidas em concordância com legislação ambiental vigente. O licenciamento ambiental não é naturalmente um poder-dever do Estado, mas um mecanismo de controle ambiental, isto é, uma modalidade de exercício do controle ambiental direcionada especificamente “para atividades que, devido às suas dimensões, sejam potencialmente capazes de causar degradação ambiental”. Ou seja, é possível dizer que o licenciamento ambiental é uma expressão ou manifestação do controle ambiental sobre as atividades humanas passíveis de produzir impactos negativos sobre o meio ambiente. (MARQUES, 2019, p. 36-37).

O autor supracitado alerta que a flexibilização do licenciamento ambiental fere os artigos 170 e 225 da Constituição Federal de 1988 e, ainda, viola “a garantia constitucional da proibição do retrocesso socioambiental que tem base nos princípios da segurança jurídica e da confiança” (Ibidem).

No sentido de mitigar os efeitos catastróficos, característicos do modo de vida e (re)produção social humano, a Educação Ambiental emerge como uma alternativa viável. Segundo Hammes (2002), a Educação Ambiental tem como missão:

A formação de sociedade sustentável – modelo de desenvolvimento que pretende garantir às gerações futuras pelo menos as mesmas oportunidades da atualidade, e não

fundamentado principalmente nas relações econômicas como modelo vigente. Somente com a adoção de uma política que compatibilize ‘desenvolvimento’ – ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e conforme Valois (2002), politicamente legal e transparente -, com a conservação dos ‘recursos naturais’ e com a ‘produção de alimentos’ saudável e acessível a toda a população é que desenvolvimento pode ser considerado sustentável. (HAMMES, 2002, p. 148)

O conceito de Educação Ambiental sofreu muitas transformações ao longo do tempo. Da mesma maneira que os interesses e os objetivos da educação mudaram de acordo com a organização da sociedade, também a compreensão sobre o conceito de meio ambiente sofreu mudanças.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999), entende-se por Educação Ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (ARTIGO 1º)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental estabelecem:

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (ARTIGO 2º).

No canal do Ministério da Educação, que apresentava, em 2008, o programa Salto para o Futuro, o pesquisador Quintas, define os propósitos da Educação Ambiental:

A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (SALTO PARA O FUTURO, 2008).

No que se relaciona aos acordos internacionais, o Brasil é signatário da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi⁶. O encontro foi o responsável pela formulação dos objetivos, definições, princípios e estratégias para a Educação Ambiental em nível mundial. (MEC, 2002). No entanto, foi a partir do Relatório Brundtland, divulgado em 1987, que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável foram efervescidas no cenário internacional. O referido documento alerta para a necessidade de mudança no comportamento socioambiental para garantir recursos para as gerações futuras.

No campo das políticas públicas, o ambientalismo é fortalecido a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92 (MACHADO et al., 2008). Na ocasião, a sociedade civil mundial elaborou o documento intitulado Tratado de Educação

⁶A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, ocorrida em 1977, foi uma parceria entre a UNESCO e a ONU para discutir os objetivos e princípios da Educação Ambiental mundialmente.

Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Este documento, além de firmar com forte ênfase o caráter crítico e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como um instrumento de transformação social, política, ideologicamente comprometido com a mudança social (o que já aparecia timidamente em Tbilisi), desponta também como elemento que ganha destaque em função da alteração de foco do ideário desenvolvimentista para a noção de sociedades sustentáveis construídas a partir de princípios democráticos, em propostas participativas de gestão ambiental e de responsabilidade global. (MEC, 2002, p. 4).

Para o cenário que está posto no campo da gestão dos recursos ambientais no Brasil, a Educação Ambiental Crítica é urgente. É preciso que educadores socioambientais, ambientalistas e demais sujeitos e organizações que se preocupem com a saúde do planeta, ocupem todos os espaços de debate. É fundamental nesse contexto que tal educação possa atuar na transformação dos valores que são postos para atendimento da agenda liberal, que “contribuem para o uso degradante dos bens comuns da humanidade” (BRASIL, 2007).

A Educação Ambiental Crítica evidencia “os vínculos existentes entre uma teoria crítica e a Educação Ambiental” (LAYRARGUES, 2004, p. 8). Ela carrega uma série de significados, que precisam ser discutidos cotidianamente, no sentido de mitigar os efeitos nocivos da degradação socioambiental na vida das pessoas e dos territórios que elas ocupam. Outra questão que merece destaque é a ressignificação identitária da Educação Ambiental, a fim de contemplar os múltiplos posicionamentos político-pedagógicos das diferentes nomenclaturas “Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental. O que querem dizer essas novas denominações?” (Ibidem). Embora, esse estudo esteja alinhado com os discursos e práticas da Educação Ambiental Crítica, é importante definir as outras vertentes, por dois motivos. O primeiro para demonstrar, que mesmo com nomenclaturas diferenciadas, as vertentes se aproximam em seus objetivos em promover a sustentabilidade socioambiental, e o segundo para o enriquecimento do arcabouço teórico da dissertação. É importante salientar que, independentemente, das definições descritas, a busca é pelo desenvolvimento territorial a partir de um olhar sustentável e que subsidie o protagonismo dos atores sociais.

Carvalho (2004) explica que a Educação Ambiental Crítica é uma nova forma de preocupação e relacionamento com a natureza e com o outro, através de uma mudança de atitudes e valores, contribuindo para o que ela domina de um sujeito ecológico.

É um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (CARVALHO, 2004, 18-19).

Enquanto prática social crítica, tal educação está inserida em campos com diferentes concepções de valores éticos e morais, estilos de vida e racionalidades. Diante disso, a Educação Ambiental Crítica não se constrói somente no espaço da formalidade, pelo contrário, em muitos casos sua capilaridade se constrói e se solidifica nos espaços/tempos da educação informal, como é o caso das ações propostas pelo PEA Pescarte. É fundamental que esse tipo de educação esteja assentado nas dinâmicas territoriais, pois são nos territórios que as lutas de poder para a demarcação identitária e político-ideológica poderiam ser responsáveis por práticas sustentáveis, relações mais solidárias e harmônicas entre os atores sociais e o ambiente.

No que se refere à Educação Ambiental centrada na perspectiva da Alfabetização Ecológica, Munhoz (2004, p. 145) a descreve como “o desenvolvimento da habilidade de perceber as conexões existentes entre o ambiente interno e o ambiente externo, para que a seguir seja possível agir no mundo a partir dessas conexões”. Para o autor, a ecologia integral é responsável pela construção da ligação entre sentimentos e pensamentos transformadores da realidade.

Em relação à vertente da Ecopedagogia, ela analisa a Educação Ambiental como uma mudança de comportamento/mentalidade capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente. Ela baseia seu constructo teórico nos estudos de Paulo Freire e Moacir Gadotti e busca contribuir para a superação do modelo neoliberal e suas relações desiguais, conforme aponta Avanzi (2004, p. 38):

A Ecopedagogia tece críticas à hegemonia neoliberal que assume as relações na sociedade contemporânea, marcada pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, impelida por teorias do livre comércio, cujos efeitos são o desemprego, o aprofundamento das diferenças entre pobres e ricos, a perda de poder e autonomia de muitos Estados e nações, o distanciamento dos sujeitos do processo de tomada de decisão. (AVANZI, 2004, p. 38).

No âmbito da Gestão Ambiental, Quintas (2004) propõe que a Educação Ambiental deve ser transformadora e emancipatória. O autor ainda propõe que os profissionais envolvidos nesse processo apresentem determinadas habilidades, “que dominem conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos sociais diferenciados” (p. 115). Entende-se por Educação no Processo de Gestão Ambiental aquela cujo processo de ensino-aprendizagem é construído com os atores locais, “para que haja de fato controle social sobre decisões, que, via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações” (p. 115).

Em relação à instância pública, Quintas intitula a Gestão Ambiental Pública (GAP) como uma mediação de interesses e conflitos, “entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o *direito* ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal” (QUINTAS, 2004, p. 118).

Dito isso, urgem, nesse ponto algumas perguntas norteadoras. São elas: como a Educação Ambiental Crítica se insere no Licenciamento Ambiental? Qual a sua importância nos processos de tomada de decisão e protagonismo dos atores sociais que vivem e (re)produzem nos territórios pesqueiros da região norte do estado do Rio de Janeiro? Antes de qualquer aprofundamento, é necessário definir licenciamento ambiental e licença ambiental.

Entende-se por licenciamento ambiental:

O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (INCISO I, ARTIGO 1º, RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997).

E por licença ambiental:

O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva

ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (INCISO I, ARTIGO 1º, RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997).

De acordo com Quintas (2009), a organização e a realização de processos educativos no âmbito da gestão ambiental pública, como é o caso do licenciamento ambiental e ordenamento pesqueiro, devem considerar a construção de uma sociedade mais justa, de qualidade e sustentável, bem como promover “uma intervenção qualificada, coletiva e organizada de grupos sociais específicos no ordenamento das práticas de apropriação dos bens ambientais na sociedade, que o Estado realiza ou deixa de realizar” (p. 24).

O compromisso com uma Educação Ambiental Crítica é fundamental para a dinamização dos territórios, principalmente, o pesqueiro, foco dessa pesquisa. Pois, os pescadores e pescadoras têm, constantemente, seus direitos negados e, ainda, correm risco de interrupção de suas atividades laborais, pela possibilidade de desastres ambientais. No caso da Bacia de Campos, riscos de contaminação por petróleo. “Como a atividade de gestão ambiental se processa num quadro de crise ambiental, sua evidência no concreto são os danos e riscos ambientais, aos quais os ecossistemas e grupos sociais estão submetidos” (QUINTAS, 2009, p. 26).

No sentido de atender à perspectiva da transformação social, a ação pedagógica no âmbito do licenciamento precisa preencher alguns requisitos, conforme esclarece Quintas (2009):

Os objetivos podem articular seu propósito imediato (por exemplo, assessorar grupos sociais afetados pelo empreendimento em processo de licenciamento [pré ou pós] na elaboração de uma pauta de reivindicações para negociarem a implantação de medidas para mitigação e compensação dos impactos socioambientais, em determinadas comunidades e ou, também, habilitá-los para o monitoramento da sua implementação etc.) com a avaliação da eficácia das medidas e, se for o caso a proposição de correções, com base em critérios de sustentabilidade, ou com outro tipo de análise crítica. (QUINTAS, 2009, p. 25).

No que se refere, especificamente, ao Programa de Educação Ambiental Pescarte, ele é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal que visa atender o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Bacia de Campos (BC) – Petrobras. Esse TAC de Produção envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento em 14 campos petrolíferos da BC. (Quadro 1: Ilustra os empreendimentos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.).

Quadro 1: Ilustra os empreendimentos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

Empreendimentos atendidos pelo PEA Pescarte (processo nº 02022.000466/2015)	
TAC versão 2002	PNA-1, PNA-2, PCH-1, PCH-2, PGP-1, PPG-1, PCP-1, PCP-2, PVM-1, PVM -2, PVM -3, PCE-1, P-7, P-9, P-15.
Adicionados	PCP-3, P-08
Empreendimentos licenciados*	
L.O. 1340/2016	P-18, P-19, P-20, P-26, P-32, P-33, P-35, P-37
L.O. 1379/2017	P-25, P-31
LO 1.409/2017	PPM-1 e P-12

(*) Empreendimentos que eram cobertos no processo do TAC e adquiriram licença de operação durante o processo de implementação do PEA Pescarte.

No sentido de atender aos objetivos do PEA Pescarte a metodologia visa fomentar uma prática educativa ambiental que seja capaz de problematizar e superar as múltiplas adversidades sociais que afetam as comunidades de pesca na área de influência dos empreendimentos petrolíferos ligados à Petrobras. As ações do programa são realizadas por fases, conforme ilustra a Figura 1 - Ilustra as fases do PEA Pescarte.. Com a finalidade de alcançar o objetivo fim do Projeto (organização comunitária por meio de projetos de geração de trabalho e renda).

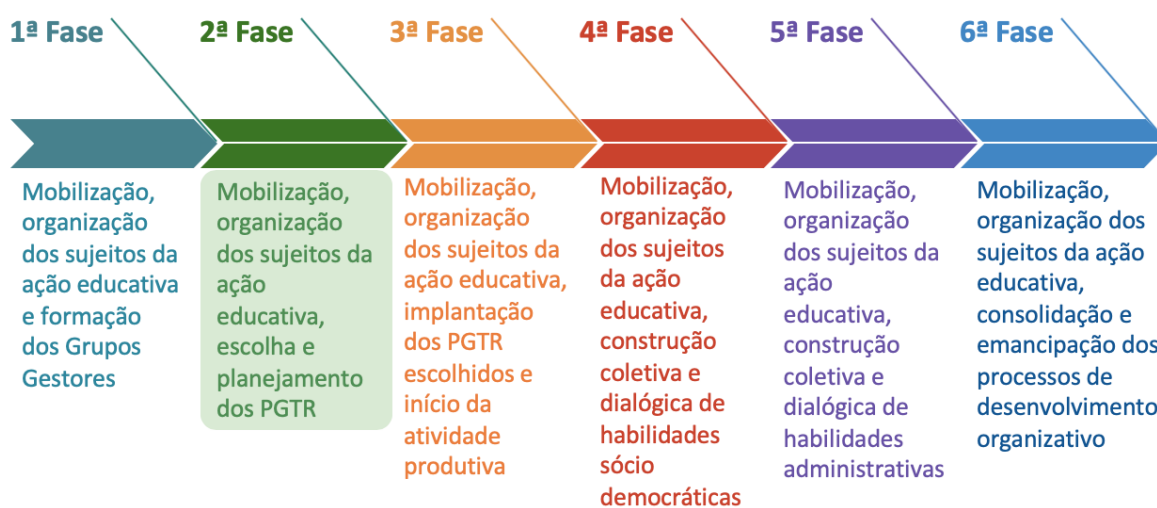


Figura 1 - Ilustra as fases do PEA Pescarte.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Cada fase⁷ tem uma temporalidade e uma intencionalidade pedagógica, objetivando, por fim, e ao longo do seu processo, uma autonomia do grupo da pesca como ilustra a figura acima. A fim de evidenciar os desdobramentos das atividades realizadas, toma-se como exemplo, a execução da primeira fase em que se constataram: sensibilização, diagnóstico, debate, formação, integração e prática de representação. A **sensibilização** foi composta por um conjunto de ações, a saber, apresentação do Projeto e sua intenção, aproximação entre educadores socioambientais e educandos, de forma que pudesse ser explicitada a ideia mitigatória a ser desenvolvida com as comunidades impactadas.

Quanto ao **diagnóstico**, foi a parte do processo na qual foi aplicado o Censo no ano de 2014, que contou com 10.082 mil informações (pessoas), sendo 3.478 famílias nos sete municípios atendidos pelo Projeto (Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana) dentre as quais, 4.331 membros eram pescadores. Para exemplificar o extenso instrumento, esse teve, no percurso das muitas indagações, o objetivo de identificar a renda obtida pela cadeia produtiva de pesca em cada um desses municípios, as relações com o poder público, a segurança alimentar, nível de escolaridade, perspectiva e projeções para a categoria recorte. A partir dessa ação, pode-se então, estabelecer algumas fragilidades a

⁷As fases têm duração de dois anos, exceto a terceira fase, que está desenhada para quatro anos de execução totalizando assim 14 anos de execução. A terceira fase tem natureza diferenciada, pois além da execução do PEA Pescarte e o começo da implantação dos empreendimentos solidários, o PEA começa a atuar em mais três municípios: Carapebus, Búzios e Rio das Ostras.

serem combatidas e organizar a estratégia democrática para sua resolução.

Nas atividades destinadas ao **debate** foram realizadas duas ações. A primeira foi a I Reunião Regional (que também atende ao objetivo de integração regional e se repete em todas as fases), nesse evento foi realizada a apresentação do PEA Pescarte. Na oportunidade, também foi iniciada a escolha para representantes dos pescadores em diversos assuntos e o aprofundamento do debate sobre os problemas e conflitos enfrentados pelas comunidades de pescadores. A segunda ação foi a realização de um encontro para a apresentação dos dados coletados na I Reunião Regional. Grupos Focais foram feitos de modo que se pudesse ouvir de maneira mais próxima aqueles que em um primeiro momento se propuseram a participar das ações do PEA.

Na etapa destinada à **formação**, foram realizadas duas atividades. Uma foi a de letramento digital, na qual tanto no Censo quanto nos Grupos Focais, foi identificada a falta de contato ou de conhecimentos básicos para manuseio dos aparatos tecnológicos que seriam importantes para realização de algumas ações. O curso de letramento digital proporcionou para muitas comunidades um primeiro contato com computadores e a elucidação das dúvidas sobre todas as ferramentas de que o aparato poderia dispor. A segunda atividade, denominada internamente como “Preparas”, consistiu na preparação dos/das pescadores/as para a audiência pública do TAC, como forma de mobilização e organização social dos sujeitos para a participação qualificada. Tendo em vista que, nos grupos focais, formações ou mesmo conversas com educadores socioambientais, os sujeitos da ação educativa relataram aludir descrédito ou certo temor em participar de espaços de decisão pública, os Preparas tiveram como objetivo realizar treinamentos que consistiam em ambientar os educandos a esses espaços, de forma que treinassem como se portarem e conseguirem espaço de fala.

Outra formação oferecida foi o Seminário de Economia Solidária (que comporia a base para aplicação dos GTRs) em que se discutiram os conceitos, princípios e possibilidades da Economia Solidária e do Licenciamento Ambiental. Na ocasião, foi elaborada a “Carta de Princípios de Economia Solidária do PEA Pescarte”, a continuação da mobilização e qualificação dos sujeitos da ação educativa para posterior aplicação. Destaca-se que, no âmbito da organização comunitária, a Economia Solidária é compreendida como uma ferramenta multidimensional, “que abarca as dimensões da vida social, econômica, ecológica e cultural dos indivíduos, tornando-se indispensável para o desenvolvimento de uma sensibilização para as ações e projetos comuns” (ACERVO INTERNO PEA PESCARTE, 2014-2019).

No que compete à atividade de **integração**, as ações se concentraram na “discussão, elaboração coletiva e aprovação dos estatutos dos Grupos Gestores, bem como a aprovação dos mesmos, eleição e posse dos gestores. Tal atividade oportunizou o encorajamento à ocupação de espaços de decisão pública ligados à pesca; além de diagnosticar conflitos e buscar soluções para as comunidades junto ao poder público”. Destaca-se que essa etapa vislumbrou atender tanto aos objetivos de aproximar diferentes categorias de pesca e gênero quanto começar a promover a prática representativa que será discutida adiante. Ainda nessa etapa, o Grupo Gestor foi posto em pauta como Grupo incumbido de pensar junto às suas comunidades e à equipe do PEA, os GTRs que melhor atenderiam à classe. ACERVO INTERNO PEA PESCARTE, 2014-2019). A atividade que “encerra” a primeira fase do programa é a **prática de representação**. Nessa etapa, foram realizadas reuniões com os grupos gestores e com as comunidades, além de ter sido a etapa em que os sujeitos da ação educativa se candidataram às vagas nos Grupos Gestores (Figura 2 - Ilustra a Eleição do Grupo Gestor de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.) dos sete municípios atendidos e em que suas comunidades participaram das eleições para escolha desses grupos.

Os Gestores formaram o grupo que consolidou um marco na representatividade comunitária atendida, de forma que muitas mulheres se tornaram protagonistas das pautas da classe, e outros

atores sociais, já consolidados como representantes da classe, como presidentes de Colônia de Pescadores, também quiseram participar do espaço educacional propiciado. Com isso, pessoas que já estabeleciam uma liderança oculta, ou seja, grupos que já eram respeitados e indicados pelo grupo da pesca foram eleitos.



Figura 2 - Ilustra a Eleição do Grupo Gestor de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019).

Como dito anteriormente, esse grupo teve como responsabilidade, discutir com a equipe técnica do PEA e suas comunidades, além de votar, juntos às suas comunidades, o GTR que melhor poderia atender às demandas da classe pesqueira. Dentre as tipologias de GTR as escolhidas em pleito nas comunidades foram as de Aquicultura, Unidades de Beneficiamento, Maricultura e Fábrica de Ração e Farinha, todavia, destaca-se que alguns desses empreendimentos atenderão a mais de uma comunidade/município, considerando dessa forma, as viabilidades técnicas, sociais e econômicas dos empreendimentos.

Embora o recorte espacial desse estudo tenha ocorrido em Farol de São Thomé, a Figura 3 ilustra as ações desenvolvidas pelo PEA Pescarte em Cabo Frio e suas intencionalidades pedagógicas. É importante salientar que em todos os municípios o fluxograma é construído da mesma forma, e o de Cabo Frio está no corpo do texto a título de exemplificação.

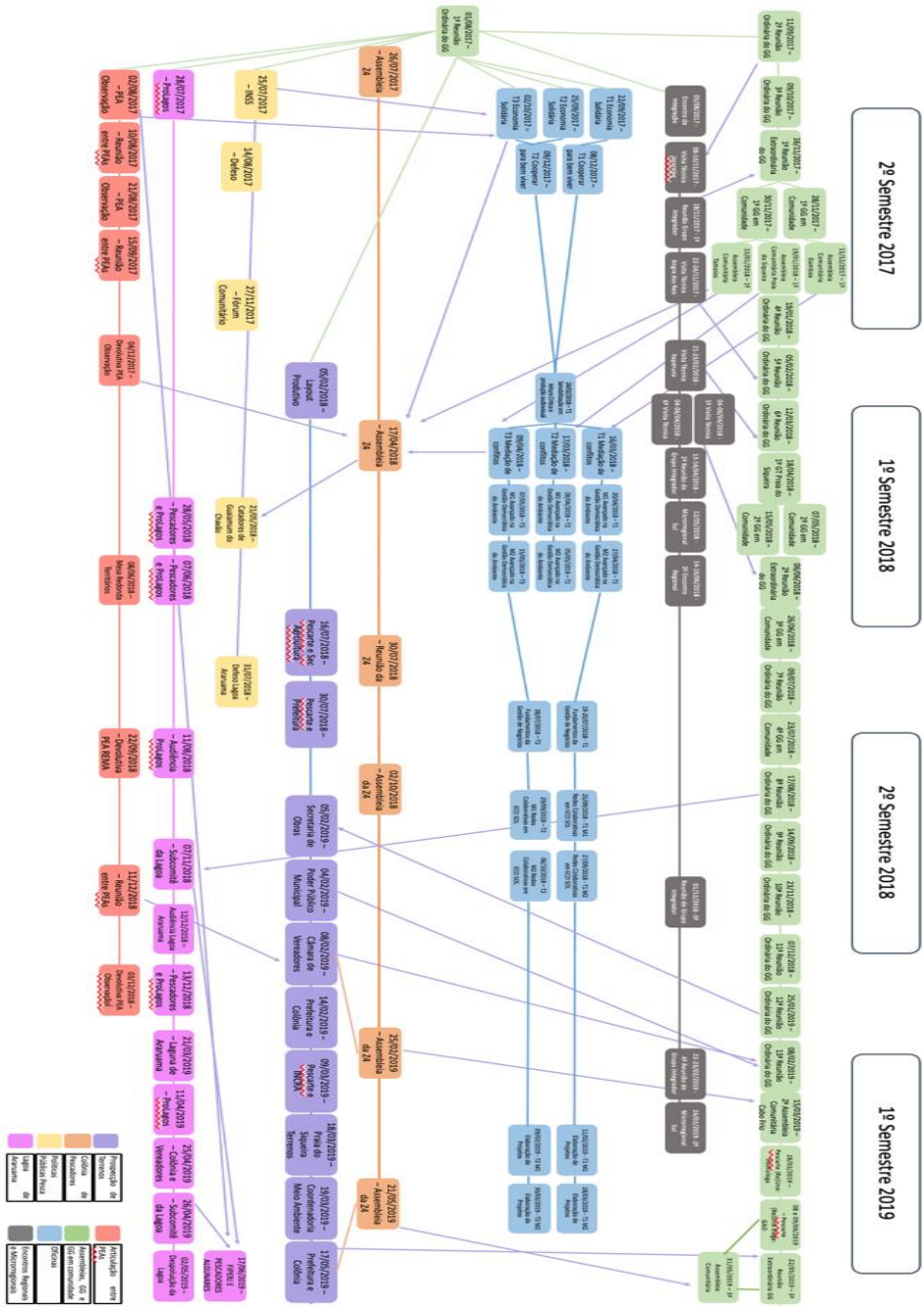


Figura 3 - Fluxograma das ações do PEA Pescarte em Cabo Frio durante a 2ª Fase as setas representam os desdobramentos das ações e intencionalidade pedagógica.
 Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Ainda sobre o planejamento educacional criado pela coordenação técnica do PEA, sob supervisão do órgão licenciador, destacam-se os objetivos de cada etapa para alicerce da intencionalidade educativa (Figura 4 - Ilustra o Quadro das ações do PEA Pescarte da 1ª e 2ª Fases.), entretanto, é importante enfatizar que essa forma de currículo se flexiona de acordo com as demandas do campo, como exemplo, as formações não seguirão uma única fase, mas serão

contínuas em todo o processo. Caso sejam vistas como necessárias, pela coordenação do PEA ou órgão fiscalizador, outras novas formações poderão ser aplicadas para desenvolvimento do objetivo fim do Projeto: ACERVO INTERNO PEA PESCARTE, (2014-2019).

Os objetivos da Primeira Fase do projeto foram:

- (1) Apresentar o Projeto PESCARTE, bem como discutir e atualizar os resultados do DP referentes ao grupo social: Pescadores Artesanais;
- (2) Promover o fortalecimento da organização comunitária por meio da construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda;
- (3) Apresentar exemplos de ações econômicas solidárias que reforcem as identidades produtivas locais de comunidades de pescadores artesanais afetadas pela exploração e produção (E&P) de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC);
- (4) Desenvolver processos de formação e qualificação cidadã (organização comunitária) para mitigar os impactos negativos da indústria de E&P de petróleo e gás na Bacia de Campos;
- (5) Realizar encontros municipais com vistas ao estímulo à formação e/ ou criação de uma rede social regional entre os pescadores dos municípios envolvidos;
- (6) Promover investigações e divulgação científica no campo interdisciplinar da EA que subsidiem os processos de Licenciamento Ambiental na BC;
- (7) Desenvolver pesquisa, de base antropológica, da identidade produtiva local;
- (8) E estudar e caracterizar o Grupo de Mulheres envolvidas com a pesca e a extração de frutos do mar nos municípios envolvidos no PESCARTE. (ACERVO INTERNO PEA PESCARTE, 2014-2019).

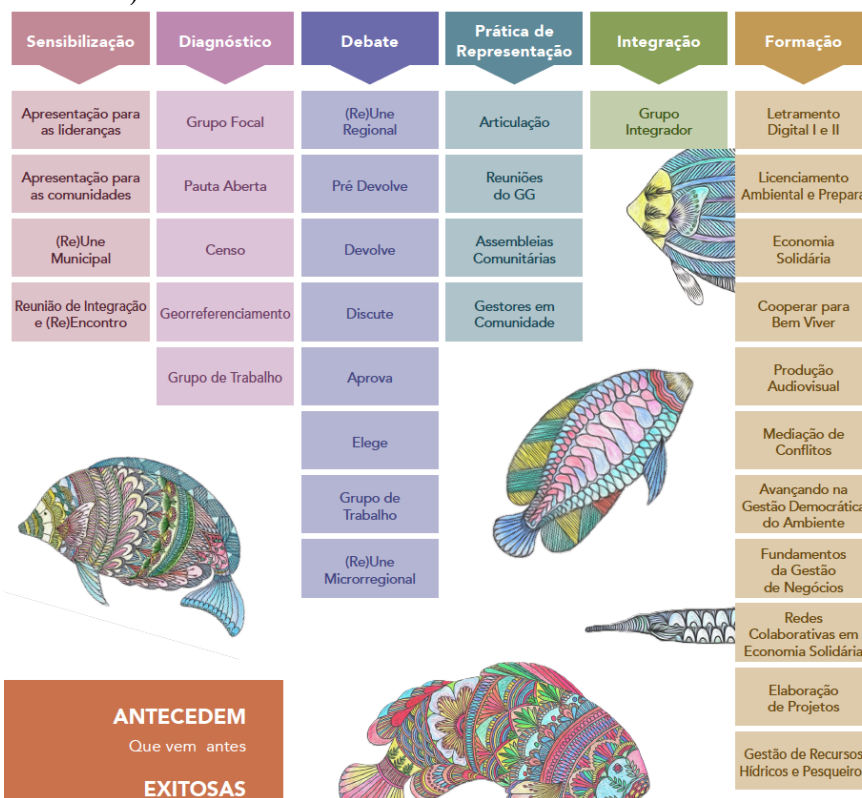


Figura 4 - Ilustra o Quadro das ações do PEA Pescarte da 1ª e 2ª Fases.

Fonte: Coletânea Livros PEA Pescarte, Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019).

Como já posto na discussão que se pautou até aqui, a finalidade do PEA é a organização social por meio de Projetos de Geração de Trabalho e Renda, entretanto, também como já mencionados, a garantia da continuidade do PEA junto à sua proposta e boa avaliação do órgão licenciador é a manutenção de práticas da Educação Ambiental Crítica que assume um caráter progressista de uma pedagogia que, em hipótese alguma, abre mão da emancipação social construída através de práticas democráticas e participativas.

As facilidades e obstáculos durante o processo educacional surgem de acordo com as diferentes características de cada comunidade atendida que terá que assumir caráter coletivo, independentemente das suas diferenças. Observa-se que pode ocorrer que dentro de uma mesma comunidade haja segregação entre seus pares, que pode ser oriunda de gênero, modalidade de pesca (as atendidas pelo PEA são marítimas e água dos interiores) ou filosofia de vida.

O processo formativo do PEA, pautado na economia solidária, oportunizou propor aos educandos uma nova ótica de desenvolvimento e agregação de pautas comuns. Para Gohn (2004), a participação pode ser adjetivada como qualificada, quando atende aos fenômenos interpessoais com representatividade institucional sem deixar de lado as pautas comuns. Dessa forma, assumir representatividade qualificada é primeiro compreender a identidade cultural e assumir interesses comuns. Segundo essa autora:

Redefine laços entre o espaço institucional e as práticas da sociedade civil organizada, de forma que não haja nem a recusa à participação da sociedade civil organizada, nem a participação movida pela polaridade do antagonismo a priori, e nem sua absorção pela máquina estatal, porque o Estado reconhece a existência dos conflitos na sociedade e as divergências nas formas de equacionamento e resolução das questões sociais, entre os diferentes grupos, e participa da arena de negociação entre eles. (GOHN, 2004, p. 29).

No que tange à ocupação das arenas de poder, muitas vezes, as comunidades de pesca não têm representatividade junto à municipalidade ou não têm interesse de participar, seja por ceticismo quanto às mudanças, seja pela segregação imposta a essas classes. Nos comitês de Bacias Hidrográficas, por exemplo, cadeiras reservadas à classe pesqueira foram encontradas vazias, e outras, segundo informações do próprio comitê, existem representantes, mas esses não comparecem para discutir a divisão e uso das águas.

Para Arnstei (2002) participação qualificada é fator que empreende um sujeito às questões sociais que lhe competem, método que encerra a alienação.

[...] Estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis (ARNSTEI, 2002, p. 1).

Além de a autora qualificar a participação cidadã, correlaciona ao nível de interferência do cidadão nas tomadas de decisão. A participação varia numa escala que vai desde a não participação até os níveis de poder cidadão, conforme ilustra a Figura 5 - Escada representando os níveis e tipos de participação das pessoas nos processos de tomada de decisão..



Figura 5 - Escada representando os níveis e tipos de participação das pessoas nos processos de tomada de decisão.

Fonte: Elaborado por Barbosa (2018) a partir de Sherry R. Arnstein (2002).

A autora define cada uma das tipologias de participação. A manipulação é uma forma ilusória de participação, em que as pessoas são convidadas a participarem de comitês ou conselhos consultivos, que não têm poder decisório, cujo propósito é a obtenção de apoio. A terapia é um tipo de participação que pressupõe que os indivíduos possuem problemas mentais, conforme apresenta a autora:

O que torna esta forma de "participação" tão ofensiva é que as pessoas são envolvidas em muitas atividades, mas o foco está em curá-las de suas "patologias", ao invés de mudar o racismo e a violência que originaram suas "patologias". (ARNSTEIN, 2002, p. 5).

A informação é o terceiro degrau que compõe a esfera de não-participação. É sabido que a informação sobre os direitos, as responsabilidades e as opções são o primeiro passo para a participação efetiva. No entanto, quando a referência é o desenho de políticas públicas, em muitos casos, as informações são repassadas aos "beneficiados" no estágio final de formulação, impedindo o poder de negociação/interferência no escopo das políticas. Ou seja, a participação não é plena. Por outro lado, a consulta, ao solicitar a opinião dos cidadãos, caminha na direção da participação. "Mas se a consulta não estiver integrada com outras formas de participação, este degrau da escada continua sendo uma vergonha na medida em que não oferece nenhuma garantia de que as preocupações e ideias dos cidadãos serão levadas em consideração" (ARTNEI, 2002, p. 6).

O quinto degrau da escada é a pacificação. É a partir dela que o cidadão começa a participar. A estratégia adotada é a "introdução" de alguns pobres confiáveis nos espaços decisórios. Assim, ocorre a manutenção das estruturas a partir das relações de confiança estabelecidas fora das arenas de poder.

O início da participação efetiva ocorre no sexto degrau, quando:

Há efetivamente uma redistribuição de poder através da negociação entre cidadãos e tomadores de decisão. Ambos os lados concordam em compartilhar o planejamento e as responsabilidades de tomada de decisão através de estruturas, tais como conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos. (ARTNEI, 2002, p. 11).

O próximo degrau da escada é delegação de poder. Nesse caso, há negociações e tomadas de decisão entre o cidadão e o poder público, podendo resultar na deliberação de programas e projetos por parte do cidadão. E, por fim, o controle cidadão emerge de uma demanda popular por acesso às tomadas de decisão. Sobre esse degrau, Artnei define que:

A população está simplesmente querendo um certo grau de poder (ou controle) que garanta que os moradores possam gerir um programa público ou uma organização, assumindo a responsabilidade pela definição das ações e os aspectos gerenciais, sendo capaz de negociar as condições sob as quais "externos" poderão introduzir mudanças. (2002, p. 13).

Siraque (2004) chama a atenção para a importância da participação popular no controle social. Se por um lado a participação está vinculada à formação de normas jurídicas estatais, por outro, o controle social tem a finalidade de verificar se:

No âmbito estatal, estão sendo executadas, conforme aquilo que foi decidido e se as atividades estatais estão sendo realizadas conforme os parâmetros estabelecidos pela Constituição e pelas normas infraconstitucionais. Assim, o controle social poderá existir no sentido de verificação do mérito (conveniência e oportunidade) de uma decisão estatal ou da sua legalidade. (SIRAQUE, 2004, p. 113).

Nesse sentido, as ações educativas realizadas no PEA Pescarte buscam práticas que contribuam com processos de gestão ambiental participativos. E, para tanto, o escopo dessas ações está alinhado com a educação ambiental crítica, que discute a Questão Ambiental (QA) por meio de um olhar inter/multi/transdisciplinar. “A chamada questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, se relaciona com o *meio físico-natural*” (QUINTAS, 2006, p. 19).

No entanto, a relação entre homem-natureza não é suficiente para explicar toda a complexidade da QA. É fundamental que uma análise epistemológica do conhecimento, da cultura, da identidade, do relacionamento com o meio e do sentimento de pertencimento das pessoas com o seu entorno seja considerada ao se discutirem problemas ambientais. Para Quintas (2006), é a partir desse contexto que emerge a necessidade de praticar a Gestão Ambiental Pública.

Os estudos de Costa e Brito (2019) apontaram que:

A participação dos/as pescadores/as no PEA Pescarte tem sido promovido o fortalecimento dos vínculos entre os/as participantes, aguçado seu senso de pertencimento ao local e reforçado sua identidade pesqueira, além de renovar a esperança acerca da possibilidade de concretização de mudanças positivas em sua realidade de vida e trabalho. (p. 186).

Uma particularidade que garante a continuidade do trabalho mesmo nas mudanças de fase do programa é a estrutura da equipe (Figura 6 - Ilustra a organização da equipe do PEA Pescarte.). E, nesse aspecto, é importante destacar a figura do educador socioambiental, como um dos atores-rede, que dinamizam o território e estabelecem laços com as comunidades.

Segundo os estudos de Souza e Quandt (2008), as redes são “estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”. Uma rede é constituída por um conjunto de nós e sua configuração dependerá dos vínculos estabelecidos entre os indivíduos e dos objetivos e metas do coletivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que a rede investigada nesse estudo é formada pela equipe do

PEA Pescarte, pelos pescadores e pescadoras, pelos técnicos do IBAMA, por estudantes, professores e extensionistas da UENF, dentre outros atores, que de maneira direta ou indireta, atuam nas comunidades pesqueiras. Ou seja, os atores-rede são cada um dos nós que compõem a rede de comunicação e socialização do PEA.

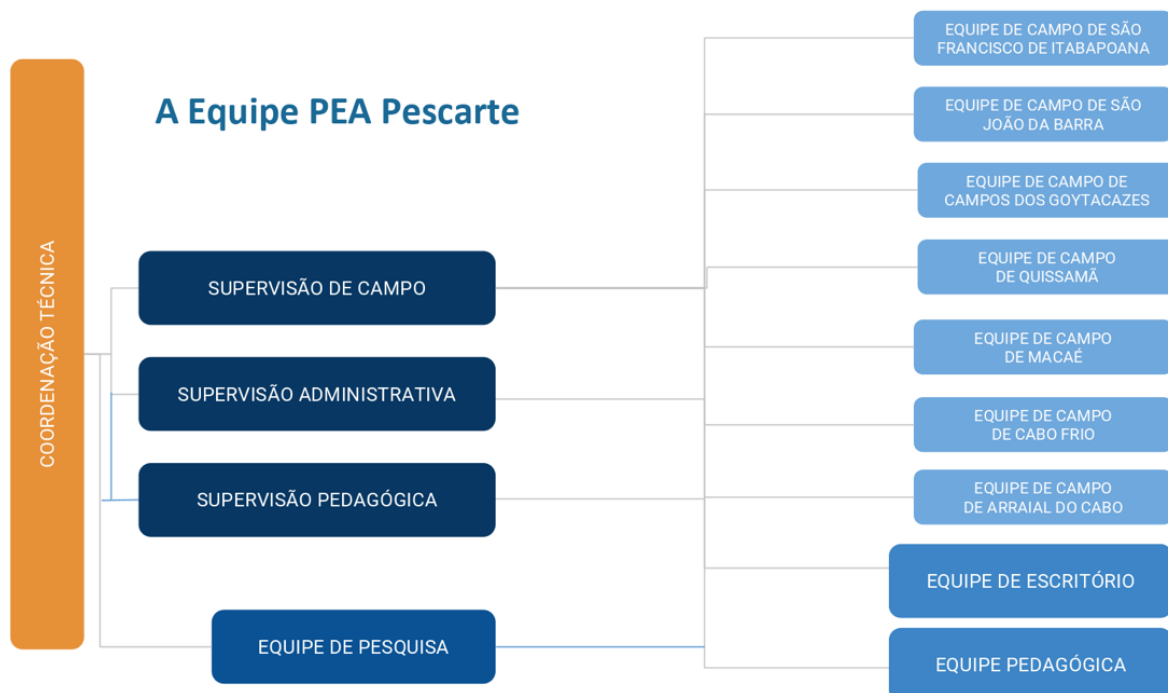


Figura 6 - Ilustra a organização da equipe do PEA Pescarte.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Diferentemente dos outros projetos de mitigação, que contratam empresas para prestarem consultoria, os educadores socioambientais envolvidos no PEA Pescarte estão envolvidos em uma outra lógica de trabalho, participando, constantemente, de oficinas, reuniões, visitas, escuta sensível (Figura 7 - Ilustra a Equipe Técnica do PEA Pescarte após o IV Encontro Regional.). Os profissionais são remunerados por uma fundação vinculada à Universidade Estadual do Norte Fluminense, cujo escopo de atuação está, diretamente, relacionado ao tripé: ensino, pesquisa e extensão. As ações são orquestradas de acordo com a Educação Ambiental Crítica e Transformadora. Essa lógica enriquece o programa em virtude do aspecto interdisciplinar da equipe, que conta com educadores ambientais de áreas de formações distintas.



Figura 7 - Ilustra a Equipe Técnica do PEA Pescarte após o IV Encontro Regional.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

A fase dois do programa possui os seguintes objetivos:

- (1) Implementar e fortalecer o Grupo Gestor;
- (2) Desenvolver cursos de capacitação e Formação em Economia Solidária - Pesca, Arte e Gestão;
- (3) Formatar Projetos de Geração de Trabalho e Renda que respeitem a identidade produtiva dos sujeitos da ação educativa;
- (4) Estimular o associativismo entre comunidades e/ou localidades que possuam similaridades entre as suas identidades produtivas;
- (5) Realizar planejamento, avaliação e monitoramento das ações a serem implementadas.

Atualmente, o PEA Pescarte se encontra em processo de transição da 2º Fase para a 3º Fase. Durante esse período, a antiga equipe de educadores socioambientais e de pesquisa está atuando como voluntária pela UENF, a fim de continuar na manutenção da organização comunitária e contribuindo nos debates e ações coletivas do grupo da pesca nos municípios que abarcam o projeto (Figura 8 - A imagem ilustra o encerramento do IV Encontro Regional. Equipe e os representantes da pesca dos sete municípios.).



Figura 8 - A imagem ilustra o encerramento do IV Encontro Regional. Equipe e os representantes da pesca dos sete municípios.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

2.2 A pesca artesanal como objeto de intervenção dos PEA's

Ao longo da história o Estado brasileiro subalternizou os pescadores artesanais aos

interesses das elites econômicas. Nesse ínterim, sob a alegação da modernização setorial, os projetos político, econômico e social para pescadores artesanais são o da “docilização dos corpos” e da subordinação do trabalhador às forças da indústria e do mercado. Ramalho, ao revisitar a trajetória histórico-social da classe pesqueira, observou que as políticas públicas privilegiam:

o tutelamento político e a transformação da força de trabalho desses trabalhadores [primeiro] em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as formas capitalistas de produção. (RAMALHO, 2014, p. 32).

Esse movimento, conclui o autor, fez com que o Estado e o Mercado mais promovessem o fim da pesca artesanal do que investissem em capacidades para se confirmarem como uma força econômica. A pesca artesanal é baseada em uma relação harmônica e intimista entre o ser humano e a natureza, apresentando como estrutura um sistema pesqueiro que envolve grupos familiares e comunitários. Por outro lado, a pesca predatória, de grande escala, coloca em risco os ecossistemas aquáticos. Nesse sentido, de profissionalizar o pescador artesanal, transformando-o em “empresário”, deflagram-se danos ambientais e sociais. Assim, no sentido de conservar as práticas tradicionais e conservacionistas da pesca artesanal, é que despontam as políticas ambientais mais preocupadas com esses ambientes aquáticos.

A legislação ambiental brasileira, inicialmente, foi pautada por uma perspectiva preservacionista (que separa a sociedade do ambiente) e, desde 1988, tem se mostrado aberta a práticas socioambientalistas. Sendo que essa abordagem é marcada por uma maior preocupação com as populações que se relacionam de maneira mais direta com recursos naturais, como por exemplo, as diferentes comunidades pesqueiras do litoral brasileiro.

No entanto, se por um lado, uma abordagem conservacionista dos recursos naturais propõe a utilização criteriosa deles, compreendendo que o homem está envolvido no manejo desses recursos e que é elemento do meio ambiente, por outro lado, uma perspectiva preservacionista “pode ser descrita como uma reverência à natureza no sentido da apropriação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 2008, p. 32). A questão que deve ser analisada à luz dessas duas maneiras de tratamento dos recursos, é a preocupação com as populações tradicionais que vivem na região e dependem da natureza para geração de renda.

A estratégia de criação de parques para a preservação da fauna e da flora, que apresentam atributos ecossociológicos importantes, tem sido adotada por países de terceiro mundo, como descreve Diegues (2008), na obra “O mito moderno da natureza intocada”. O autor descreve a riqueza cultural do Brasil e, especificamente, em relação às regiões litorâneas afirma que:

Essa diversidade cultural e de modos de vida é evidente, por exemplo, nas regiões litorâneas brasileiras, e tem sua origem, provavelmente, no isolamento relativo das populações locais após o desvio dos grandes ciclos econômicos para o interior do país. (DIEGUES, 2008, p. 19).

Embora, cada uma dessas abordagens apresente suas particularidades, elas não são antagônicas. No caso brasileiro, a efervescência no debate a favor das áreas protegidas remonta ao século XIX. No entanto, a regulamentação das Unidades de Conservação⁸ (UC) só foi instituída

⁸O SNUC tipifica as UCs em dois grupos: (1) Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural); (2) Unidades de Conservação de Proteção Integral Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento natural e Refúgio de Vida Silvestre).

nos anos 2000, pela Lei nº 9.985, com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo com o SNUC as UCs são entendidas como:

Uma parcela do espaço territorial e seus recursos naturais (...) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (INCISO I, ARTIGO 2º, BRASIL, 2000).

No que se refere ao âmbito do direito ambiental, temos a Lei nº 6.938/81, o licenciamento ambiental, que foi regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/86, tem a função de exigir que os empreendimentos potencialmente impactantes sejam analisados, de forma que o princípio do poluidor-pagador possa ser aplicado.

O princípio do poluidor-pagador é uma medida tomada pelo Poder Público, que visa reduzir a poluição ambiental. Tal instrumento imputa ao promotor da atividade poluidora o ônus das medidas a serem tomadas nos processos de revitalização do sistema degradado.

O licenciamento, tal como funciona atualmente, não é eficaz na conservação dos recursos naturais, a começar pela falta de fiscalização e acompanhamento das licenças. Outra questão é a morosidade no julgamento de empreendimentos responsáveis por danos ambientais, causando uma sensação de impunidade frente ao cumprimento dos dispositivos legais em vigor no país. Assim, as atividades ligadas ao licenciamento devem ser acompanhadas de estudos que definam as ações compensadoras e mitigadoras necessárias para sua implantação. Além disso, esses estudos devem ser apresentados e discutidos em audiências públicas com ampla participação como prevê a legislação vigente no país.

A competência em conceder o Licenciamento Ambiental para os empreendimentos abarca órgãos diferentes de acordo com os níveis federal, estadual e municipal. Na esfera federal, o IBAMA é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de uma unidade da federação e das atividades cujos danos extrapolam as fronteiras territoriais. Aos Estados, cabe a liberação das licenças dentro de seus limites regionais – no caso do estado do Rio de Janeiro, é a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). E, por fim, na instância municipal, a liberação da licença ocorrerá quando o impacto causado pela atividade afetar uma esfera local. Geralmente, nesse caso, são as secretarias municipais de meio ambiente as responsáveis pelo licenciamento. (FIRJAN, 2004).

Em relação ao licenciamento ambiental das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás no Norte Fluminense, a responsabilidade é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e conduzido pela Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros (CGMAC), instalada no Rio de Janeiro. É importante destacar que CGMAC regulamenta o licenciamento e incorpora a Educação Ambiental como uma parte das atividades mitigadoras. A equipe executora para a fiscalização da pós-licença é a Coordenação de Produção (COPROP).

Notadamente, sobre a Educação Ambiental no licenciamento, a Nota Técnica CGPEG/DILIC⁹/IBAMA nº01/10 trouxe especificações para o processo em questão, buscando propor diretrizes para os programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção. Essa abordagem busca uma ação mais abrangente e integrada por parte das empresas (Figura 9 - Esquema teórico-metodológico de um programa de educação ambiental.), no que diz

(SNUC, 2000).

⁹ Divisão de Licenciamento Ambiental.

respeito às compensações ambientais.

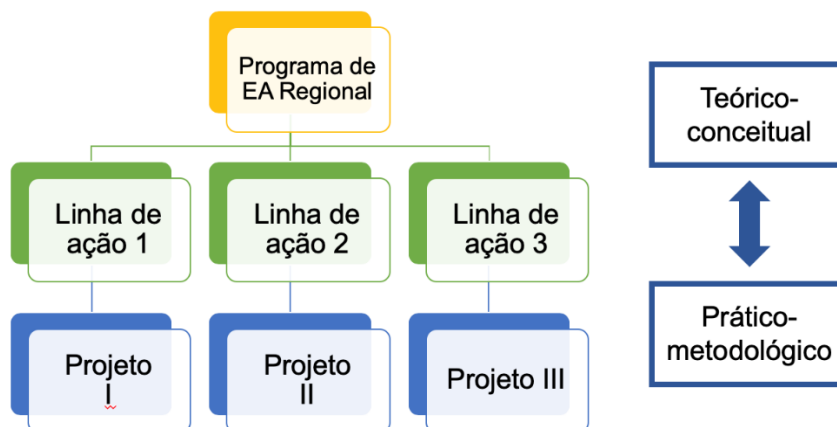


Figura 9 - Esquema teórico-metodológico de um programa de educação ambiental.
Fonte: Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10.

As linhas de ação estabelecidas a partir desse documento são:

Linha de Ação A: Organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental. Linha de Ação B: Controle social da aplicação dos royalties e de participações especiais na produção de petróleo e gás natural. Linha de Ação C: Apoio à elaboração, à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores Municipais. Linha de Ação D: A ser proposta pela empresa¹⁰. Linha de Ação E: Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo. Linha de Ação F: Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades de zona marítima. (CGPEG/DILIC/IBAMA n 01/10)

O Projeto Pescarte é uma ação de mitigação obrigatória, a qual está inserida na linha de ação A, que foi concebida como Organização Comunitária para Participação na Gestão Ambiental Pública, no Âmbito do Licenciamento Ambiental da Nota Técnica exigida pelo IBAMA, implantada e desenvolvida pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF) na Bacia de Campos.

A linha de ação A apresenta como justificativa a:

Necessidade de desenvolver processos formativos para subsidiar a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais. Considerando a complexidade do processo de licenciamento ambiental de uma maneira geral e, em particular, da cadeia produtiva do petróleo, podemos afirmar que o estímulo à organização dos segmentos sociais que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades é fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local. (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/10).

Os sujeitos da ação educativa atendidos pela linha de ação A são os pescadores artesanais e seus familiares, tendo como principal objetivo promover o fortalecimento da organização política deste público, por meio do desenvolvimento de ações de Geração de Trabalho e Renda (GTR). Esse

¹⁰Essa linha se dedica a estabelecer um espaço de inovação, para projetos fora da padronização proposta pelo IBAMA.

projeto consiste em uma condicionante do licenciamento ambiental de alguns empreendimentos da Bacia de Campos, cujo objetivo principal é implementar ações desenvolvidas para fortalecer e mobilizar as comunidades de pesca artesanal afetadas pelas ações de exploração e produção de petróleo e gás nessa Bacia.

No que concerne aos marcos legais, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, a Lei 11.959, vigente desde 2009, define em seu artigo 4º que:

A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Sobre esses marcos regulatórios da atividade pesqueira, Santos et al. (2016) reporta que no caso das comunidades pesqueiras, atividades econômicas que ocorrem no litoral como a exploração de petróleo têm ocasionado a diminuição da oferta do pescado, ampliado as disputas no espaço litorâneo e aumentado o custo de vida. Sendo assim, a degradação e os conflitos gerados interferem na vida das comunidades tradicionais pesqueiras, que desenvolvem atividades econômicas de reduzida escala e que se baseiam na utilização de recursos naturais renováveis (DIEGUES, 2001).

Ações de educação na gestão ambiental pública têm como objetivo estabelecer processos sociais e práticas educativas voltadas para o fortalecimento e participação dos grupos sociais mais vulneráveis (IBAMA, 2012). Dessa forma, o projeto Pescarte busca fortalecer a classe pesqueira por meio da construção participativa de projetos que viabilizem ações solidárias, as quais reforcem as identidades produtivas locais de comunidades de pescadores artesanais afetadas pelos impactos da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos.

O projeto Pescarte almeja que os pescadores possam aprofundar uma discussão sobre a mobilização política e cidadania iniciada no Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos¹¹ (DP do PEA-BC), que se desdobra em outros programas de Educação Ambiental¹². Nessas ações pedagógicas (Pescarte e DP do PEA-BC) são debatidos pontos da produção de petróleo e gás que impactam, direta e indiretamente, com maior ou menor força na pesca, focando nas medidas de educação ambiental e nas ações que geram deficiências em seu processo de trabalho.

No âmbito das orientações da Nota Técnica do IBAMA 02/2010, entende-se por diagnóstico participativo o “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento” (p. 1). Os principais objetivos do diagnóstico participativo são:

- (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam, direta ou indiretamente, relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;
- (ii) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam

¹¹O Relatório do Diagnóstico Participativo do PEA-BC identificou e descreveu cinco macro-impactos socioeconômicos causados pela atividade petrolífera: “1. Ocupação do Espaço Marinho; 2. Dinâmica demográfica; 3. Ocupação e uso do solo; 4. Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços e; 5. Royalties. (PROGRAMA PLATAFORMAS DE CIDADANIA, 2013, p. 1).

¹²No município de Campos dos Goytacazes estão presentes os PEA’s: Núcleo de Estudos Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC) e Territórios do Petróleo da Petrolífera Petrobras e o Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA) da Petrolífera Shell.

relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural; (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico; e (iv) identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa. O diagnóstico participativo deverá apresentar propostas que subsidiem a elaboração de um programa ou projeto de educação ambiental ou projeto de compensação, a partir da análise dos dados coletados em campo, complementados por dados secundários. (NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02/10).

Em relação às ações educativas, o projeto está alicerçado na visão da pedagogia progressista, que trafega entre as tendências libertadora¹³, libertária¹⁴ e o pensamento crítico social dos conteúdos¹⁵. Segundo Silva (2001 p. 12), essas “são tendências pedagógicas capazes de promover ruptura de padrões socioculturais que acometem e subjagam uma classe em detrimento de outras”. Por isso, a tendência da educação ambiental crítica é a que melhor dialoga com as proposições do PEA Pescarte.

Todavia, é imprescindível sob a análise de tendências pedagógicas, principalmente no rito de educação informal, enfatizar as diferenças entre a educação institucionalizada escolar e a ambiental, que além de relativamente nova, deve atender à subjetividade da comunidade tradicional indicada como passível de atendimento. A institucionalizada escolar, cujas aplicações se solidificam com bases curriculares nacionais, que, embora defendidas publicamente como flexíveis, atendem à cultura em variados aspectos como algo homogêneo, mesmo havendo ferramentas como a de projeto político pedagógico, está construída com a comunidade escolar, famílias e docentes das instituições. As ações pedagógicas desenvolvidas pelo PEA Pescarte compõem um rol de metodologias da educação não formal.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc. (GOHN, 2009, p. 31).

As ações pedagógicas têm como parâmetro a estruturação de um currículo aprovado pelo órgão licenciador (Estado), pela empresa licenciada (Petrobras) e pela instituição que personifica o caráter docente (UENF). As negociações entre essas instituições delimitam e estabelecem os parâmetros educacionais de forma direta, pois, não apenas orçam os recursos a serem aplicados, como também implicam diretamente no corpo técnico (chamado na segunda fase de Educadores Socioambientais).

No caso da educação formal a flexibilização do currículo, de modo a contemplar as

¹³“Vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido”. (DELICIO SILVA 2000, p. 4)

¹⁴“A escola progressista libertária parte do pressuposto de que somente o vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas, por isso o saber sistematizado só terá relevância se for possível seu uso prático”. (DELICIO SILVA 2000, p. 5)

¹⁵“A tendência progressista crítico-social dos conteúdos, diferentemente da libertadora e libertária, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. (DELICIO SILVA apud LIBÂNEO 2000, p. 5)

especificidades e os saberes dos povos tradicionais, está prevista no 13º artigo da RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, as ações promovidas pelo PEA Pescarte atendem ao escopo da legislação vigente, embora componha o rol da educação não formal. Tal educação “consiste em abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos”, de modo que os objetivos “não são dados previamente, constroem-se na interação, gerando um processo educativo, voltado para e a partir dos interesses e necessidades de quem participa” (BRUNO 2014, p. 13-14).

A questão que se coloca é que: enquanto a educação não estiver territorializada no contexto social dos atores; enquanto as linguagens não estiverem de acordo com os interesses deles; enquanto as temáticas estudadas não fizerem sentido; e, por outro lado, enquanto as políticas públicas educacionais não estiverem comprometidas com uma educação emancipatória, a tendência será a criação de um exército de analfabetos funcionais, utilizados como massa de manobra, e o conseqüente esvaziamento das lutas por direitos sociais, acirrando as lutas de classe. Todo esse cenário é orquestrado pelo Estado e sua aparelhagem de dominação, coerção e silenciamento. Na contramão dessa racionalidade, estão as ações do PEA Pescarte, que mesmo na informalidade, fomenta a emancipação e valoriza o protagonismo.

As redes construídas nos territórios contemplados pelas ações do programa podem ser analisadas à luz da teoria dos laços, propostas por Granovetter (2005). Para o autor, a força dos laços se relaciona a capacidade de “difusão da informação em estruturas sociais de grande escala”. Nesse sentido, foi possível observar que a força dos laços contribui para construção e enriquecimento da rede de comunicação entre os atores sociais, os técnicos do PEA Pescarte e demais entidades/instâncias envolvidas na gestão do território. O engajamento de outros sujeitos nas comunidades pesqueiras oportunizou a construção de novos saberes e o resgate de outros, bem como fomentou a organização e a valorização dos pescadores e pescadoras. “Esses outros atores trouxeram novos conhecimentos, novas experiências, oportunizando oxigenar a rede pautada nos laços fortes presentes nas comunidades” (LIMA, 2016, p. 40).

De acordo com a constatação de Granovetter (1973), os indivíduos com poucos Laços Fracos serão privados de informações de partes mais distantes de seu próprio sistema social, conseqüentemente, estarão limitados ao conhecimento ou às informações originadas pelos seus amigos íntimos. (LIMA, 2016, p. 41).

Em outras palavras, a teoria dos laços estabelece que os laços fortes contribuam com o engessamento das concepções, atitudes e tomadas de decisão, posto que os atores-rede estão em relações muito intimistas, reduzindo o aparecimento de divergências, por assim dizer, que possam estimular a reflexão sobre a práxis. Ao passo que os laços fracos permitem uma oxigenação na maneira de pensar e agir dos indivíduos. A presença institucional dos educadores ambientais nas comunidades oportunizou a troca de experiências e a ampliação dos olhares para além da atividade pesqueira, conforme ilustram as Figuras 10 e 11.



Figura 10 - Ilustra o curso de Cooperar para Bem Viver em São Francisco de Itabapoana.
Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)



Figura 11 - Ilustra o Curso de Letramento Digital realizado em Campos dos Goytacazes.
Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

No âmbito da Educação, esses laços são descritos por Munhoz (2004) como conexões. Para a autora, o processo de expansão do pensamento e do sentimento desenvolvido na educação ambiental pode (e dever – grifo da autora) ser:

Compreendido como sendo um processo permanente de ampliação da consciência de ser parte da Terra e sentir-se em casa, desenvolvendo uma cidadania planetária e cósmica. Nesse contexto, um programa de educação ambiental pode ser compreendido como um processo no qual o (a) educador (a) contribui para que cada pessoa ou organização envolvida descubra dentro de si sua ligação com a natureza e seu potencial de conhecer, criar, aplicar, agir em conformidade com princípios básicos ensinados pelos ecossistemas. (MUNHOZ, 2004, p. 144-145).

Nesse sentido, a educação ambiental crítica apresentada no PEA Pescarte propõe uma tomada de consciência dos atores da ação educativa, a fim de que eles se percebam no espaço como elementos centrais da conservação dos recursos naturais. A construção do conhecimento e a (re)significação dos saberes ancestrais são fundamentais nesse processo. Outra questão que emerge de uma educação crítica, é a discussão sobre o lugar da ancestralidade e do hibridismo presentes na construção das identidades dos pescadores tradicionais.

2.3 Mulheres na Pesca: resistência e identidades

As mulheres, principalmente, as com jornadas duplas de trabalho têm suas participações nas atividades do Projeto condicionadas, em muitos momentos, ao suporte da equipe do PEA, que assegura que as crianças sejam acolhidas e recebam olhares cuidadosos, planejados e adaptados pedagogicamente.

Embora as mulheres apresentem uma jornada de trabalho exaustiva, visto que ainda realizam as atividades domésticas e o cuidado com as crianças, são invisibilizadas na atividade pesqueira. Os estudos de Hellebrandt (2017) apontam alguns fatores que contribuem com essa dinâmica, a saber: (1) herança histórica, que está, diretamente, relacionada à divisão sexual do trabalho; (2) gestão da atividade pesqueira, pois muitos estudos e descrição da atividade se referem, majoritariamente, à pesca propriamente dita, que é praticada por homens, em detrimento da valorização do processamento/beneficiamento, que são atividades mais ligadas às mulheres; (3) a pretensão de neutralidade das pesquisas acadêmicas acaba invisibilizando as mulheres, pois as entrevistas, na maioria das vezes, são realizadas com os homens; (4) os tratamentos estatísticos minimizam o papel das mulheres na divulgação de dados oficiais. A autora, ainda, denuncia em sua pesquisa, uma questão grave da legislação brasileira:

“Observei como o Estado (não) percebe as mulheres na pesca, pois o termo “mulher” nunca aparece na legislação pesqueira e o termo “pescadora” começa a aparecer a partir do ano de 2015, junto com o termo “trabalhadora de apoio à pesca artesanal”. Anterior a isso, a referência mais próxima de que existem outras pessoas envolvidas na atividade pesqueira, além do pescador, é encontrada no termo ‘regime de economia familiar’” (HELLEBRANDT, 2017, p. 267).

É importante destacar que o quadro de adversidades se agrava no que tange às mulheres, em relação ao conflito da classe pesqueira com o Estado na busca por direitos, principalmente, pelo fato de que além das particularidades inerentes à profissão, elas buscam, por reconhecimento dentro da própria classe.

Esse reconhecimento é uma luta histórica das mulheres em diferentes setores da sociedade, principalmente, porque foram criadas para obedecerem aos desígnios de uma sociedade patriarcal, sendo subjugadas, silenciadas, subalternizadas e oprimidas nos papéis de esposas, mães e donas de casa. Nesse contexto social, as mulheres são relegadas a atividades menos significativas, ao passo

que os homens são valorizados por suas atividades laborais, ligadas diretamente ao mundo do trabalho. Santos e Timóteo (2019) alertam que no contexto das comunidades pesqueiras esse cenário não é diferente. Os autores revelam atividades produtivas importantes destinadas às mulheres, a saber:

As principais atividades produtivas direcionadas a população feminina são: pesca e coleta de mariscos; venda e processamento do pescado; diversificação das fontes de rendas familiares (a pluriatividade) na agricultura, no artesanato, no comércio e nos serviços. A mulher também ajuda na tecelagem e remendo das redes de pesca, preparo de linhas e iscas. Em alguns casos, foi possível identificar mulheres como membros de tripulação, fato este demarcado geralmente pela atividade em família, pois, nesse caso, a mulher era esposa do proprietário do barco, sendo está uma estratégia de compensação para os rendimentos declinantes com as despesas e os acordos de partilhas. (SANTOS e TIMÓTEO, 2019, p. 337).

Em consonância com Santos e Timóteo (2019), Santos (2019) relata que as mulheres da cadeia produtiva de pesca se encontram em condição de vulnerabilidade. Isso seria decorrente de uma categoria laboral enraizada no conceito social patriarcal. Não obstante, para o autor, essas especificidades fazem dessas sujeitas da ação educativa, em alguns momentos, antagonistas em várias instâncias sociais, como menciona a seguir:

Essas especificidades desnudam as significações das relações de poder, a que essas mulheres estão submetidas, replicando na tradução político-social que, muitas vezes, as tornam sujeitos secundários nas elaborações de políticas públicas, na difícil participação nas organizações sociais e no próprio processo de deterioração de sua identidade como pescadora. (SANTOS, 2019, 219).

Dados do Censo Pescarte revelaram algumas das dinâmicas imbricadas no modo de vida das famílias pescadoras, que reiteram o papel da mulher na organização das tarefas domésticas e nas tomadas de decisão no grupo familiar (vide Quadro 2 - Descreve as atividades da mulher em relação às tarefas domésticas e sua participação nas tomadas de decisão em aspectos ligados ao cotidiano do grupo familiar.). É importante destacar que o papel desempenhado no grupo familiar não possui elementos de afirmação/identificação da atividade laboral desenvolvida pela mulher.

Quadro 2 - Descreve as atividades da mulher em relação às tarefas domésticas e sua participação nas tomadas de decisão em aspectos ligados ao cotidiano do grupo familiar.

Organização das tarefas		
Organização das tarefas	Sim	Não
Do lar	59,5%	40,5%
Cuidado com as crianças	52,6%	47,4%
Cuidado com os doentes	46,2%	53,8%
Limpeza do domicílio	61,4%	38,6%
Pequenos reparos	38,2%	61,8%
Tomada de decisão*		

Decisão	Mulheres	Homens
Escola dos filhos	56,7%	3,6%
Compras diárias	48,8%	14,8%
Horário das atividades dos filhos	60,4%	4,7%
Compras de bens de maior valor	42,7%	12,0%
Passeio/lazer da família	34,9%	10,6%

*Na tabela original, a seção “tomada de decisão” possui outras duas colunas, uma, referente à decisão tomada por ambos, a outra quando a decisão foi tomada por terceiros.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santos e Timóteo (2019).

Não obstante, é razoável mencionar, como justificado por Santos (2019), que movimentos sociais feministas emergiram com o passar dos anos. Esse fenômeno acabou por atingir diversas modalidades laborais, dessa forma, as mulheres têm buscado cada vez mais espaço no mercado de trabalho, e, dentre esses espaços, também aparecem buscando cadeiras de representatividade na cadeia produtiva de pesca.

Uma dificuldade de organização social e de acesso às políticas públicas, na região de estudo, se refere à multiplicidade de termos utilizados para definir as atividades realizadas pelas mulheres na pesca, dificultando a construção e consolidação de uma identidade profissional. Santos e Timóteo (2019, p. 340) apontam uma gama de nomenclaturas (e que denotam segregação social), a saber: “pescadoras; trabalhadoras da pesca; isqueiras; camaroeiras; marisqueiras; caranguejeiras; evisceradeiras; desfiletadeiras; descascadeiras; descascadeiras de siri; descabeçadeiras; redeiras; catadeiras de algas marinhas; e aquicultoras”.

Para Santos (2019), as mulheres se tornaram mais engajadas em questões sociais e, a partir disso, ampliaram articulações para busca de direitos e afirmação.

O fato é que as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca ao mesmo tempo em que vivenciam a invisibilidade social, estão a nível nacional e internacional formulando caminhos que questionam a ordem social de gênero, e alertando para sua importância na produção de alimentos e a segurança das famílias, assim como, as práticas de regulação, gestão e desenvolvimento social e econômico. (SANTOS, 2019, p.225).

Corroborando com o discurso do autor, há no banco de relatórios internos do PEA Pescarte, registros que alicerçam sua ótica e especificam o engajamento dessas mulheres na cadeia produtiva de pesca, essas, segundo relatos próprios, asseguram que os espaços educacionais do PEA propiciam terreno fértil para lhes garantir visibilidade. Os relatos internos evidenciam, ainda, que essas mulheres passaram a assumir lideranças na classe pesqueira e não passaram a buscar apenas pelos direitos pertinentes ao gênero, mas também pelo grupo social ao qual se sentem ou passaram a se sentir pertencentes. Afinal, essas mulheres atuantes no Projeto explicitam resultados da abordagem adotada pelo processo formativo, pois segundo Freire (2014 p. 33) “a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita,

indócil”.

No que tange à busca por direitos e reconhecimento, há também relatos registrados de militância e mobilização por parte dessas mulheres da cadeia produtiva de pesca da Bacia de Campos. Antes de mencioná-los, destaca-se que segundo relatos dos próprios Sujeitos da Ação Educativa, existe uma certa dificuldade encontrada por toda a classe pesqueira em conseguir o direito da piracema ou defeso, nomenclatura que varia de região para região. Para a personagem-chave, o defeso “é a desova do camarão. E, também é um descanso para os camarões pequenos crescerem. Se não tiver isso vai ficando em escassez” (THEIS.R., 2017). O direito citado é um benefício que pescadores e pescadoras recebem para não pescarem em períodos de reprodução de espécies marinhas. Para garantir acesso ao benefício, o comunitário (a) da cadeia produtiva da pesca precisa ser reconhecida (o) pelo órgão Colônia de Pescadores, organização gerida pelos próprios pescadores. Ocorre que há dissensão entre os próprios a respeito do que é ou não considerado pescaria ou atividade pesqueira, o que impede o acesso de alguns, principalmente, das mulheres, ao seguro, como pode ser visto no relato a seguir:

Seguidamente uma marisqueira que participou das manifestações pelo direito ao defeso municipal relatou de que forma as mulheres conseguiram ocupar a plenária da câmara de vereadores de Campos dos Goytacazes como manifestantes de forma ordeira e qualificada, com faixas e cartazes em punho que diziam as suas necessidades e luta. Salientou em diversos momentos na sua fala, a importância de todas estarem coesas em seus discursos, organizadas e terem uma representatividade dentro da comunidade, valorizando as ações a serem tomadas. Após, relatou as conversas que as mulheres tiveram com os vereadores e representantes do poder público municipal, citou as falhas de comunicação e os percalços dentro do processo do defeso municipal e como se deu os encaminhamentos das discussões. [...] Seguidamente, uma participante relatou o histórico da lei municipal de defeso. Ponderou que apesar das dificuldades de cadastramento, os problemas maiores começaram a ocorrer esse ano. “Antes eles (o governo) pagavam até para mulheres que não eram trabalhadoras, hoje em dia muitas mulheres que trabalham nos frigoríficos ficaram de fora e sem receber” disse (Turma 01, Módulo II Pescarte (Re)Une Debate: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente, Campos dos Goytacazes, Relatórios PEA Pescarte).

Embora o defeso esteja amparado por aspectos legais, sendo crime a pescaria no período, a personagem-chave relata que como o salário recebido não é suficiente para satisfazer as necessidades do pescador e de suas famílias, continua ocorrendo a pescaria ilegal, conforme ela descreve:

Por debaixo dos panos sempre tem trabalho, o ano todo, do peixe, do camarão, eles nunca param porque as pessoas, algumas, tem que trabalhar aqui, eles, os pescadores mesmo que pescam, eles não sobrevivem com o salário, eles acabam ganhando mais. E quando vem o defeso pra eles é pior, porque ele é obrigado a viver só com esse salário. Porque eles tem que parar e aí eles falam assim “ah, “a gente” tá dando um salário”. Mas aí depende, o salário dos que tem funcionários e coisas, o salário não dá. Então, eles acabam tendo que voltar pro mar e pescar escondido, né? (PERSONAGEM-CHAVE, 2017).

Em suma, analisando a apropriação tanto no discurso quanto na postura dessas mulheres, em consonância com aparições em espaços de decisões públicas e somando às posses de cargos representativos, como no caso das Presidentas de Colônias, constata-se simetria dessas mulheres como produto da Educação Ambiental Crítica, pois passaram a vislumbrar a transformação social

através da atitude-mobilização.

As investigações de Santos e Timóteo (2019) reiteram a intensificação da presença/participação feminina no mercado de trabalho pesqueiro, nas tomadas de decisão e nas representações da classe. Os autores revelam que esse quadro é terreno fértil para a ampliação das ações do PEA Pescarte junto às mulheres. A metodologia utilizada pelo programa foi fundamental na garantia da representatividade delas na pesca de interiores e continental. No que diz respeito à representação, 38% das mulheres foram eleitas para os grupos gestores.

Embora, as mulheres estejam ocupando espaços dominados por homens, ainda, esbarram em muitos desafios, “principalmente o não reconhecimento das especificidades produtivas e vivência das pescadoras por parte das lideranças sindicais” (SANTOS e TIMÓTEO, 2019, p. 346).

A marginalização da mulher na atividade pesqueira é tão “natural” que os sentidos masculinizantes da profissão pesqueira, reverberam na Classificação Brasileira de Ocupações, ao reconhecer, implicitamente, que tal atividade é *coisa de homem*. “Essa afirmação pode ser sustentada nas categorias ocupacionais relativas à pesca presentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO que utiliza uma categoria masculina na representação identitária para a ocupação, a de número 50. *Pescador Profissional*” (SOUZA e MARINHO, s.a, p. 2).

Em teoria, a Lei 11.959/2009 representou um avanço para as mulheres, à medida que abarcaram na categoria pescador artesanal profissional, todos aqueles que participam de qualquer etapa da cadeia produtiva da pesca, que vai desde a confecção de materiais utilizados na atividade até o beneficiamento do pescado. Mas, na prática o que se observa, ainda, é uma segregação social do trabalho, onde a mulher tem papel secundarizado (RODRIGUES et al., 2018). Os autores apresentam alguns elementos que contribuem para essa situação: (1) as atividades desenvolvidas pelas mulheres, na maioria das vezes, são realizadas em terra e perto da residência da família, ou seja, o fato de não estarem, efetivamente, no mar minimiza a percepção a respeito do esforço e do trabalho delas, caracterizando sua atividade como menos importante; (2) há situações em que a própria mulher não se reconhece como pescadora, dificultando uma construção identitária e afirmativa com a pesca; (3) outra questão, é a dupla jornada a mulher, afastando-a dos espaços deliberativos. E, concluem (4):

Para além disso tudo, as mudanças ecológicas, climáticas, a poluição e a especulação imobiliária, afetam muito mais as mulheres do que os homens pescadores, já que elas trabalham muito mais com recursos terrestres e de águas rasas, que são foco dessas questões, do que eles, que passam, por vezes, muito mais tempo no mar, pescando, do que na terra. (RODRIGUES et al, 2018, p. 179).

Na prática, o gênero interfere na atividade pesqueira. A questão é que embora muitas vezes, as “pescadoras sejam responsáveis pela sobrevivência de suas famílias, ainda sofrem de forma marcante, as consequências da supremacia do capital sobre o trabalho por meio da pesca industrial” (MELO et al., 2009, p. 9). As atividades das mulheres no manejo/beneficiamento dos produtos oriundos do mar, estuários e rios são negadas, como se não fossem pertencentes à cadeia produtiva da pesca. “O trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas pescadoras, pela diversidade e, por ser realizado em regime de atividades familiares, é visto como extensão do trabalho doméstico, ‘coisa de mulher’” (Ibidem).

A questão do gênero é problematizada no estudo de Motta-Maués (1999) “Pesca de homem/peixe de mulher (?): Repensando o gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil”. O autor denuncia que a invisibilidade da mulher na pesca é refletida, também, na produção científica que valoriza o trabalho do homem e secundariza/marginaliza o feminino. Por

outro lado, anuncia que os papéis atribuídos a homens e mulheres é fruto do processo histórico, e que o aprofundamento sobre as questões de gênero tem contribuído para visibilizar o lugar da mulher da cadeia da pesca. Ou seja, se por um lado há uma invisibilidade referente ao trabalho, por outro, as discussões sobre o tema enfatizam o feminino.

Uma questão que merece ser discutida nesse estudo é a atual conjuntura política do Brasil. Pois, a maneira como o Governo Federal tem negligenciado questões como: meio ambiente, gênero e igualdade de direitos, contribui para a desvalorização do papel da mulher na pesca, bem como compromete a sanidade dos ecossistemas aquáticos.

Diante da ausente visibilidade das políticas públicas, da falta de reconhecimento dentro do próprio grupo social, das múltiplas jornadas de trabalho, do silenciamento e das oportunidades de participação, engajamento e empoderamento, é preciso questionar: qual o lugar da mulher na pesca?

Em uma abordagem humanística, o conceito de lugar está ancorado na fenomenologia e no existencialismo. “O lugar seria, então, o ‘centro profundo da existência humana’, cuja essência estaria na ‘intencionalidade grandemente não-autoconsciente’” (FERREIRA, 2002, p 47). Nesse sentido, o lugar da mulher na pesca está ligado aos seus referenciais simbólicos, ao *locus* do pertencimento e da reprodução social. Nessa lógica, a garantia de seu lugar está na luta por direitos, na resistência contra o preconceito, no discurso que contagia outras mulheres, na ocupação dos territórios e na possibilidade de mudar de lugar para satisfazer suas necessidades, por meio da participação. Essa é a perspectiva de lugar alusiva às mulheres na pesca.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O Local



Figura 12 - A imagem ilustra o mapa de Campos com enfoque em foto da Vila dos Pescadores, localizada em Farol de São Thomé – Campos dos Goytacazes.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

A região Norte do Estado do Rio de Janeiro é, historicamente, caracterizada pela articulação de dois grandes ciclos, o agropecuário e, posteriormente, a cana-de-açúcar. Ao longo do século XX, com a queda da importância da produção de cana-de-açúcar, outra estrutura produtiva centralizaria os processos econômicos: a produção petrolífera. A perfuração da Bacia de Campos começou no fim dos anos 60 e alterou de forma significativa as estruturas econômicas da região. A produção de petróleo é, até hoje, importante elemento nas políticas regional e nacional, com grande importância nos orçamentos municipais, por meio do pagamento de *royalties* e da geração e circulação de renda diretamente envolvida com a produção (ROSENDO & CARVALHO, 2004).

Essa nova dinâmica promoveu um grande impacto socioambiental onde se instalou, com o crescimento desenfreado de Macaé, entre outras consequências. Uma das atividades mais impactadas é a atividade pesqueira, que é responsável pela renda de diversas comunidades, além de elementos identitários e culturais (DIEGUES, 2005) referentes à ocupação do litoral da região.

O município de Campos dos Goytacazes é o maior em extensão territorial do estado Rio de Janeiro. Está localizado na região Norte Fluminense e é composto por quatorze distritos, a saber: Sede; Santo Amaro de Campos; São Sebastião de Campos; Mussurepe; Travessão; Morangaba; Ibitioca; Dorés de Macabu; Morro do Coco; Santo Eduardo; Serrinha, Tocos; Santa Maria de Campos e Vila Nova de Campos.

A área litorânea do município possui uma extensão de 28 Km, fazendo fronteira com Quissamã e São João da Barra (BULHÕES et al., 2016). O recorte espacial da pesquisa se concentra nos distritos de Mussurepe e Santo Amaro de Campos¹⁶, onde está localizada a Vila dos pescadores, na localidade de Farol São Tomé. A pesca artesanal em águas oceânicas é a principal fonte geradora de renda das famílias (EDUARDO et al., 2017).

O autor supracitado descreve como é realizada a pesca em Farol de São Tomé:

Na praia de Farol de São Thomé, ocorre um tipo de pesca artesanal que é praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Esse tipo de pesca é exclusivo da região norte fluminense, ocorrendo em águas da zona econômica exclusiva. (BRUNO et al., 2017, p. 11).

A orla do Farol de São Tomé é descrita pelo Plano Diretor Municipal como área de grande valorização turística e de lazer, potenciais para a exploração econômica. Embora os estudos de Eduardo et al. (2017) tenham denunciado aspectos insustentáveis referentes à atividade pesqueira na localidade, os autores sugerem o fomento a uma educação ambiental crítica e contextualizada nas raízes históricas locais, como estratégia atenuante dos efeitos deletérios dessa atividade.

É fundamental para a manutenção da atividade pesqueira na região, a conservação dos recursos ambientais, assegurando a sustentabilidade do ecossistema marinho, bem como o oferecimento de condições de vida digna aos pescadores e pescadoras. Em pesquisas realizadas por Campos et al. (2018), aproximadamente, 90% dos pescadores entrevistados não desejavam que seus filhos continuassem na atividade pesqueira, atribuindo à instabilidade financeira o motivo principal.

Problemas como falta de saneamento básico, uso de drogas ilícitas e prostituição são alguns dos aspectos degradantes observados na Vila dos Pescadores. Os fundos de quintais, utilizados para o beneficiamento do pescado, revelam relações de trabalho exaustivas, degradantes e humilhantes. A seção II, do Plano Diretor Municipal, que discorre sobre a dimensão social, propõe como uma de suas diretrizes “Implantar Escola de Pesca no Farol de São Tomé e Casa de Filetagem para manejo do pescado junto às comunidades pesqueiras” (ART. 12; PARÁGRAFO I), visando à promoção do desenvolvimento sustentável local¹⁷.

Conforme descrito anteriormente, o recorte espacial desse estudo é a Baía de Campos, mais especificamente, Farol de São Tomé. A escolha dessa localidade ocorreu devido ao fato de ser uma das comunidades envolvidas nas atividades do PEA Pescarte. O programa atende a sete municípios, conforme ilustra a Figura 13 - Mapa do Rio de Janeiro com destaque para os sete municípios contemplada pelo PEA Pescarte durante a 2ª Fase.. Embora as comunidades estejam situadas em regiões litorâneas, com a presença de atividade pesqueira, cada uma apresenta particularidades, tanto em nível territorial como nas redes de comunicação.

¹⁶De acordo com o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, o núcleo urbano do Farol de São Tomé pertence a dois distritos.

¹⁷Segundo o Relatório de Brundtland, entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que possibilita a utilização dos recursos naturais sem comprometer a disponibilidade deles para as gerações futuras. No entanto, essa terminologia é extremamente polissêmica e tem sido utilizada largamente como marketing sustentável por diferentes organismos e empresas, fora de uma dimensão de sustentabilidade socioambiental.

Mapa dos Municípios de Abrangência do PEA Pescarte

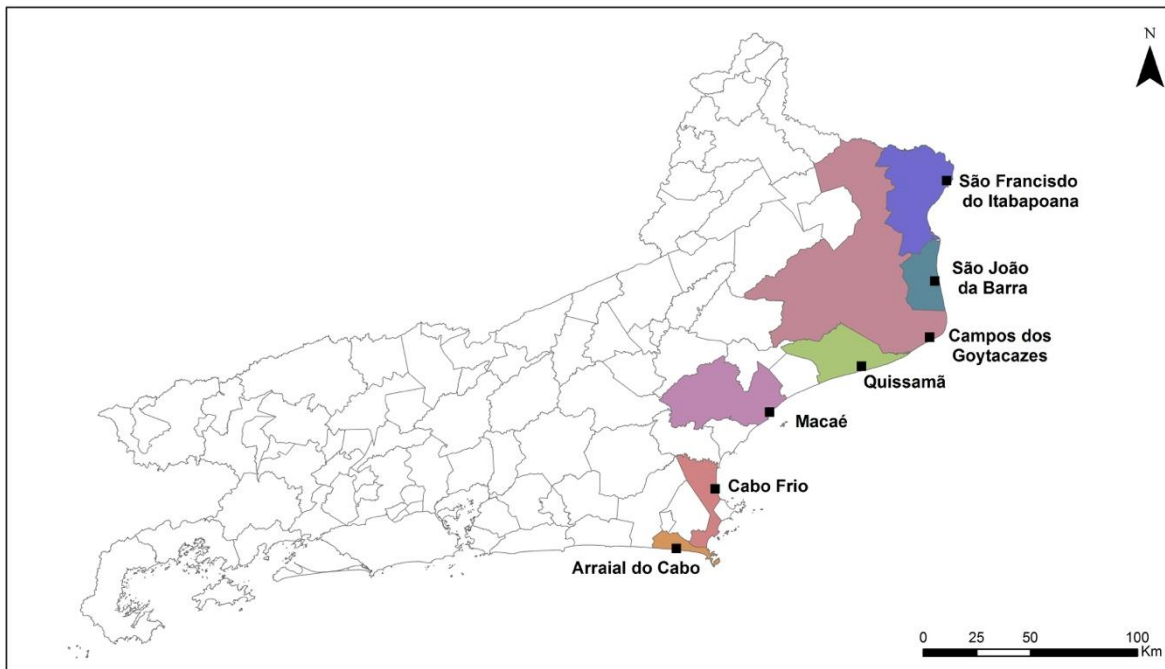


Figura 13 - Mapa do Rio de Janeiro com destaque para os sete municípios contemplada pelo PEA Pescarte durante a 2ª Fase.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

3.2 Os procedimentos técnicos

O levantamento de dados da pesquisa foi realizado a partir de pesquisas documental e bibliográfica. A primeira foi realizada por meio do banco de dados (PEA Pescarte) e atas de reuniões (instituições envolvidas no projeto). A segunda foi realizada em plataformas de pesquisas acadêmicas. Salienta-se que as conversas informais e a experiência profissional da autora também foram importantes para o constructo teórico-metodológico da pesquisa.

A abordagem da pesquisa é qualitativa. Flick, von Kardorff e Steinke (2000), apresentam quatro bases teóricas para caracterizar uma pesquisa qualitativa: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições “*objetivas*” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais se transforme em ponto de partida da pesquisa.

De acordo com Zanelli (2002, p. 83), o principal objetivo da pesquisa qualitativa “é buscar entender o que as pessoas apreendem ao perceberem o que acontece em seus mundos”. Para essa pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa dada a complexidade social da temática, que não deve ser reduzida a uma análise simplesmente numérica. A escolha impulsionou uma relação mais intimista com a entrevistada, permitindo a divulgação de informações pessoais. Uma pesquisa de caráter social demanda um aspecto qualitativo, pois está, intrinsecamente, relacionada à realidade, aos contextos sociocultural e histórico.

Para Deslandes (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito específicas de um nível de realidade que não pode ser quantificado. “Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 22).

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa elegeu o estudo de caso como o mais adequado. De acordo com Yin (2005, p. 32), esse estudo aponta “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Para a escolha do ator social, “sujeito” do estudo de caso, alguns critérios foram adotados, a saber:

(a) para “dar” voz e vez a uma mulher, que desenvolve uma atividade “dominada” por homens, na qual o machismo impera;

(b) por ser uma mulher, que cria seus filhos sozinha – situação que retrata uma parcela significativa da sociedade;

(c) pelo desenvolvimento da liderança que essa mulher exerce e por tudo que significa para sua comunidade;

(d) pela superação e força, que são traços da personalidade dela, que não a deixam desistir frente às dificuldades do dia a dia.

Em relação aos instrumentos de coletas de dados, realizaram-se: entrevista, observação participante e história de vida. A caderneta de campo foi utilizada como ferramenta auxiliar. Nela, foram registradas impressões capturadas no contato com a realidade da entrevistada, bem como demais informações que pudessem contribuir com a produção textual da dissertação. Para Cruz Neto (1994), a caderneta de campo é intransferível. “Sobre ela o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa” (p. 63).

A entrevista foi não estruturada e focalizada. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 197), essa tipologia assume as seguintes características:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. [...] Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal. Para isso, são necessários habilidade e perspicácia por parte do entrevistador.

De acordo com Cruz Neto (1994), a entrevista é comumente utilizada no trabalho de campo. Ela não é uma conversa despreziosa e neutra, sua intencionalidade é a coleta de informações a partir do olhar dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esse instrumento possui dois níveis: o primeiro é caracterizado pela linguagem verbal, que reitera a importância da linguagem e do significado da fala, e o segundo se refere à coleta de dados em pesquisa científica.

As entrevistas foram realizadas buscando compreender os seguintes aspectos: relação familiar; processo de transformação social; juventude; grau de escolaridade; situações que mudaram os rumos da vida pessoal e profissional; pesca artesanal na localidade; migração; história de vida; inserção no PEA Pescarte; oportunidades a partir do projeto.

Para fluidez da entrevista, a mesma foi realizada em local escolhido pela entrevistada. A fim de “quebrar” a formalidade do processo, a pesquisadora memorizou os pontos-chave do roteiro (Figura 14) e conduziu a entrevista como um bate-papo. É importante destacar que a entrevista foi filmada. Observou-se que, inicialmente, a entrevistada demonstrou nervosismo, mas no decorrer do processo ficou mais à vontade, respondendo com riqueza de detalhes sobre sua vida e participação no PEA Pescarte. Cumpre destacar que lhe foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as normas da Comissão de Ética da Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro.

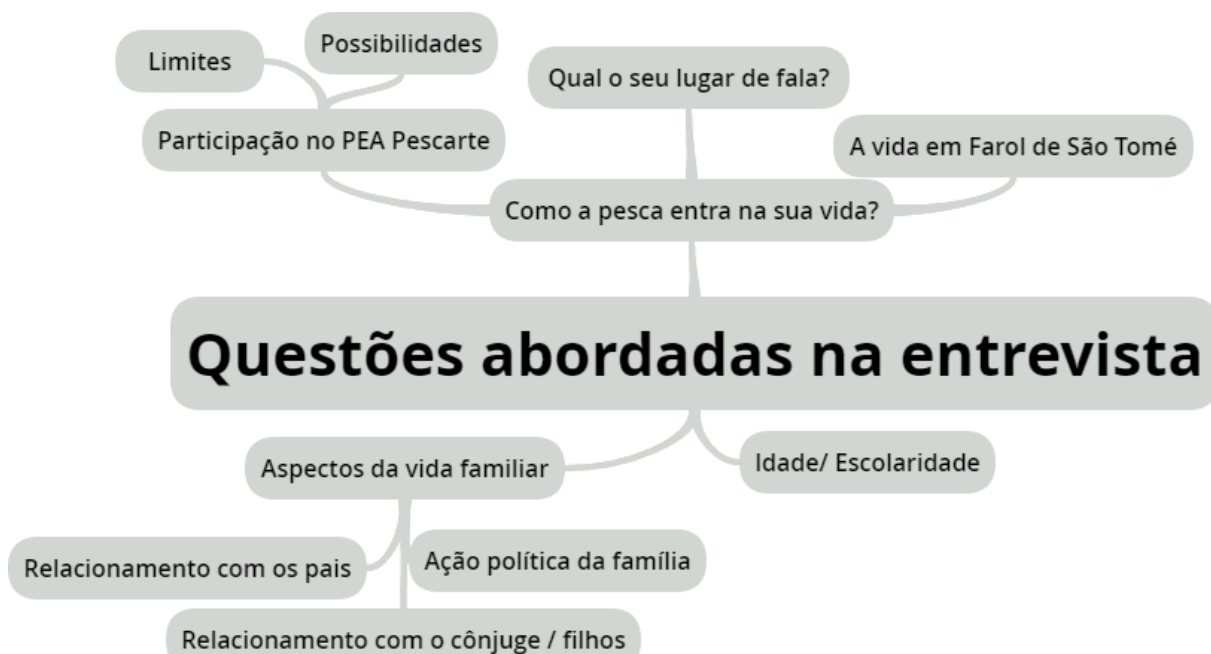


Figura 14 - Ilustra as questões abordadas na entrevista.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à observação participante foi uma técnica de pesquisa desafiadora para a pesquisadora, dada a dificuldade de manter distanciamento no decorrer da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), tal dificuldade é explicada pelo fato de o pesquisador exercer influência e ao mesmo tempo ser influenciado pelo grupo com o qual está trabalhando.

Cruz Neto (1994, p. 59) caracteriza detalhadamente esse tipo de observação:

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo da vida real.

E cumpre também destacar a contribuição de Carlos Rodrigues Brandão (2018), historicamente, vinculado à pesquisa participante que traz a visão de que uma *pesquisa participante* é também uma *pesquisa militante*. E que ela não é emancipatória por si mesma ou para si mesma, mas se constitui como um momento de um trabalho interativo, pedagógico e político, como uma ação de educação popular, em sua dimensão ampla e mais freireanamente¹⁸ radical.

No que concerne à história de vida, é uma técnica que “tenta obter dados relativos à “experiência Última” de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto em estudo” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 223). Esse instrumento metodológico foi

¹⁸ Relativo a Paulo Freire

fundamental para a realização da pesquisa, dado que desvelou uma série de informações relevantes, que contribuíram tanto para a pesquisa quanto para o lançamento de novos olhares relativos ao PEA Pescarte.

Maccali et al. (2013, p. 1, 2) sintetizam, brilhantemente, a escolha por esse método para a composição desse estudo:

O método possibilita ao pesquisador contatos com diferentes memórias, as quais constituíram no desenvolvimento do indivíduo tanto pessoal como profissionalmente, como também permitem ao indivíduo pesquisado o estabelecimento de um diálogo interior com seu próprio eu, tomando consciência sobre sua existência e compreendendo, assim, sua trajetória de vida.

Para Silva et al. (2007), a história de vida é um método utilizado nas abordagens biográficas que possui as seguintes características: (1) vínculo entre pesquisador e pesquisado; (2) produção de sentido para os envolvidos no método; (3) é uma história contada do jeito do entrevistado, considerando suas particularidades; (4) é uma ponte entre o indivíduo e o social. Ou seja, todas essas características dialogam, intimamente, com as motivações para a escolha do ator-chave desse estudo.

De acordo com Santos e Garms (2014), o método biográfico sofre críticas em decorrência de dois motivos: (1) atribuir ao aspecto subjetivo um valor de conhecimento. Nesse ponto, a realidade é interpretada por um indivíduo, que é historicamente determinado, sendo que isso não tem validação nas pesquisas de caráter quantitativo. Não é possível transformar em número e gráficos as impressões sobre mundo. (2) o método está distante do esquema de hipóteses e verificações, justamente, por apresentar um caráter qualitativo. No entanto, esse é o método “que impede o entendimento das biografias como meramente materiais justapostos, isto é, apenas como protocolos dos conhecimentos sociológicos, traduzido em informações” (p. 4096). Para o autor, os pesquisadores que recorrem às narrativas orais são interlocutores reais.

As narrativas biográficas de que nos servimos não são monólogos ditos perante um observador reduzido à tarefa de suporte humano de um gravador. Toda entrevista biográfica é uma interação social completa, um sistema de papéis, de expectativas, de injunções de normas e de valores implícitos e, por vezes, até de sanções. Toda entrevista biográfica esconde tensões, conflitos e hierarquias de poder; apela pelo carisma e para o poder social das instituições científicas relativamente às classes subalternas, desencadeando as reações espontâneas de defesa. (FERRAROTTI, 2010, p. 46).

É importante salientar que, em 2017, a personagem-chave desse estudo foi entrevistada por pesquisador da Universidade Estadual do Norte Fluminense, com o intuito de apresentar elementos para um trabalho acadêmico referente aos pescadores da região. De posse dessa entrevista, o presente estudo, enriqueceu sua análise, uma vez que permite confrontar as informações e verificar as mudanças ocorridas na vida da pescadora nesse intervalo de tempo.

Segundo Cruz Neto (1994), a utilização de história de vida como metodologia favorece um diálogo profundo entre entrevistador e entrevistado, permitindo uma retrospectiva crítica e analítica por parte do informante. Nessa perspectiva, o diálogo é bom para coleta de dados do pesquisador, mas, em certa medida, pode ser sofrido para o entrevistado, pela retomada de lembranças que podem ser desagradáveis. Na história de vida, “geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confiança” (Idem, p. 59). Essa situação descrita por Neto Cruz foi evidenciada na entrevista, quando a personagem-chave, apresenta

críticas sobre o PEA Pescarte, situação que pode ser atribuída a dois fatores: (a) intimidade entre as envolvidas na entrevista e; (b) forma de condução do diálogo. No relato “podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da dimensão individual” (Ibidem). Ou seja, a história de vida da entrevistada ajudou na compreensão das dinâmicas, dos conflitos, das relações. Enfim, do contexto da Vila dos Pescadores.

Após a etapa de trabalho de campo, realizou-se o tratamento das informações. Para o autor supracitado, o trabalho de campo é resultado de “momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido” (CRUZ NETO, 1994, p. 65).

Em relação ao tratamento dos dados, optou-se pelo método dialético. Sobre ele, Gomes (1994, p. 77) apresenta dois pressupostos: (1) não há consenso no processo de construção do conhecimento, ou seja, não há ponto de partida e nem de chegada. (2) “a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge da realidade concreta”, ou seja, a realidade social não se resume apenas a um dado de pesquisa, ela está assentada em um contexto.

Uma análise dialética considera que “todos os aspectos da realidade (da natureza ou da sociedade) prendem-se por laços necessários e recíprocos” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 101). Assim, os acontecimentos precisam ser avaliados à luz das condicionantes que o determinaram. Desse modo, a construção metodológica do trabalho possibilitou que a pesquisadora ressignificasse elementos da realidade concreta, compreendendo-os mais intimamente. O caminho dialético confluiu com a observação participante, possibilitando uma leitura crítica do PEA Pescarte e uma (re)leitura de aspectos a serem melhorados no programa.

A fim de enriquecer as discussões, ao longo do texto foram introduzidos trechos da entrevista concedida por ela em 2017. Destaca-se que a observação e contato direto com a entrevistada, no dia a dia das atividades do PEA Pescarte, permitiram acompanhar o crescimento pessoal da personagem-chave. A estrutura metodológica da pesquisa possibilitou uma conexão da pesquisadora com o campo de estudo e seus contextos. Embora esse mecanismo tenha facilitado a compreensão das dinâmicas territoriais, foi, também, um dificultador na distinção dos papéis de pesquisadora, de educadora socioambiental do PEA Pescarte e de mulher que se identifica com aspectos da vida da entrevistada. De acordo com Muylaert et al. (2014), tal constructo permite a oferta de dados que podem:

Produzir conhecimento científico comprometido com a apreensão fidedigna dos relatos e a originalidade dos dados apresentados, uma vez que permitem no aprofundamento das investigações, combinar histórias de vida a contextos sócio-históricos, tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam (ou justificam) as ações dos informantes. (MUYLAERT et al., 2014, p. 198).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em Farol de São Thomé, que abriga a localidade denominada Vila dos Pescadores, onde reside a personagem-chave dessa pesquisa. (PLANO DE TRABALHO DO PEA BC, 2016). De acordo com o Censo Pescarte (2016), é a localidade que abriga a maior quantidade de mulheres. Os estudos de Souza et al. (2017) revelaram que na percepção das mulheres, a excessiva fiscalização no período de defeso é a problemática que traz mais prejuízos ao dia a dia delas. Essa questão está intimamente pautada no trabalho “e consequentemente na renda familiar, visto que sua atividade laboral, muitas vezes ligada ao beneficiamento, depende da disponibilidade do pescado” (p. 8).

Conforme descrito anteriormente, as motivações para a escolha da personagem-chave desse estudo foram: (1) a identificação da pesquisa com sua história de vida; (2) o protagonismo, que ao longo do tempo foi construído/consolidado por ela. No sentido de situar o leitor, optou-se por descrever um pouco da história de vida da personagem.

A personagem-chave foi criada pela avó, porque os pais tinham muitos conflitos e não quiseram assumir a criação deles. Com 28 anos de idade, mudou-se para Campos dos Goytacazes, quando teve os primeiros contatos com a pesca, mais especificamente, com a limpeza e beneficiamento do camarão, no fundo de quintal¹⁹ de uma marisqueira local (Dona do Fundo de Quintal²⁰). Ao relatar sua história, a marisqueira afirma que se sentia perdida por não ter uma referência de família, mas que para diminuir esse sentimento, abraçava as pessoas que estavam por perto. Afirmou não ter se mudado da região por dois motivos: primeiro, porque não desejava se afastar dos filhos; segundo, porque precisava mostrar às pessoas que é preciso acreditar e continuar lutando para a vida melhorar.

A Vila dos Pescadores foi palco de um período muito difícil da vida da personagem. Ela conta que se mudou do Espírito Santo com o marido, as filhas e duas bolsas de roupa, arriscando-se em uma nova vida. Foi, então, que ela e o cônjuge construíram uma padaria, que melhorou a condição de vida da família.

Atualmente, a entrevistada cria quatro filhos sozinha. Ela relata as dificuldades dessa condição, mas ao longo da entrevista, deixou claro que não se arrependeu de tê-los e que é feliz, conforme descreve no trecho:

Eu não era feliz ali [se refere ao período que era casada e que tinha uma condição financeira confortável – grifo da autora]. Mesmo que eu tinha uma estabilidade eu não era feliz. Hoje eu sou feliz, pode, eu posso ter algumas dificuldades com meus filhos assim, alguma coisa assim, que as vezes faltam as coisas, mas hoje eu sou feliz. (PERSONAGEM-CHAVE, 2019).

¹⁹ Fundo de Quintal, segundo Costa e Silva (2019, p. 62), “deve ser pensado tanto com um espaço físico, referente ao ambiente interno da morada, ou como um trecho de rua onde habita a família dos donos do quintal, tanto que são, via de regra, identificados a partir dos nomes de seus donos, também sendo esses a figura responsável pela organização do trabalho e das trabalhadoras”.

²⁰De acordo com Costa e Silva (2019, p. 62), “A Dona do Fundo de Quintal, seja por meio da produção pesqueira própria, rede de confiança com atravessadores ou capacidade econômica, adquire e disponibiliza os produtos da pesca que deverão ser beneficiados para as demais mulheres. A dona pode trabalhar junto com as demais marisqueiras ou apenas coordenar as atividades de trabalho ao longo do dia. Entre suas responsabilidades estão: ter o pescado que vai ser trabalhado, reunir o grupo, conferir o volume produzido por cada uma das mulheres, acondicionar o produto limpo, efetuar o pagamento das trabalhadoras.”

De acordo com dados da pesquisa “Mulheres Chefes de Famílias no Brasil: avanços e desafios”, esse novo lugar ocupado pelas mulheres é fruto das transformações econômicas, sociais e demográficas das últimas décadas. O estudo, ainda, aponta que 15,3% das famílias são formadas por mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas. A entrevistada faz coro aos 28,9 milhões de mulheres, que em 2015, chefiaram suas famílias.

Outra questão contemplada na pesquisa se refere ao poder da educação nos processos de empoderamento e protagonismo. Por meio da educação, seja ela formal ou informal, a mulher tem assumido novos papéis na sociedade brasileira. Mesmo que as mudanças de paradigmas, a apropriação de novos conhecimentos e a ressignificação de outros sejam processuais, uma prática pedagógica crítica é um elemento importante nesse caminho. Por esse ponto de vista, as ações fomentadas pelo PEA Pescarte contribuem com a formação cidadã e o engajamento político necessários para a transformação social.

No que faz referência, especificamente, à realidade das pescadoras tradicionais, na área de abrangência do PEA Pescarte, o Censo revelou que o trabalho feminino é fundamental para renda familiar. De acordo com tal levantamento, aproximadamente, 22% do trabalho desempenhado pelas mulheres geram recursos financeiros para suprir metade das necessidades orçamentárias da família, “seguida de 10,26% com mais da metade e 9,7% como única fonte de renda” (SANTOS, 2019, p. 226), conforme ilustra a figura 15.

É necessário destacar que o aumento da qualificação profissional contribui para o aumento da vantagem no ingresso ao mercado de trabalho. Em tempo de altos índices de desemprego, o grau de instrução é um fator decisivo, dessa maneira, a contribuição feminina na renda familiar pode aumentar proporcionalmente ao aumento do acesso à educação. A significativa e crescente participação formal das mulheres no mercado de trabalho do Brasil, também, está alicerçada em uma maior escolarização geral de sua população. (ONU MULHERES, 2016, p. 69).

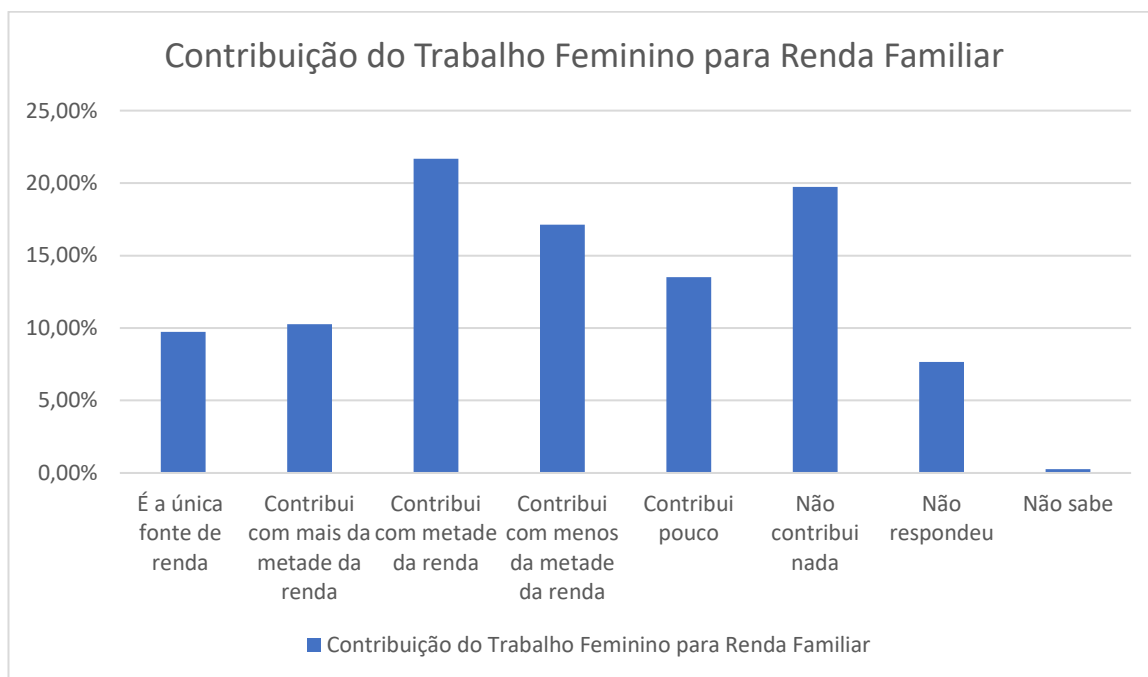


Figura 15 - Ilustra o gráfico de contribuição do trabalho feminino para a renda familiar. Fonte: Coletânea de Livros PEA Pescarte. Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Quando perguntada sobre como ocorreram os primeiros contatos com o PEA Pescarte, a

entrevistada explicou que, após o divórcio, ela precisava sustentar os filhos, por isso começou a trabalhar com a limpeza e beneficiamento do camarão. Ela ainda explicou que tinha vontade de participar do programa, porque não se sentia representada. O envolvimento da entrevistada é grande nas atividades propostas pelo PEA Pescarte, porque segundo ela, ao longo de sua vida, foi reprimida “nas coisas” de que queria participar, e o PEA Pescarte possibilitou uma reflexão mais profunda sobre a necessidade da participação para a vida em sociedade, bem como permitiu uma expressão do “eu”.

Quando perguntada sobre os primeiros contatos com as atividades do PEA Pescarte, a personagem-chave afirmou que foi a partir do Censo²¹ realizado em 2014. O Censo Pescarte (2014-2016) coletou dados junto às comunidades pesqueiras da BC, a fim de compreender a lógica da cadeia da pesca e seus sujeitos e modos de vida (TIMÓTEO e PINHO, 2019, p. 5). No que se caracteriza expectativa em relação à participação do programa, ela revelou que “quer ir com calma” e trouxe elementos do processo pedagógico para sua justificativa. Ela compreendeu que o Projeto tem um cunho solidário, mas demonstrou preocupação. Diante disso, as questões referentes ao aprofundamento do discurso feminista é um fator processual, que nasce com a curiosidade dela em participar, perpassando pela necessidade de garantia dos direitos da classe pesqueira. (ENTREVISTA, 2017).

Nesse período, foram investigadas informações de 10.082 pessoas pertencentes à atividade pesqueira nos sete municípios atendidos pelo programa. Além do mapeamento da pesca artesanal na região norte fluminense, o Censo PEA Pescarte promoveu a aproximação das equipes municipais com os/as pescadores/as e seus familiares e a lideranças, bem como propiciou um diálogo entre os pesquisadores da UENF e a comunidade, proporcionando a troca de saberes e a construção de novos conhecimentos. (COSTA e BRITO, 2019).

A entrevista revelou que a marisqueira não tem sua atividade laboral registrada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A justificativa oferecida por ela foi a de que teria que todo mês pagar pelo benefício. Daí no período de defeso, dos quatro salários que receberia, um ficaria comprometido com o pagamento do INSS. Ela também revela que a limpeza do camarão gera muitas polêmicas por causa da burocracia para comprovar a atividade. Outra questão abordada foi:

Se o marido recebeu do defeso da federal, a mulher não recebe da Prefeitura. Não concordo, porque ela trabalhou. É um direito dela. Ela trabalhou. Não foi o marido que trabalhou. Ela que está ali. (PERSONAGEM-CHAVE, 2019).

Para a entrevistada, essa situação revela o favorecimento do homem e a negação de direitos da mulher, expressando as relações desiguais no tratamento de homens e mulheres envolvidos com a atividade pesqueira. A questão aponta para a divisão sexual do trabalho. Historicamente, quando analisados à luz das relações de gênero e sexo, o lugar e o trabalho da mulher são desqualificados, desvalorizados e invisibilizados. Essa lógica é ainda mais perversa na atividade pesqueira.

No contexto das comunidades pesqueiras, esse é o panorama. No entanto, é preciso atentar para a importância estratégica do trabalho feminino para toda a unidade familiar. Em meio a esse

²¹Dentre os desdobramentos do Censo em Campos dos Goytacazes, pode-se elencar a realização de entrevistas com 589 famílias, 1650 pessoas e 824 pescadores(as). Na segunda fase do PEA Pescarte, os indicadores municipais anunciaram 6521 participações, das quais 802 foram de Campos dos Goytacazes. Dentre essas ações, elencam-se: 13 reuniões com grupos gestores; oficinas; 43 articulações; 9 assembleias comunitárias; e 16 gestores em comunidades (PEA Pescarte, 2018).

cenário, Santos (2018) destaca as principais atividades desempenhadas pela população feminina:

Pesca e coleta de mariscos; venda e processamento do pescado; diversificação das fontes de rendas familiares (a pluriatividade) na agricultura, no artesanato, no comércio e nos serviços. A mulher também ajuda na tecelagem e remendo das redes de pesca, preparo de linhas e iscas. Em alguns casos, foi possível identificar mulheres como membros de tripulação, fato este demarcado pela atividade em família geralmente, a mulher era esposa do proprietário do barco, sendo esta uma estratégia de compensação para os rendimentos declinantes com despesas e acordos de partilhas. (SANTOS, 2018, p. 181).

De modo geral, o não reconhecimento da mulher como elemento produtivo da cadeia da pesca, contribui para sua invisibilidade frente às políticas públicas. Além da predominância das relações machistas, que vigoram nos “territórios da pesca”, onde o pescador é a figura masculina e elo central dessa cadeia, ao passo, que a mulher é subalternizada e relegada a “funções” secundárias, como a limpeza do pescado.

A Lei nº 11.959 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras, tipifica o pescador em duas categorias: amador e profissional. O primeiro realiza a atividade pesqueira sem fins lucrativos, enquanto o segundo exerce a pescaria para fins comerciais. Para efeitos desse dispositivo legal, a atividade pesqueira artesanal se configura da seguinte forma: “os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO).

A lei não caracteriza os aspectos culturais presentes na atividade pesqueira, qualificando-a apenas em relação às atividades laborais e secundarizando os aspectos da reprodução social e da vida dos pescadores e das pescadoras. Para Ramalho (2016), reelaboram seu saber-fazer no espaço e no tempo, de acordo com as condições ambientais e societárias a que pertencem.

Os pescadores, ao (re)elaborarem seu saber-fazer sobre os pescados, objetivam suas pescarias (meios técnicos, tecnológicos) em um fluxo contínuo e dialético, que se integra como parte de sua própria condição e de seus atributos societários locais, e que não deixa de compor os processos regionais, nacionais e/ou globais e as possibilidades ecológicas encontradas. É nesse contexto, por a mediação ser feita entre pescador e o pescado, que as pescarias estão cheias de momentos de sínteses societárias, significando modos de ser e fazer-se pescador, nunca homogêneos, que buscam capturar tipos de pescados, a partir de interesses comerciais e/ou de subsistência, ou mesmo por conta das condições ambientais e de classes existentes [...]. (RAMALHO, 2016, p.412).

A partir dessa lógica, a definição de pescador/a está, diretamente, relacionada ao modo de vida e ao saber-fazer de cada pessoa que pratica “pescaria”. O autor sintetiza afirmando que o pescador é um trabalhador das águas.

Ainda, sobre o papel da mulher, em documento publicado em 2016, a Marcha Mundial das Mulheres elenca estratégias de resistência às investidas do capitalismo neoliberal. Dentre elas, evidencia o trabalho:

Não basta uma visão de que as mulheres são apenas impactadas de forma diferente pelo capitalismo. As mulheres são consideradas disponíveis aos homens e ao sistema, pelo controle do seu corpo e de seu trabalho. A vida de todas as pessoas só é sustentada com a sobrecarga do trabalho não remunerado que as mulheres realizam todos os dias. O trabalho doméstico e de cuidados continua sendo usado como variável de ajuste nesse modelo. (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2016).

Contestações nevrálgicas ligadas à questão do gênero são as múltiplas jornadas de trabalho da mulher e o não reconhecimento dessa carga excessiva de atividades laborais. Uma estratégia para aplacar o avanço degradante das práticas capitalistas no âmbito familiar é a educação oferecida em casa, na divisão das tarefas, no reconhecimento e na valorização do trabalho em seus diferentes matizes. A personagem-chave, assim como a maioria das mulheres trabalhadoras, compõe essa dinâmica. No sentido de fomentar a independência nos filhos, ela divide algumas tarefas domésticas entre eles.

As mulheres passaram a dedicar mais tempo às atividades produtivas, elevando o montante de trabalho no país em termos quantitativos e qualitativos. Porém, ainda há uma enorme disparidade entre homens e mulheres no que concerne ao tempo dedicado aos afazeres domésticos e cuidados com filhos e idosos. A mulher ainda detém a maior parte da responsabilidade nesses aspectos, o que gera uma inegável sobrecarga, e que pode limitar em muitos casos a ascensão profissional. (MONTEIRO, 2018, 10).

Essas questões referentes ao trabalho são sintetizadas na fala da entrevistada: “eles só estão fazendo valer os direitos do homem. A mulher sempre fica à mercê das leis” (ENTREVISTADA, 2019). Quando questionada sobre o posicionamento das outras mulheres em relação ao não recebimento do defeso, a personagem explica que as outras mulheres “acham cansativo participar de reuniões”. É importante destacar que o excesso de atividades realizadas pelas mulheres, que vai desde o cuidado com a casa e os filhos até o trabalho na cadeia da pesca, é um dificultador na participação delas. No entanto, Arnstei alerta que a “participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro” (ARNSTEI, 2002, p. 1).

Para a autora, a participação vazia perpetua o *status quo* de uma classe dominante (opressora) sobre os dominados (oprimidos). Assim, no sentido de fazer valer o direito das pescadoras/marisqueiras é fundamental que elas ocupem os espaços de tomadas de decisão. Afinal, a superação do machismo e o reconhecimento do trabalho feminino são conquistas que dependem da participação ativa das mulheres.

A entrevistada reconhece as relações segregantes e as arenas de poder envolvidas no trabalho com o pescado, no entanto, ela secundariza isso em prol do coletivo. Para ela, é mais importante que todos tenham acesso ao mercado de trabalho, à melhoria da qualidade de vida e o acesso a direitos do que uma “discussão” sobre machismo e feminismo.

Sobre essas imbricações, Brito (2016) evidenciou a necessidade da distinção entre democracia, cidadania e participação, uma vez que, recorrentemente, são terminologias utilizadas como sinônimo. O perigo disso é o esvaziamento desses conceitos e a minimização da importância deles no funcionamento da sociedade. A autora ainda alerta que, em cada um desses conceitos, a participação assume contornos diferentes. Na democracia, o conceito de participação se relaciona à influência direta dos cidadãos nos assuntos do Estado.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das pólis gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência para os estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Mudanças nas estruturas socioeconômicas incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época. (LIMA et al., 2482).

A seguridade dos direitos humanos está, intimamente, ligada à emancipação dos atores sociais e, conseqüentemente, à noção/ideia de cidadania. Dessa forma, a cidadania é um conceito que está em constante transformação, tendo em vista que as demandas e as necessidades das pessoas se encontram em frequentes remodelações. As pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em 1981, dividiram o conceito de cidadania em quatro dimensões:

1. A cidadania vivida que parte da situação real de acesso, uso fruto ou violação aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma dada população;
2. A cidadania garantida que parte da disponibilidade e do acesso aos direitos de cidadania via políticas públicas;
3. A cidadania percebida que parte da consciência e da cultura de direitos, das responsabilidades da cidadania, como as pessoas pensam os seus direitos e os dos outros;
4. A cidadania em ação, que parte da organização social e da participação política para a conquista da cidadania plena; da capacidade de intervenção social via engajamento e participação. (IBASE, 1981).

A participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão é um exercício que deve ser analisado à luz da cidadania ativa. De acordo com Benevides (1998, citado por Brito, 2016), a cidadania ativa está vinculada à participação, conforme se pode observar: “a cidadania ativa à participação, individual ou em grupo, nas mais variadas áreas de atuação sendo, portanto, considerados cidadãos ativos aqueles que assumem responsabilidades de participação em processos decisórios e na reivindicação de direitos”.

Se, por um lado, a personagem-chave relata que as companheiras de trabalho participam pouco das tomadas de decisão na comunidade pesqueira tradicional, por outro, o PEA Pescarte “representa uma estrutura de oportunidade com múltiplas possibilidades para que as pessoas compartilhem suas vivências, exponham pontos de vista e, sobretudo, vençam a inércia de trabalhar pela transformação social de suas comunidades” (COSTA e BRITO, 2019, p. 181). Os autores ainda complementam que “merece destaque o fato de que em um segmento social cujo discurso público destaca apenas o trabalho masculino na captura, 40,1% das pessoas que frequentam as atividades do PEA são mulheres pescadoras” (Ibidem).

Os estudos de Ramalho (2014) revelaram aspectos importantes sobre a participação (tanto de homens quanto de mulheres) nas arenas de poder entremeadas nos territórios pesqueiros, explicando os mecanismos e instrumentos de silenciamento e desarticulação da classe pesqueira, por parte do Estado, conforme indica o trecho:

A colônia de pesca, mais do que uma necessidade de uma categoria, assim como as federações estaduais e confederação nacional dos pescadores, foi um instrumento do poder público, que condenou durante décadas o processo de participação popular. Além disso, nesse período, como responsável por cada área em que se situavam as colônias, emergiu a figura do capataz, vinculado à Capitania dos Portos, que tinha o papel de cobrar dos pescadores taxas relativas às suas embarcações (canoas, jangadas, etc.)

e exigir deles a obrigatoriedade de associarem-se (a função de capataz era algo que datava do Brasil Imperial, a partir do Decreto nº 446, de 19 de maio de 1846, que criou também às Capitânicas dos Portos), disciplinando e ordenando o trabalho dos pescadores. (RAMALHO, 2014, p. 39-40).

Hodiernamente, ela trabalha limpando camarão, porque não precisa se deslocar para frigoríficos [caso de unidades de beneficiamento], pois precisa cuidar dos filhos. Ela relata o interesse da filha em “ajudar”. A entrevistada explica como ela pensa em relação ao fato de a filha querer trabalhar: “Não vou botar ela pra trabalhar. Mas, eu sou daquela opinião, que criança tem que trabalhar cedo. Não é ser explorada. Ela tem que primeiro estudar. Foi por isso que eu tirei, voltando lá atrás” (ENTREVISTADA, 2019). Ela ainda relata a preocupação que tem com os filhos, em relação à prostituição e ao consumo de drogas.

Nesse contexto, a fim de manter o cuidado com os filhos, o Fundo de Quintal é uma alternativa que possibilita às marisqueiras tanto acompanhar a vida dos filhos quanto gerar renda. Conforme aponta Costa e Silva (2019):

O trabalho no Fundo de Quintal possibilita as mulheres marisqueiras ter tempo para cuidar dos filhos menores. Uma vez que a remuneração é por produção, em qualquer emergência familiar ou nas atividades cotidianas (levar filhos na escola, fazer almoço, entre outros), a marisqueira pode deixar o serviço e voltar ao grupo de trabalho, no mesmo dia ou em outra oportunidade. Para elas, é significativo que os filhos sejam cuidados no espaço de trabalho. (p. 67).

A história relatada na entrevista evidencia as marcas profundas da desigualdade social, que estão engendradas na sociedade brasileira. Para os meritocratas, as condições de vida da entrevistada não são um limitador das oportunidades para seus filhos. No entanto, as desigualdades sociais e econômicas são produtos do sistema econômico capitalista, que se fortalece nos binômios exclusão-inclusão; opressor-oprimido; pobres-ricos e empresariado-classe operária. Quando a referência são os filhos dos/das pescadores/as, são perceptíveis as condições de vulnerabilidade/fragilidade em que se encontram. “Obviamente, as perspectivas de vida, de sucesso e de prosperidade abertas ao filho de um pescador artesanal são muito distintas das do filho do banqueiro. A desigualdade entre eles é flagrante” (ESTEVEZ, 2019, p. 248).

A pesquisa evidenciou algumas características das relações vivenciadas nos fundos de quintal na Vila dos Pescadores. De acordo com a entrevistada, atualmente, a localidade possui seis estabelecimentos desse tipo. Ela ainda denuncia que tem Donas de Fundos de Quintal que cobram um salário para deixarem as mulheres trabalharem na limpeza do pescado. O pagamento é realizado por produtividade, ou seja, quanto maior a quantidade de pescado limpo, maior será a remuneração. A entrevista revelou que o valor pago por quilo de camarão limpo é, em média, R\$ 3,00. A entrevistada mencionou que não abre um Fundo de Quintal próprio porque já criou uma relação de afetosidade, de troca com as outras mulheres e, também, porque não quer assumir tanta responsabilidade sozinha. Para a entrevistada, uma alternativa a esse trabalho são os empreendimentos ligados à Economia Solidária. O esforço de sair dessa condição é justificado pela sua participação nas oficinas e nas capacitações realizadas pelo PEA Pescarte. Ela ainda evidencia que é importante que outras pessoas participem para conseguirem melhores oportunidades de trabalho. (ENTREVISTA, 2017).

É importante destacar que o beneficiamento do pescado não é feito exclusivamente no fundo do quintal das casas. A entrevistada explicou que o pescado pode ser limpo na rua – que

também é chamada de fundo de quintal. O mesmo trabalho pode ser feito nos frigoríficos. A primeira forma de limpeza do pescado descrita por ela gera poluição do ar e do solo, podendo inclusive ocorrer contaminação do lençol freático, pois os restos do pescado são descartados a céu aberto. (ENTREVISTA, 2017).

Diante disso, a proposição dos projetos de geração de trabalho e renda dialoga com a (re)introdução da identidade produtiva, fomentada em um espaço coletivo, que dê autonomia a comunidade pesqueira por meio de processos organizativos. Ainda nesse íterim, os PGTRs contribuem para diminuir os efeitos danosos da realização de atividades laborais sem as mínimas condições de conforto e bem-estar para o trabalhador, como exemplo, um espaço para a higienização, com banheiros e abrigados das intempéries.

Em relação aos múltiplos papéis (mãe solo, trabalhadora, provedora, mulher), além das diferentes jornadas exercidas pela entrevistada, ela descreve uma rotina diária exaustiva e relata todo o esforço para oferecer estudo e alimentação aos filhos, porque é difícil viver, exclusivamente, da renda gerada por meio da pesca. Por isso, muitos pescadores/as não querem que seus filhos tenham o mesmo destino. Campos et al. (2019, p. 275) apontam essa tendência em suas pesquisas, conforme demonstra o trecho:

Trata-se de uma opinião que foi compartilhada por quase todos os pescadores nos grupos focais realizados. Inclusive, os jovens participantes dos grupos focais disseram que eles próprios não têm interesse em trabalhar com a pesca, tendo em vista a baixa perspectiva de renda. Essa questão também foi perguntada no questionário do Censo PEA Pescarte, o qual aponta que mais de 85% dos pescadores disseram que não gostariam que os seus filhos seguissem a sua profissão.

Se as políticas públicas, efetivamente, não atenderem às demandas dos/das pescadoras, há uma forte tendência de esvaziamento dessa atividade tradicional. Pois, conforme apontado por Campos et al. (2019), a perpetuação dos saberes dos pescadores tem diminuído, em decorrência do desinteresse das atuais gerações pela atividade e pela falta de incentivo dos pais, por compreenderem as dificuldades da profissão.

Para a entrevistada, a mudança dessa situação está na participação das pessoas para garantirem representatividade e, assim, conseguirem conquistar direitos. Ela voltou a falar que sua história de vida foi marcada por silenciamento, que foi oprimida e que “vivía somente para os filhos e o casamento”, mas, a partir das reuniões do PEA Pescarte, adquiriu muitos conhecimentos e começou a “brigar” por representatividade, conquistando, aos poucos, ‘seu lugar de fala’ no grupo. “Eu sei que eu posso falar as coisas. É, posso não estar com toda a razão, mas eu sei que posso ser ouvida, que vai ser estudada minha fala. Que vai ser ouvida e que vai ser importante” (ENTREVISTADA, 2019).

Quando perguntada sobre a significância das oficinas para o processo eleitoral do Grupo Gestor, enquanto espaço de troca de vivência com outras pessoas, a entrevistada explicou que foi importante para melhor compreensão dos seus direitos como pescadora, mas que ainda tem muito a aprender, principalmente, em relação à legislação vigente, conforme aponta sua explicação:

Ah, sempre aprendizado. Porque, como que eu vou explicar? Porque cada dia você está aprendendo. Então, tinham coisas que eu não sabia. Os direitos da gente eu não sabia. E hoje eu já to mais familiarizada. E tudo, não só na pesca, mas tudo tem leis, leis e leis de coisas que a gente não sabe. Eu falo assim: “Eu sei falar bem, mas eu não sei todas as leis”. Que tem coisa que eu tenho que aprender muito ainda. É muito chão. É muita coisa. É muita lei que os pescadores e as marisqueiras do Farol de São Tomé não sabem e nem os direitos que tem. De tanta lei. De tanto direito. Ninguém sabe de nada. Só vive

trabalhando, trabalhando e trabalhando e não sabe de nada. (ENTREVISTADA, 2019).

E completa que o aspecto que mais chamou sua atenção no PEA Pescarte foi a oportunidade de falar como igual, sem que houvesse distinção entre homens e mulheres e hierarquia de conhecimentos, conforme explica:

A oportunidade de ser botado como igual. Que ninguém é melhor do que ninguém e que todos têm oportunidade de falar e ser ouvidos, também. Todos têm oportunidade de disputar os pensamentos, que todo mundo tem direito a voz. (ENTREVISTADA, 2019).

Quando questionada sobre o relacionamento com os/as pescadores/as de outros municípios nos espaços de discussão promovidos pelo PEA Pescarte, a entrevistada revelou que se sente como se “estivesse numa grande família” e que diminuiu a questão do “nós somos mulheres e temos nossos direitos”. Porque, segundo ela,

nós não estamos lutando aí, por uma classe feminina. Nós estamos lutando pela classe pesqueira, é diferente de ser feminismo, né? Ou lutar pelos direitos das mulheres. Claro que sim, temos que brigar pelos nossos direitos de mulheres, mas, primeiramente, nosso direito de produtores da pesca. Não o direito feminino. [...] Eu acho que é muito além de só representar “eu sou mulher”, primeiro do que eu ser mulher, eu sou representante da pesca, então não é só levantar a bandeira “Eu sou mulher, eu vou ter direito porque eu sou mulher”. Claro, eu vou ter direito porque eu sou a representante da pesca e sou mulher. (ENTREVISTADA, 2019).

Conforme, já descrito anteriormente, a mulher é invisibilizada no ‘mundo da pesca’, o trabalho feminino é menos importante que o trabalho do homem, a mulher acumula vários papéis e funções ao mesmo tempo e, no dia a dia, precisa conquistar seu lugar.

No entanto, conforme descrito por ela mesma, o PEA Pescarte é um lugar de constante aprendizado. Nesse âmbito, olhar em outras direções, apropriar-se de novos conceitos e compreender o “lugar”, que, historicamente, foi relegado às mulheres, faz parte do caminho. Lançar o foco em outras direções é processual. E, talvez, a partir da troca de experiências com outras mulheres, que estão na luta pela garantia de seus direitos, seja possível para a entrevistada, futuramente, compreender a importância do movimento feminista para sua vida. Aliás, sem as conquistas alcançadas por esse movimento, a entrevistada não teria “seu lugar de fala”.

Nesse ponto, a opção metodológica desse estudo foi muito pertinente, pois as entrevistas narrativas:

Combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que as narrativas revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo(2), são também constitutivas de fenômenos sóciohistóricos específicos nos quais as biografias se enraizam. As narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes. (JOVCHELOVICH E BAUER; 2002; CRESWELL, 2014 citado por MUYLAERT, 2014, p. 196).

Uma contradição capturada na entrevista se refere ao fato de a participação dos espaços de

tomada de decisão estar vinculada à presença dos filhos. A entrevistada possui uma práxis convergente com o feminismo, mas não ‘percebe’ que enfrenta questões inerentes quase que, exclusivamente, à condição de ser mãe. Além disso, destaca-se um feminismo sem uma linha identitária e sim pautada nas lutas coletivas de classe. Ela afirma que só participa dos espaços em que pode levar os filhos. Essa situação, na maioria das vezes, não é enfrentada por homens, porque a eles não é relegada a tarefa do cuidado com os filhos.

Outra situação descrita pela própria entrevistada denuncia a situação de invisibilidade e preconceito com as marisqueiras. Ela relata que em uma reunião realizada na UENF, um empresário do ramo pesqueiro, afirmou: “Em Farol de São Thomé só tem madame, não tem marisqueira”.

No entanto, a entrevistada chama a atenção que nas atividades propostas pelo PEA Pescarte, seus filhos podem participar junto com ela, pois o programa adapta as temáticas abordadas para o letramento das crianças, intitulada “Pescartinho”, que consiste numa forma lúdica de promover o envolvimento das crianças no projeto. Essa proposta do PEA é importante por dois motivos: primeiro, porque permite que as mulheres participem, pois estão juntas com seus filhos; segundo, porque promove a reflexão das crianças, que também estão envolvidas na pesca. A entrevistada sintetiza o que ocorre no Pescartinho (Figuras 16 e 17):

Eles aprendem [referindo-se aos seus filhos] as mesmas coisas que a gente. Tipo o que é democracia, né? Tem direito de voto, de escolher o filme, de escolher o que vai pintar, o que vai assistir. Aprendem os direitos deles também, tipo adulto. Eles vão aprendendo de forma para criança. (ENTREVISTADA, 2019)



Figura 16 - Oficina com crianças e educadores socioambientais durante atividade do Pescarte em Quissamã.

Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)



Figura 17 - Oficina com crianças e educadores socioambientais durante atividade do Pescarte em Coroa Grande - Campos dos Goytacazes.
Fonte: Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Algumas questões merecem ser refletidas. Frente a todas as particularidades enfrentadas pelas mulheres na pesca, não há necessidade de uma representação que compreenda as diferenças? Um homem consegue representar as angústias das mulheres em relação à valorização do trabalho? Um homem consegue representar as mulheres que, ao mesmo tempo, precisam cuidar dos filhos, da casa e trabalhar?

É necessário salientar que decorridos dois anos de atividades realizadas pelo PEA Pescarte, o Plano de Trabalho prevê a organização do Grupo e acompanhamento de Obras - GAO (Figura 18) como “um dos produtos previsto para emergir do processo de construção coletiva e dialógica do propósito comum, processo, cuja temporalidade transcende este ciclo” (QUINTAS, 2019, p. 75).

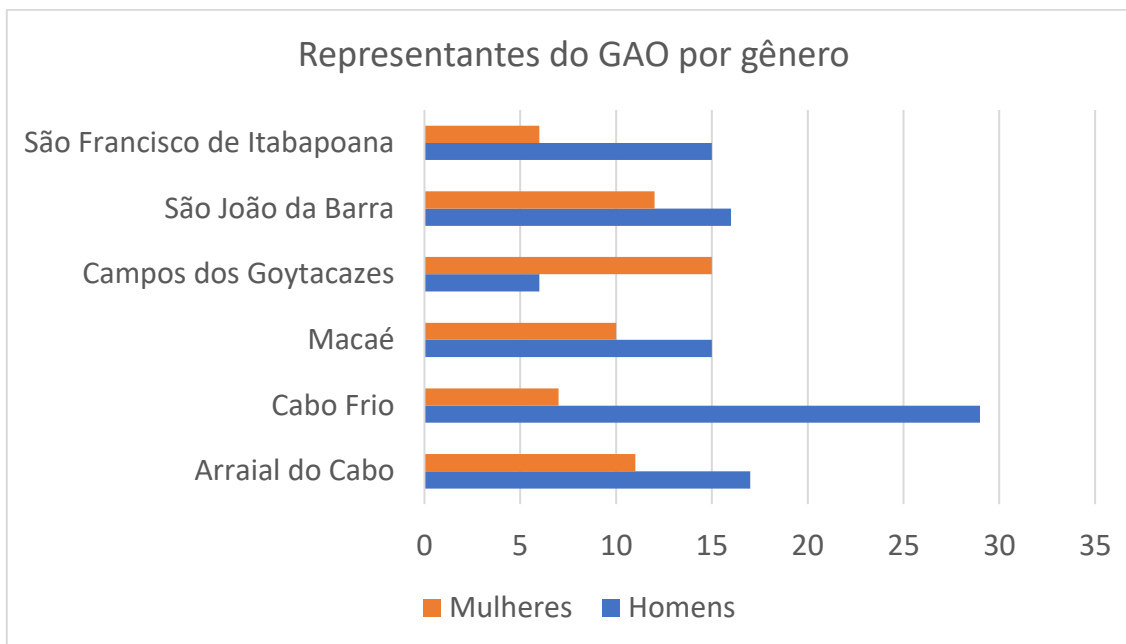


Figura 18 - Ilustra a quantidade de componentes do GAO divididos por gênero.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019).

Quando questionada sobre a forma de atuação do PEA Pescarte, foram identificadas algumas incongruências na fala da entrevistada. É importante destacar que o projeto fomenta o processo de autonomia dos sujeitos da ação educativa por meio de participação nos espaços de discussão ligados ao licenciamento ambiental e às medidas de mitigação. Para Quintas (2019, p. 14), entende-se por autonomia a “capacidade do indivíduo e da coletividade de fazerem escolhas sem tutelas e coação”.

Uma ilustração de como o processo pedagógico é capaz de transformar, empoderando as pessoas na busca por uma sociedade mais igualitária, ocorreu no comparativo entre as entrevistas de 2017 e 2019. Na primeira, a personagem não quis ser gravada, mostrando-se mais introspectiva e mantendo certo distanciamento, característico da formalidade. Ao passo que, na segunda, embora tenha havido uma inibição inicial, ela mesma pediu para ser gravada, respondeu às questões com mais clareza, estava maquiada, enfim, a leitura da linguagem corporal revelou um maior protagonismo.

Quando perguntada sobre a sensação de ter sido a mais votada como representante do GAO, na segunda eleição²² (Figura 18), a resposta da entrevistada denunciou as correlações de força inerentes ao processo e revelou uma situação preocupante quanto à participação em futuras eleições para representantes - a condicionalidade de emprego, conforme apresenta o trecho: “Olha, estou indo lá votar em você mais uma vez, mas se você não chegar serviço, ninguém vai mais votar em ninguém, chega!”. Será que a participação na GAP está relacionada à aquisição de emprego? A GAP é importante para mitigar os efeitos deletérios causados pela exploração e produção de P&G, mas os pescadores compreendem ou não a importância da participação deles nesse processo?

²²Está prevista, na 3º Fase do Projeto, a eleição de um grupo que representará a comunidade na escolha dos empreendimentos. E, segundo a entrevistada, ela começou a participar das reuniões por curiosidade. Na primeira entrevista, em 2017, a entrevistada havia tomado posse, referente as primeiras eleições. E, na segunda entrevista, havia sido eleita pela segunda vez para representar sua comunidade.

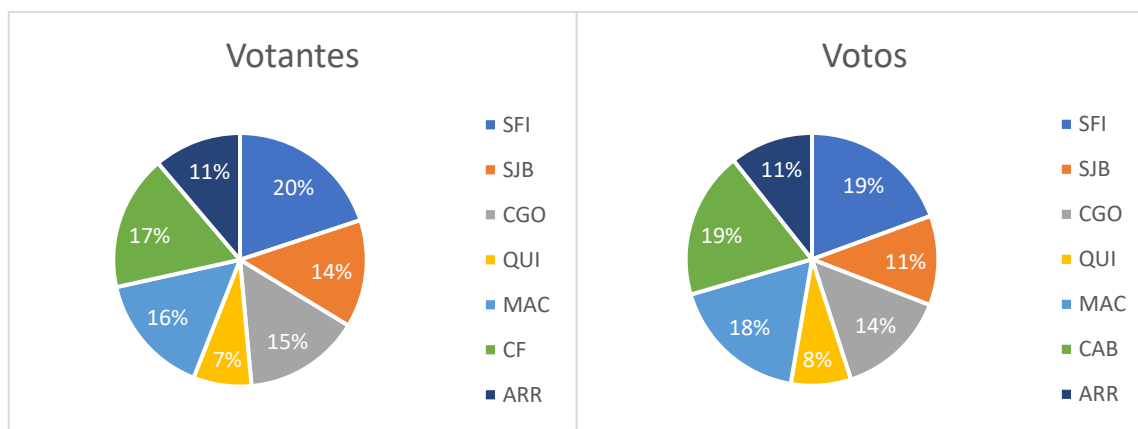


Figura 19 - Ilustram os dados referentes aos votantes e à quantidade de votos nos municípios abrangidos pelo PEA Pescarte.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019).

O número de votantes e a quantidade de votos estão expressos no Quadro 3:

Quadro 3 - Ilustra a quantidade de votos e votantes por município na área de abrangência do PEA Pescarte.

Dados Gerais do Pescarte		
Re(Une) Elege - Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO)		
Município	Votantes	Votos
São Francisco de Itabapoana (SFI)	419	1315
São João da Barra (SJB)	289	777
Campos dos Goytacazes (CGO)	312	955
Quissamã (QUI)	156	521
Macaé (MAC)	327	1205
Cabo Frito (CF)	363	1275
Arraial do Cabo (ARR)	235	722
Total	2101	6770

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

No sentido de valorizar o protagonismo da personagem-chave em relação ao recorte espacial, optou-se por ilustrar a quantidade de votos por candidatos do GAO de Campos dos Goytacazes (Figura 20).

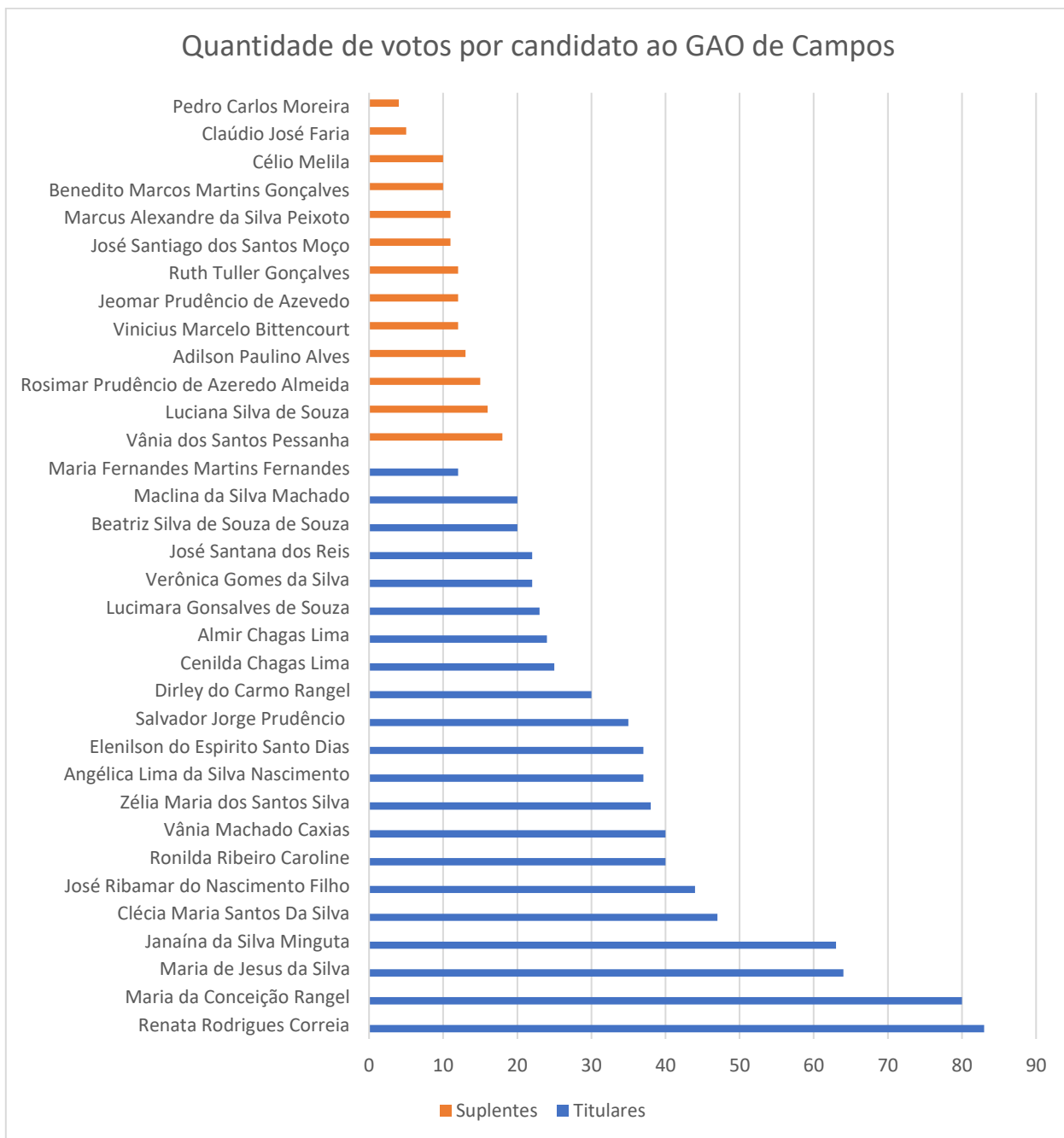


Figura 20 - A imagem ilustra a quantidade de votos por candidato ao GAO de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Acervo Interno PEA Pescarte (2014-2019)

Em relação à responsabilidade de ocupar uma posição de liderança, a entrevistada afirma que o mais importante é ela sentir que faz a diferença para as pessoas, mas que também é cobrada pela comunidade pesqueira para que o projeto atenda às suas demandas de geração de renda. O fundamental é não perder de vista a proposta do PEA Pescarte, que é atuar na perspectiva da geração de trabalho e renda, mas, para além disso, o escopo das ações tem como balizador a transformação social por meio da educação ambiental crítica. A entrevista revelou, ainda, a preocupação da personagem-chave com o coletivo, com as possibilidades de trabalho para os/as

pescadores/as. E concluiu: “Eu não tenho que pensar só em mim, eu tenho que pensar nos outros também, porque assim eu estou sendo um pouquinho melhor”.

Ainda assim, a entrevista apontou que houve mudança de comportamento na comunidade depois do programa, principalmente, em relação ao interesse pelos estudos, conforme relato da entrevistada:

Tem gente procurando para fazer novos cursos. Porque, eles falam assim: “Olha, eu estou vendo que você está participando, vai ter curso quando?”. Eles já vêm procurar. Porque tá vendo que vai ter alguma coisa. Eu quero participar desse novo ciclo. Tem duas meninas lá do fundão da vila, mais lá para dentro, que vieram me procurar. “Quando tiver você coloca meu nome, porque eu não sabia que tinha curso, eu quero participar, eu quero fazer parte” (ENTREVISTADA, 2019).

Conforme descrito anteriormente, a estrutura organizacional e metodológica do PEA Pescarte prevê seis fases. A constituição do processo organizativo, o empoderamento e a compreensão da importância da participação nos espaços de tomadas de decisão são um caminho longo, que demanda tempo de estudo, de discussão, de reflexão, de imersão. E, nesse sentido, o PEA Pescarte, por meio dos PGTRs, busca a promoção do desenvolvimento territorial. O caminho é longo até a chegada dos empreendimentos da região, o que justifica o tempo de formação e organização construído junto aos pescadores.

No entanto, mesmo compreendendo as mudanças positivas em sua vida, uma análise mais apurada do discurso da personagem-chave revelou a reprodução da lógica capitalista, de que o recurso financeiro é o objetivo fim da participação das atividades do PEA Pescarte. A questão é que a Educação Ambiental Crítica e as discussões que permeiam a GAP são importantes para a construção de outros olhares, que transcendam as relações sociais dos “territórios pesqueiros”, logo a geração de trabalho e renda é a consequência do processo organizativo dos/das pescadores/as, que irão se inserir no mercado de trabalho. Mesmo evidenciando a processualidade da situação para organização de futuras cooperativas, a entrevistada relata que não é necessária essa dinâmica:

Eu vou participar!” Mas eles ficam: [se refere a outros pescadores – grifo da autora]: “Eu não, não estou vendo nada. Para que eu vou participar?”. Essa demora também afasta as pessoas, entendeu? Cansa... cansa eles. Então eu acho que se estivesse mostrando, assim... alguma coisa. Não é só a gente que está participando. A gente está participando, porque a gente acredita. Mas, e quem não está participando? (ENTREVISTADA, 2019).

A entrevistada destacou a dificuldade de articular a comunidade e “fazer com que eles compreendam a importância de participar”. E a pesquisadora alertou:

E esse é o grande desafio. Porque não adianta você ter um espaço físico, onde você diga que as pessoas vão trabalhar se elas não entenderam de onde vem isso, a importância de trabalhar coletivamente e de se envolver nos processos participativos. (AUTORA, 2019).

É importante evidenciar que em 2014, a personagem-chave foi entrevistada pelos educadores socioambientais do Censo PEA Pescarte. Ela mesma fez um comparativo nas mudanças ocorridas nesse intervalo de tempo, conforme indica o relato:

Eu sou muito de querer viver um dia após o outro, porque tem um ditado que eu gosto muito que é assim, olha: “Viva como se fosse morrer amanhã. Estude como se fosse viver eternamente”. Então, eu não sou muito apegada a coisas materiais não, entendeu? Eu sou

muito mais de querer viver a cada dia e me sobressair, de estudar, de aprender, de querer passar conhecimento, de querer aprender... eu tenho fome de conhecimento, de conhecer. Eu quero aprender. Eu quero saber falar, saber me portar. E cada vez mais conhecimento. E a [personagem-chave] de 2014 ela era muito mais bronca mesmo. Como é? Tosca, né? Sem saber se portar; já a [personagem-chave] de hoje não... ela está muito mais experiente nas coisas, mesmo o dragão tentando engolir ela, vai olhar para o dragão e falar assim: “Não estou com medo! Eu estou aqui porque eu consegui chegar aqui e você não vai tirar esse direito meu”. E é isso que é a diferença. Se fosse 2014 ela iria sair correndo. Hoje já não. Eu olho nos olhos e falo que não vou correr, se eu estou aqui, eu vim para a briga. (ENTREVISTADA, 2019).

A própria personagem-chave reconhece as modificações ocorridas em sua vida nos últimos anos, a importância do envolvimento nas tomadas de decisão pertinentes ao seu mundo do trabalho e como o acesso ao conhecimento é transformador. Esses novos olhares são fruto das transformações que a educação promove. Nesse aspecto, é perceptível a importância do percurso pedagógico construído pelo PEA Pescarte no fomento à transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intertextualidade desse estudo proporcionou ampliar a percepção de que as transformações ocorridas na história de vida da personagem-chave são oriundas de sua disponibilidade em participar dos espaços não formais de educação. No âmbito da perspectiva da Gestão Ambiental Pública e na vertente da Educação Ambiental Crítica promovida pelo PEA Pescarte, ela ocupou papel importante nas tomadas de decisão no que se refere à comunidade pesqueira. A proposta pedagógica assentada no diálogo e na análise crítica da realidade foi fundamental nesse processo. Visto que a escuta sensível, a manutenção da mobilização diária e as formações coletivas proporcionaram tanto ao grupo da pesca, em especial as mulheres, quanto aos educadores, um aprofundamento de conhecimentos e fortalecimento nos processos educativos.

No que diz respeito à investigação da trajetória de vida da personagem-chave, à luz da participação da mesma no PEA Pescarte, a pesquisa revelou que a metodologia utilizada pelo programa possibilitou a verbalização das ideias da entrevistada, oportunizando a troca de experiência entre os envolvidos nos processos formativos, bem como a (re)significação de conhecimentos antigos e a aquisição de novos. Enfim, a práxis pedagógica alicerçada na construção coletiva do saber foi elemento central na visibilização do protagonismo da marisqueira, que foi silenciada por muito tempo. Essa constatação atende às proposições dos objetivos específicos 1 e 2.

Outras questões, que figuraram como pano de fundo desses objetivos, fazem alusão ao trabalho da mulher. O aprofundamento teórico da pesquisa revelou o “lugar” invisibilizado das marisqueiras na cadeia da pesca e, ainda, a reprodução de uma estrutura protagonizada por homens e de uma lógica patriarcal, em que os papéis sociais destinados a elas são os de mãe, esposa, cuidadora e submissa. Na pesca, as mulheres habitualmente são observadas, tanto dentro de suas comunidades pesqueiras quanto pelo poder público como acompanhantes de seus esposos pescadores e/ou ajudantes dos pescadores. No entanto, as mulheres trabalham na cadeia da pesca ocupando espaços desde a extração até o beneficiamento do pescado, sendo comumente chamadas de marisqueiras na região de Campos dos Goytacazes.

A ruptura desse paradigma é gradativa e se dá por meio da participação e da ocupação/apropriação do território como agentes transformadoras de sua condição sócio-histórica. Ao longo da pesquisa, observou-se como as marisqueiras criam espaços de resistência para a superação dessa condição, a julgar pela personagem-chave, que foge ao padrão romantizado de pescadora.

No que concerne à importância da participação dos sujeitos da ação educativa na transformação social dos/das pescadores/as na localidade investigada, constatou-se que a participação foi a força motriz que redefiniu o lugar da marisqueira. Por meio da participação nas ações e engajamento estimulados pelo PEA Pescarte, a marisqueira percebeu a importância de avançar no protagonismo de história, lutando por suas ideias e buscando possibilidades de trabalho e renda para sua localidade. Se na entrevista de 2017 ela dava os primeiros passos rumo à participação, atualmente, começa a ocupar os “territórios” da pesca. Para além disso, a mesma está inserida e participa de ações coletivas nos espaços de controle social de seu município.

Percebeu-se como a intencionalidade pedagógica do projeto e sua composição estrutural (fases do projeto) permitiram analisar que, embora houvesse uma insatisfação com a demora na implantação dos empreendimentos, pouco a pouco, foi construída e tem se consolidado a organização da classe pesqueira, evidenciando que o objetivo fim já se constrói e, paulatinamente, edifica-se (fortalecimento da classe pesqueira). A personagem-chave demonstrou que, ao longo de

sua inserção no projeto, sua participação se tornou mais qualificada, o que foi notório quando a mesma começou a falar em espaços públicos e coletivos, quando recebeu de seus pares a nomeação como uma representante deles, lugar geralmente predominado por homens. Foi a representante do PEA mais votada em seu município. Verificou-se ainda que o pensamento individualizado, aos poucos, tomou contornos coletivos e regionalizados, pois a pescadora busca melhorias não somente para si, mas para sua comunidade e já demonstra amadurecimento para lutas que extrapolem a Bacia de Campos, reforçando a importância da manutenção da Gestão Ambiental Pública na efetivação da Educação Ambiental Crítica.

Esse resultado de pesquisa revelou também a imprescindibilidade de duas questões ao se analisar as relações nesses territórios: a educação popular e as comunidades tradicionais como promotoras do desenvolvimento local. A primeira questão deve ser analisada à luz da valorização da identidade, do saber tradicional e da cultura dos sujeitos da ação educativa. Ao propor uma formação alinhada com uma educação ambiental crítica, o PEA Pescarte fomenta uma análise mais apurada do território e de suas dinâmicas, criando “uma janela” de oportunidades para superação das lógicas degradantes e excludentes impostas pelo capitalismo.

Quando o olhar está voltado para as comunidades tradicionais, a situação é ainda mais complexa. Em tese, os/as pescadores/as artesanais deveriam confluír esforços para a manutenção dos ecossistemas aquáticos, a fim de assegurarem “matéria prima” para o sustento da família. Porém, na prática, há outros meandros que compõem o cenário e estão para além da ecologia, como por exemplo: (1) os/as pescadores/as que driblam o defeso - situação que compromete a perpetuação do pescado e, conseqüentemente, a sobrevivência das famílias, mas que, rotineiramente, continuam elegendo presidentes de colônias envolvidos com a política municipal da compra e venda de votos e com a manutenção do *status quo* de uma elite; (2) quando elegem um presidente que está em desalinho com as questões ambientais e reproduz o discurso do crescimento econômico a qualquer preço; (3) o presidente que, ao mesmo tempo, aproxima-se deles pela moralidade e conservadorismo de suas práxis.

Conforme descrito, o defeso é uma questão nevrálgica na compreensão desse processo. Porém, os/as pescadores/as não o compreendem, porque os aspectos culturais do aumento das marés, das fases da lua, da temperatura da água, entre outros, não são considerados. Assim, a época escolhida para o defeso, segundo os/as pescadores/as não é a mais adequada. A dificuldade de compreensão dessa “nova” temporalidade se dá pelos aspectos ancestrais desses sujeitos – que não estão assentados em normativas legais.

Daí a importância da educação ambiental crítica: compreender essas normativas, afinar-se com a ecologia, respeitando os espaços-tempo da natureza sem perder de vista a manutenção da cultura, mas, ao mesmo tempo, possibilitar o capitalismo a partir de ações não capitalistas. Tais como: a economia solidária, a construção coletiva e a participação, que são ingredientes ao protagonismo e à autonomia dos sujeitos da ação educativa.

A opção metodológica da pesquisa foi fundamental para a conclusão da mesma. A observação participante favoreceu, por um lado, uma perspectiva mais intimista do processo. Mas, por outro, foi conflituosa, principalmente, na separação dos lugares de fala, enquanto, pesquisadora, educadora socioambiental e estudante.

É importante destacar que os objetivos da pesquisa foram atendidos, propiciando um ganho científico, quando a referência foi a fundamentalidade da construção de conhecimento por meio da confluência entre o saber científico e o saber acadêmico. No entanto, isso não teria sido possível se o ponto de partida não estivesse assentado na participação qualificada dos sujeitos e atores envolvidos no PEA Pescarte.

Nesse sentido, o contato com a personagem-chave e com as tramas que estão imbricadas na

cadeia da pesca; as relações de poder; os limites e as possibilidades da participação como ferramenta de empoderamento, liberdade e desenvolvimento local, despertaram na pesquisadora a necessidade de compreender mais a fundo os “territórios pesqueiros” e todas as dinâmicas neles envolvidas, o que extrapola os objetivos construídos para essa pesquisa, mas permite criar expectativas de continuidade num futuro doutoramento, pois esta Dissertação não põe um ponto final na pesquisa, mas abre perspectivas de novas e, certamente, fecundas contribuições acerca da temática trabalhada e de seus desdobramentos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNSTEI, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

AVANZI, M. R. Ecopedagogia. In: LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

BARBOSA, S. C. A. Participação social, conselhos de desenvolvimento. In: **Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro**. Caderno Didático 1: Organização Social, Meio Ambiente e Processos Formativos. UFRRJ, 2018.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_corredores/_arquivos/snuc.pdf Acesso em: ago./2019

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm Acesso em: ago./2019

BRANDÃO, C. R. Aqui e Agora alguns horizontes diante de nós: entre a Educação Popular e a Pesquisa Participante. Livro Livre, 2018. Disponível em www.sitiodarosadosventos.com.br Acesso em: set./2019

BRUNO, A. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações Revista Online**. Vol. 2 – n.º 2 – 2014.

BRITO, C. I. Uma abordagem sócio-histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais Brasil (MPP). 2016. Disponível: <http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Tese-da-Carmem-copia-final-revisada-Carmem.pdf> Acesso: set./2019

BULHÕES, E., KLOTZ, S. K. V., MOTA, I. S. A., TAVARES, T. C., SANGUÊDO, J. B., CIDADE, C.A.S. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. A Experiência do Município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, Vol. 28 (2). 2016.

CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. N. de. Economia Solidária, Organização Social e Desenvolvimento Comunitário entre Pescadores Artesanais do Litoral Fluminense. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

COSTA, K. V. da; BRITO, C. I. de. Participação Popular na Gestão Pública do Meio Ambiente: A Aderência da Comunidade Pesqueira Artesanal aos Espaços Educativos

Proporcionados pelo Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

COSTA, K. V; SILVA, P. P. da. Capítulo 5 – Marisqueiras de Farol de São Thomé. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Pescarte**: arte e vida, trabalho e poesia. 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S. F. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUEZ, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora HUCITEC. NUPAUB/USP. USP. Revista Ampliada. 6º edição. São Paulo. 2008.

EDUARDO, T. A.; WERNECK, C. P.; BULHÕES, E. M. R. A importância da orla do Farol de São Thomé para Campos dos Goytacazes, RJ e sua inserção no Plano Diretor. **Caderno de Estudos Geoambientais** – CADEGEO v.08, n.01, p.05-16, 2017.

ESTEVES, J. Ensaio de Aplicação do Conceito Rawlsiano de Respeito Próprio ao Caso dos Pescadores Artesanais. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense**: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. 1. ed. - Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, M. (Orgs). **O método (auto) biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

FIRJAN. Manual de Licenciamento Ambiental – Guia de procedimentos passo a passo. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/cart_sebrae.pdf Acesso em: set./2019

GOHN, M. da G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HELLEBRANDT, L. O que torna as mulheres invisíveis na pesca? Reflexões a partir de pesquisa com mulheres da colônia Z3 – Pelotas/RS. In: Martínez, S. A.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

IBAMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 02/10. Disponível em:

http://ibama.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=804&Itemid=719 Acesso em: ago./2019.

LIMA, M. E.; MENEZE Jr.; A. S.; BRZEZINSKI, I. Cidadania: sentidos e significados. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24065_12317.pdf Acesso em: ago./2019.

LAYRARGUES, P. (Re)Conhecendo a Educação Ambiental Brasileira. In: LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. **Texto para Discussão 34**.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. As mulheres resistem! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Jornal-portugu%C3%AAs-web.pdf> Acesso em: set./2019.

MARQUES, A. S. Convite para um ecocídio. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 24, n. 5774, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73403>. Acesso em: set. 2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> Acesso em: ago./2019.

MELO, M. de F. M. de; LIMA, D. E. da S.; STADTLER, H. H. C. O trabalho das pescadoras artesanais: “Coisa de Mulher”. Disponível em: http://www.xxcbed.ufc.br/arqs/gt1/gt1_36.pdf Acesso em: ago./2019.

MONTEIRO, M. H. No terceiro milênio, o homem da casa é a mulher. In: SUZANA, C. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. Disponível em: http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf Acesso em: set./2019.

MOTTA-MAUÉS, M.A. Pesca De Homem/Peixe De Mulher (?): Repensando Gênero Na Literatura Acadêmica Sobre Comunidades Pesqueiras No Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em: ago./2019.

MUNHOZ, D. Alfabetização Ecológica: de indivíduos às empresas do século XXI. In: LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

MUYLAERT, C. J.; SARUBBI Jr., V.; GALLO, R. P.; ROLIM NETO, M. L., REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **RevEscEnferm USP**. 2014; 48(Esp2):193-199.

PEREIRA, M. O. R.; ANELLO, L. de F. S. de.; MOURA; D. V.; PEREIRA, C. da R.; PEREIRA, J. da R.; FIGUEIRA, L. A vida das pescadoras artesanais no litoral brasileiro: perspectivas da educação ambiental. In: Martínez, S. A.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Disponível em: https://cidac.campos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/Plano_Diretor.pdf Acesso em: ago./2019.

PLANO DE TRABALHO PARA O SEGUNDO CICLO DO PROJETO PESCARTE. 2016. Disponível em: http://peabc.ibp.org.br/arquivos/projetos/plano_trabalho/6_pescarte_plano%20de%20trabalho%20segundo%20ciclo_rev.02%20ibama%20final.pdf Acesso em: set./2019.

ONU BRASIL. Licenciamento Ambiental e incertezas. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-licenciamento-ambiental-e-incertezas/> Acesso em: set./2019.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de Gestão Ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA: Brasília, 2004.

QUINTAS, J. S. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.

RAMALHO, C. W. N. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional – da reserva naval a aquícola. **Ruris**. volume 8, número 1. Marco, 2014.

RAMALHO, C. W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 11, n. 2, p. 391-414, maio-ago. 2016.

RODRIGUES, D., H., X., B., C.; JORGE, C. L. P.; FREIRE, M. P.; LIANZA, S. A participação das mulheres na pesca artesanal: uma pesquisa exploratória no Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. **R. Tecnol. Soc.** Curitiba, v. 14, n. 32, p. 173-193, Ed. Especial. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/7917>>. Acesso em: ago./2019.

SANTOS, V. J. dos. A classe pesqueira tem dois sexos: trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na bacia de Campos / RJ. **Barbaró**, Santa Cruz do Sul, 2018, n.51, p. 176-192.

SANTOS, V. J. dos.; TIMÓTEO, G. M. Trabalho e relações de gênero na cadeia produtiva da pesca artesanal na bacia de campos. In: Martínez, S. A.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019.

SANTOS, V. J. dos. A cadeia produtiva do pescado e invisibilidade feminina: prática, representação

e apropriação. In: TIMÓTEO, G. M. (org.). **Educação Ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente**. 2. ed. - rev. e ampl. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, 2007. Vol. I nº1 p. 25-35.

SOUZA, J. de.; MARINHO, M. A. C. As águas onde pescam as mulheres. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/oral-abrasd-joseane.pdf> Acesso em: ago./2019.

SOUZA, S. R.; HELLEBRANDT, L. MARTÍNEZ, S. A.; GANTOS, M. C. **Caracterização do perfil socioeconômico das/os pescadoras/es de Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes - RJ: uma análise dos conflitos socioambientais**. Disponível em: <https://www.mulheresnapesca.uenf.br/prod/oral-coninter-suelen.pdf> Acesso em: out./2019.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

7 ANEXOS

Os anexos dispostos a seguir são para atualizar e ilustrar o contexto da classe pesqueira na Bacia de Campos, a partir do Projeto de Educação PEA Pescarte durante seus cinco anos de atuação. Os dados foram extraídos da coletânea dos quatro livros publicados pelo projeto.

Capítulo 2

Pesca Artesanal e Conflitos Socioambientais na Bacia de Campos

Paulo Sérgio Belchior Mesquita

Geraldo Márcio Timóteo

Luis Felipe Serpa Nogueira

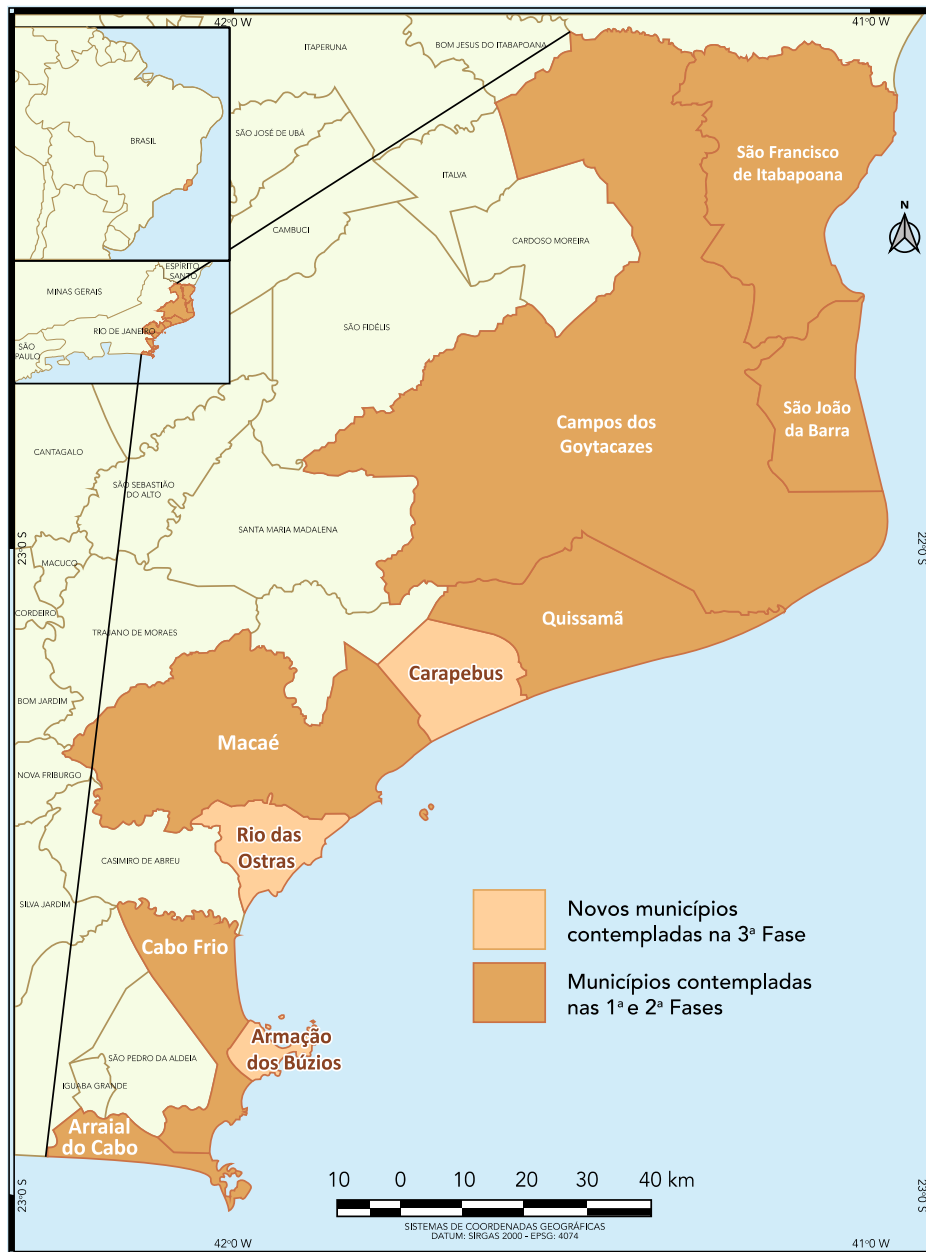
Rhanieri Siqueira

Brenda Kerolly de Souza Guimarães

Carolina dos Santos Oliveira Viana

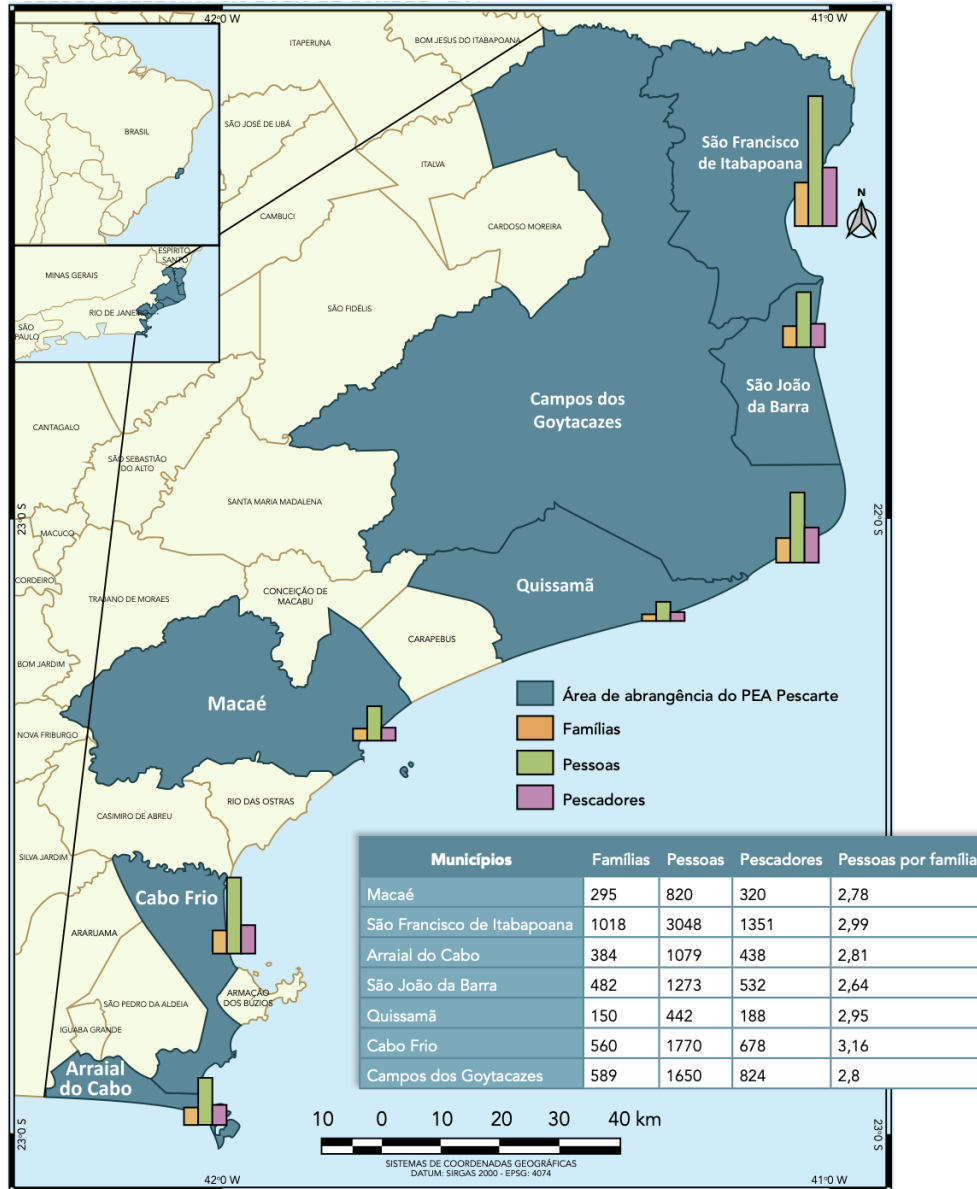
ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PEA PESCARTE

A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, implementado pela Petrobras e com execução técnica da UENF.



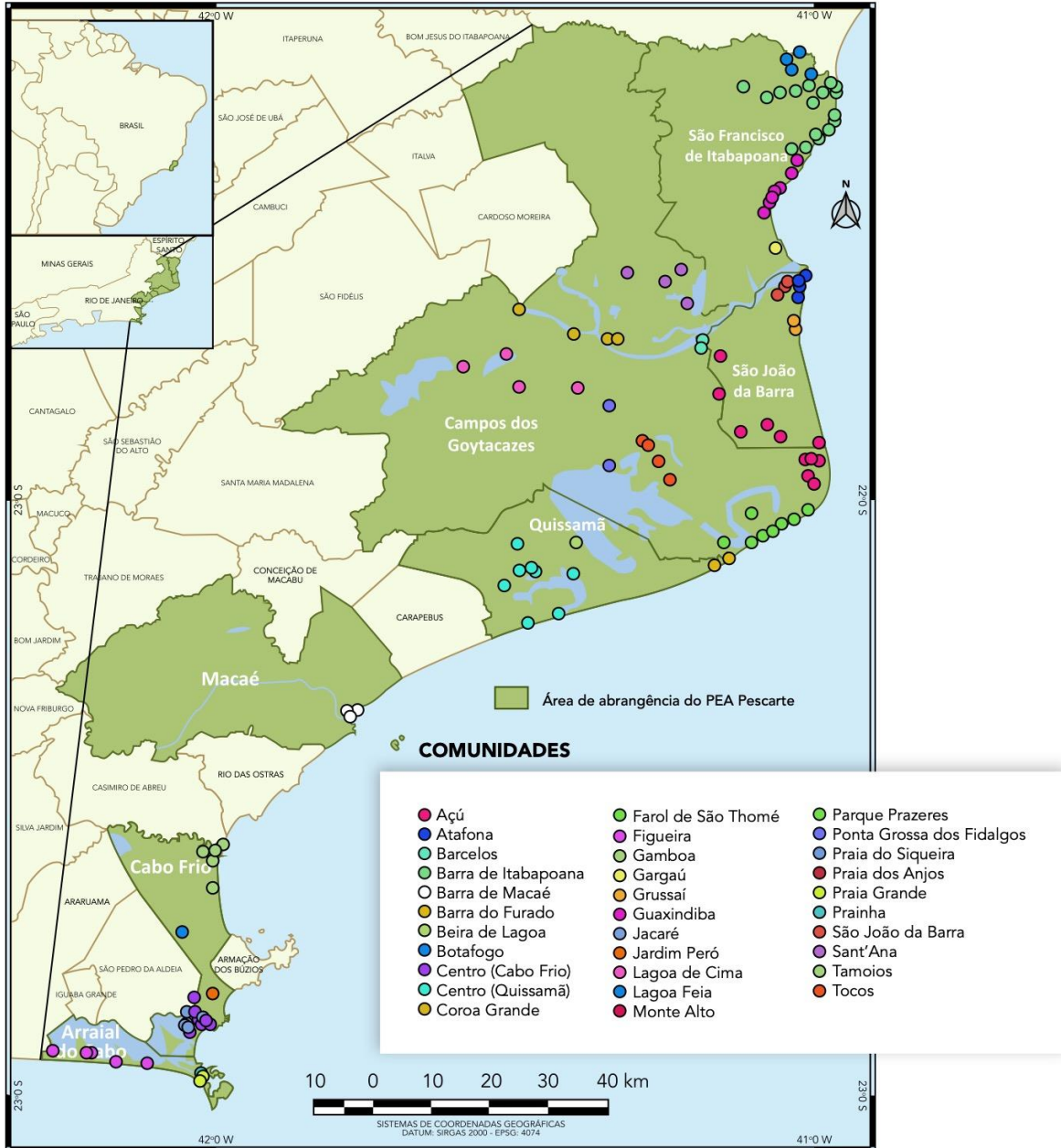
PESCA ARTESANAL

Pesca comercial artesanal é aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta - AB menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I da Lei 11.959/2009).

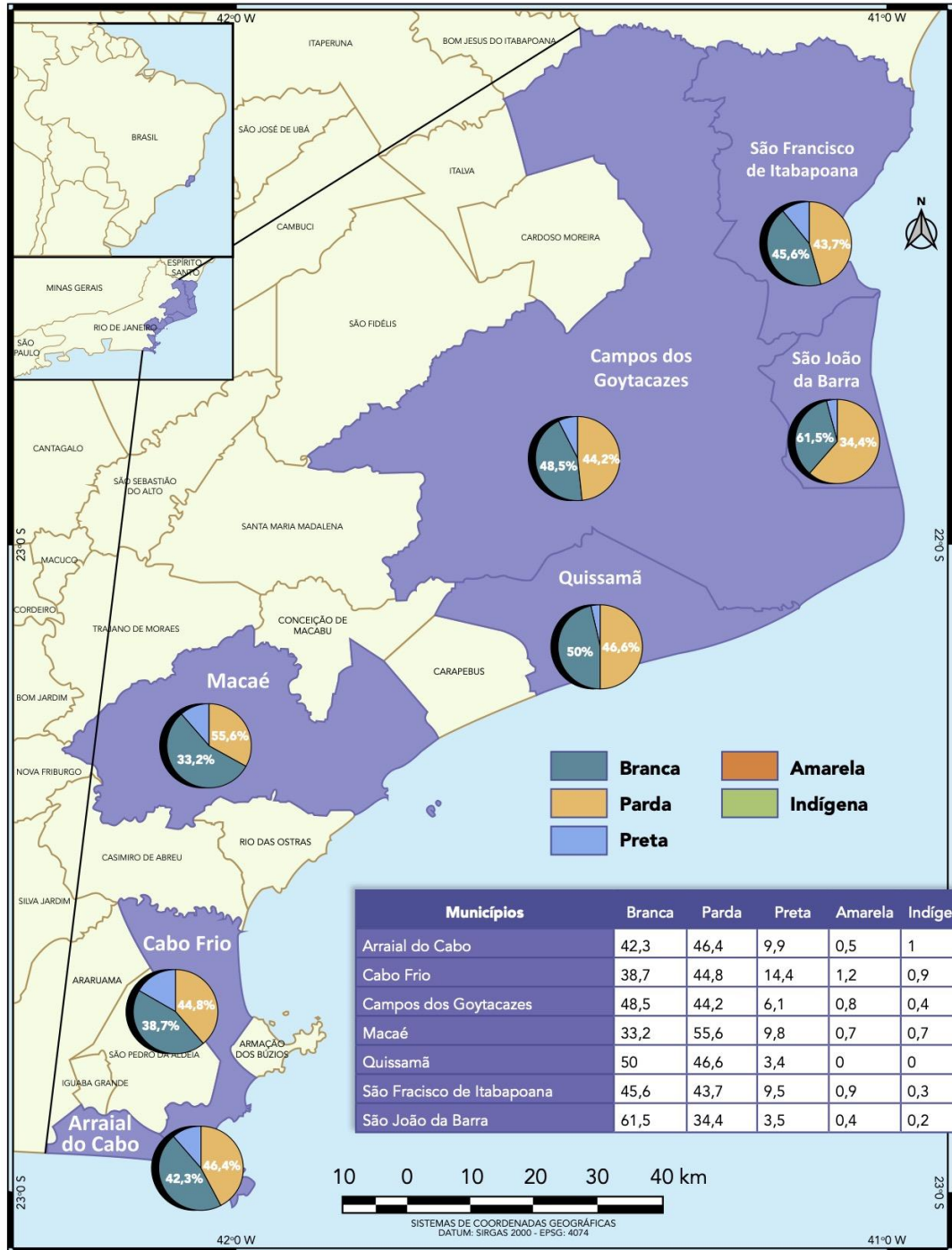


COMUNIDADES PESQUEIRAS

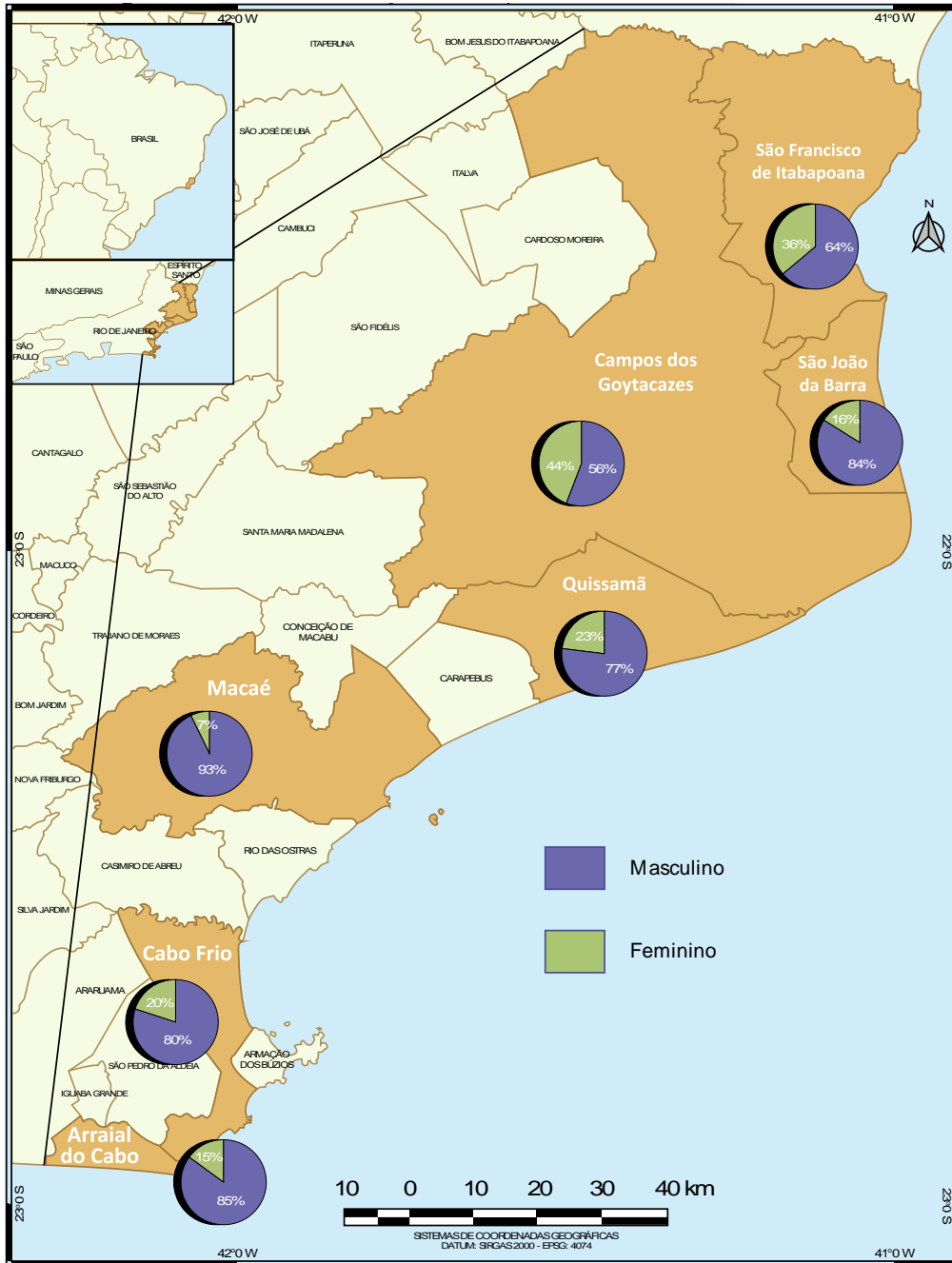
Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (art. 3º, inciso I do Decreto nº 6.040/2007).



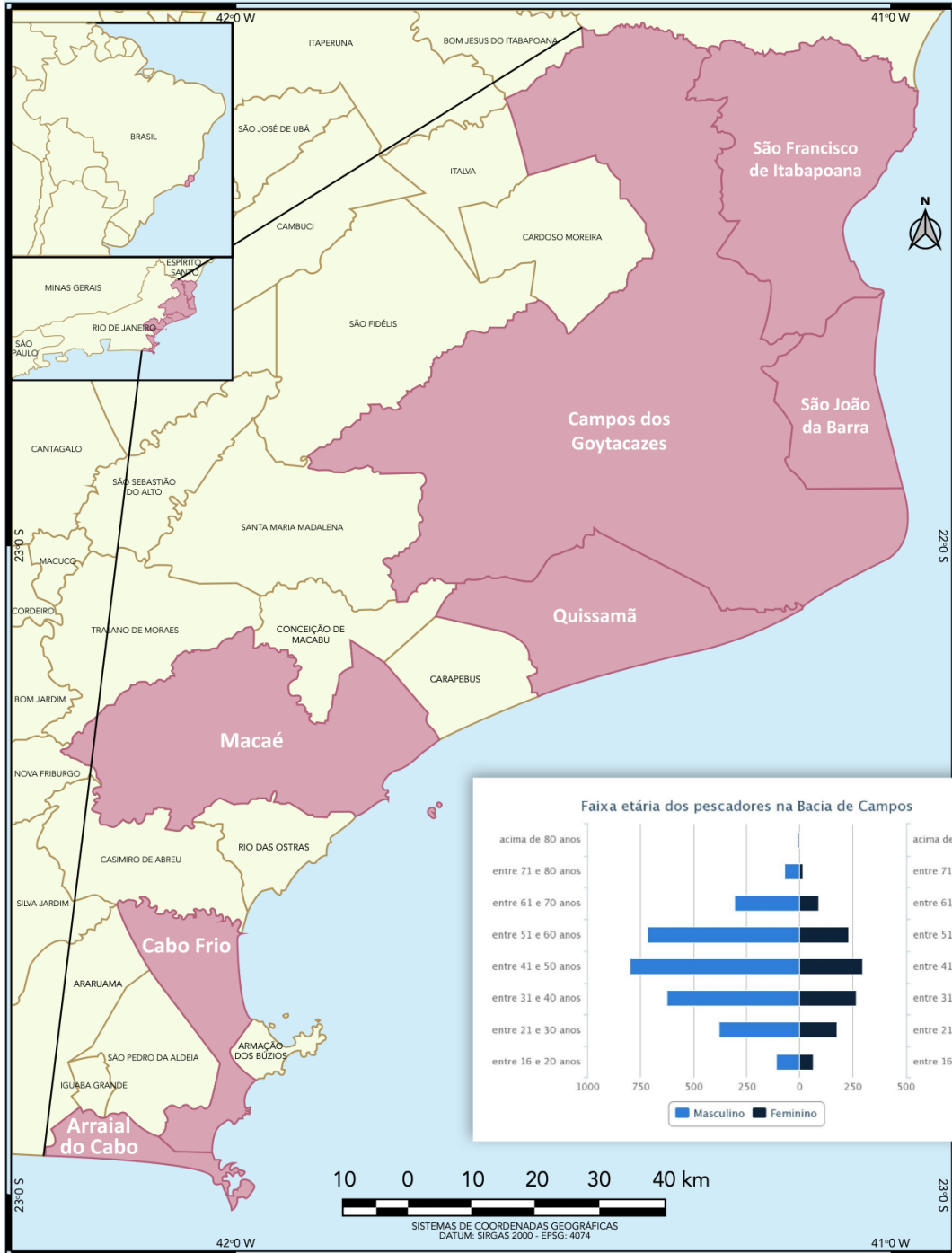
COR



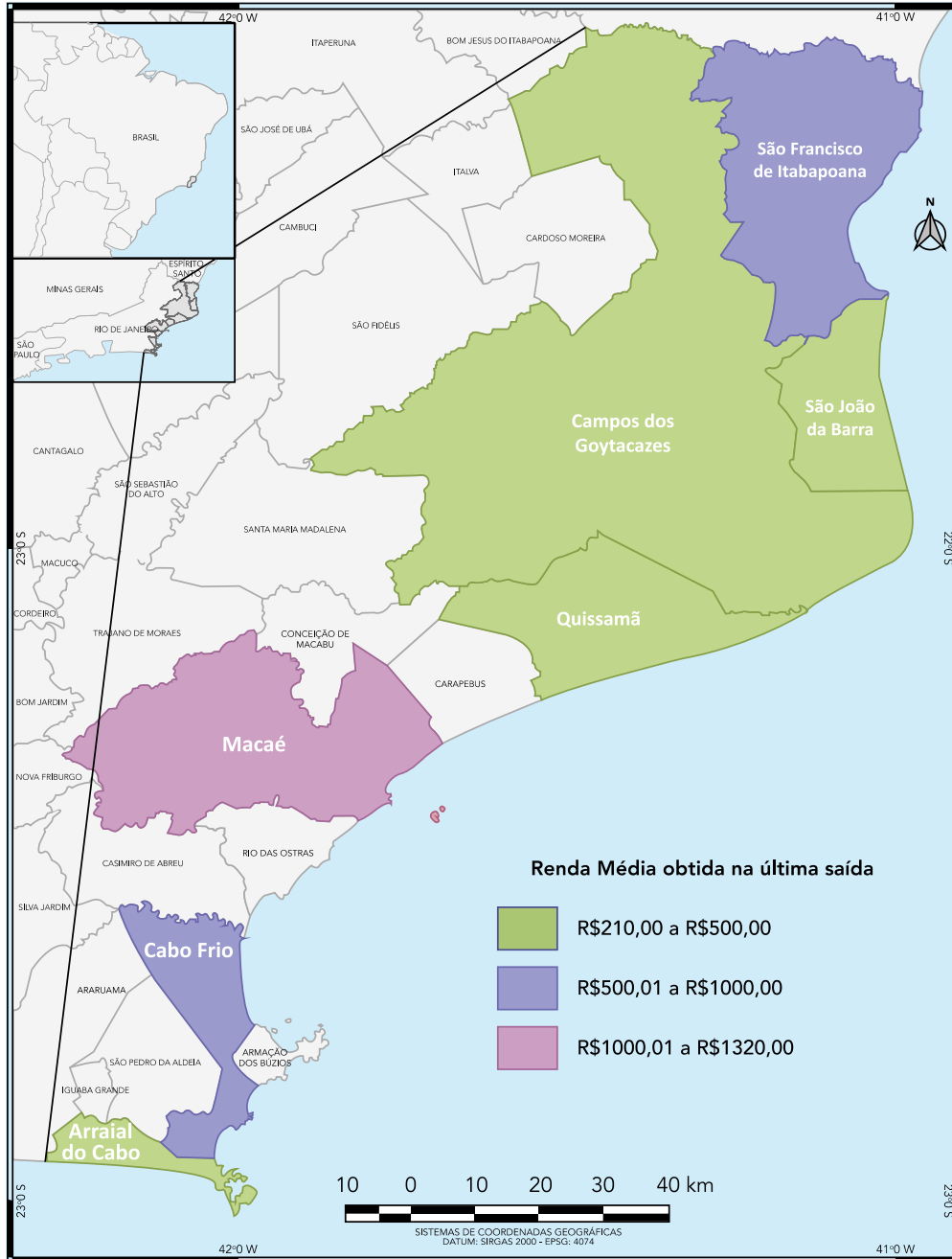
GÊNERO



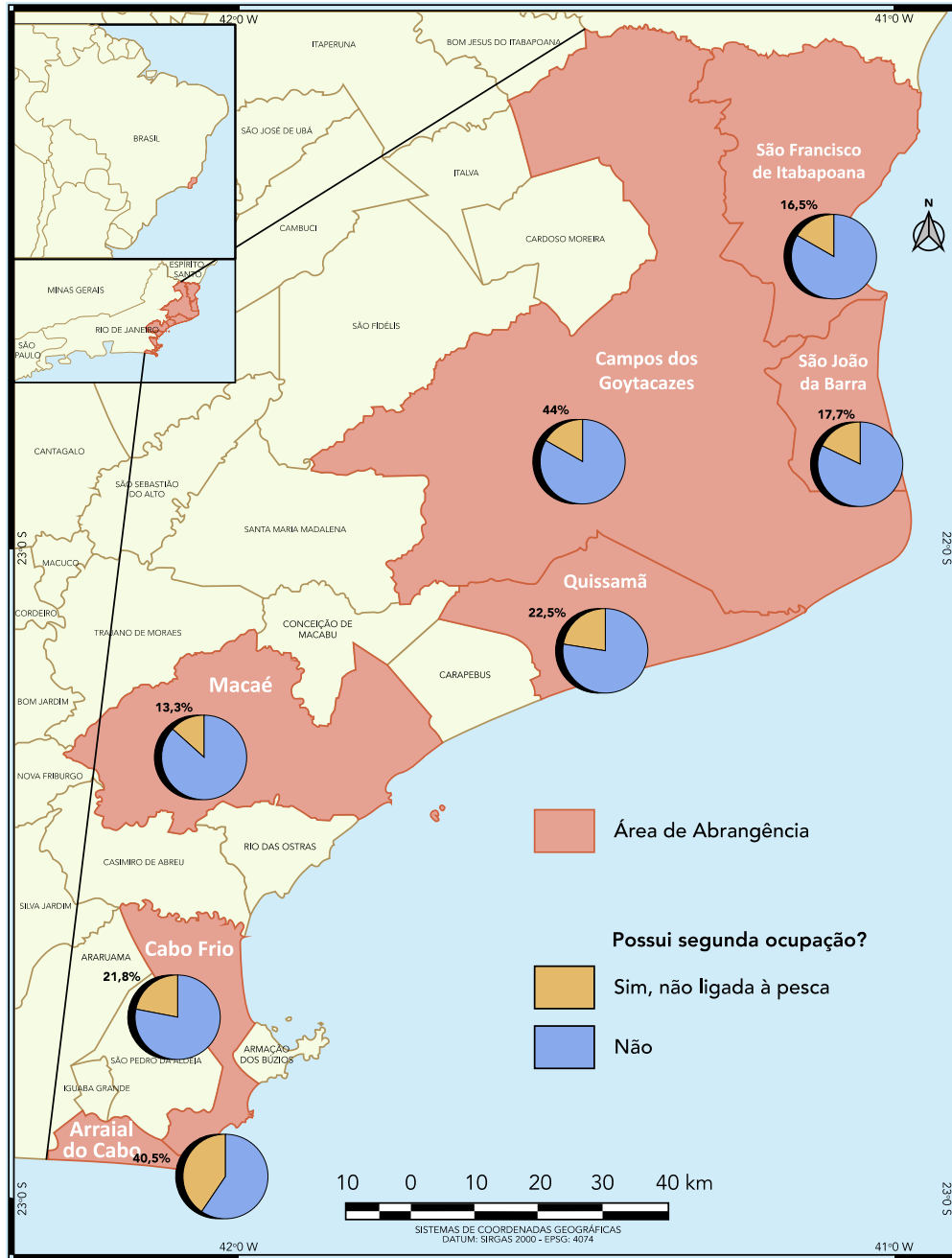
FAIXA ETÁRIA



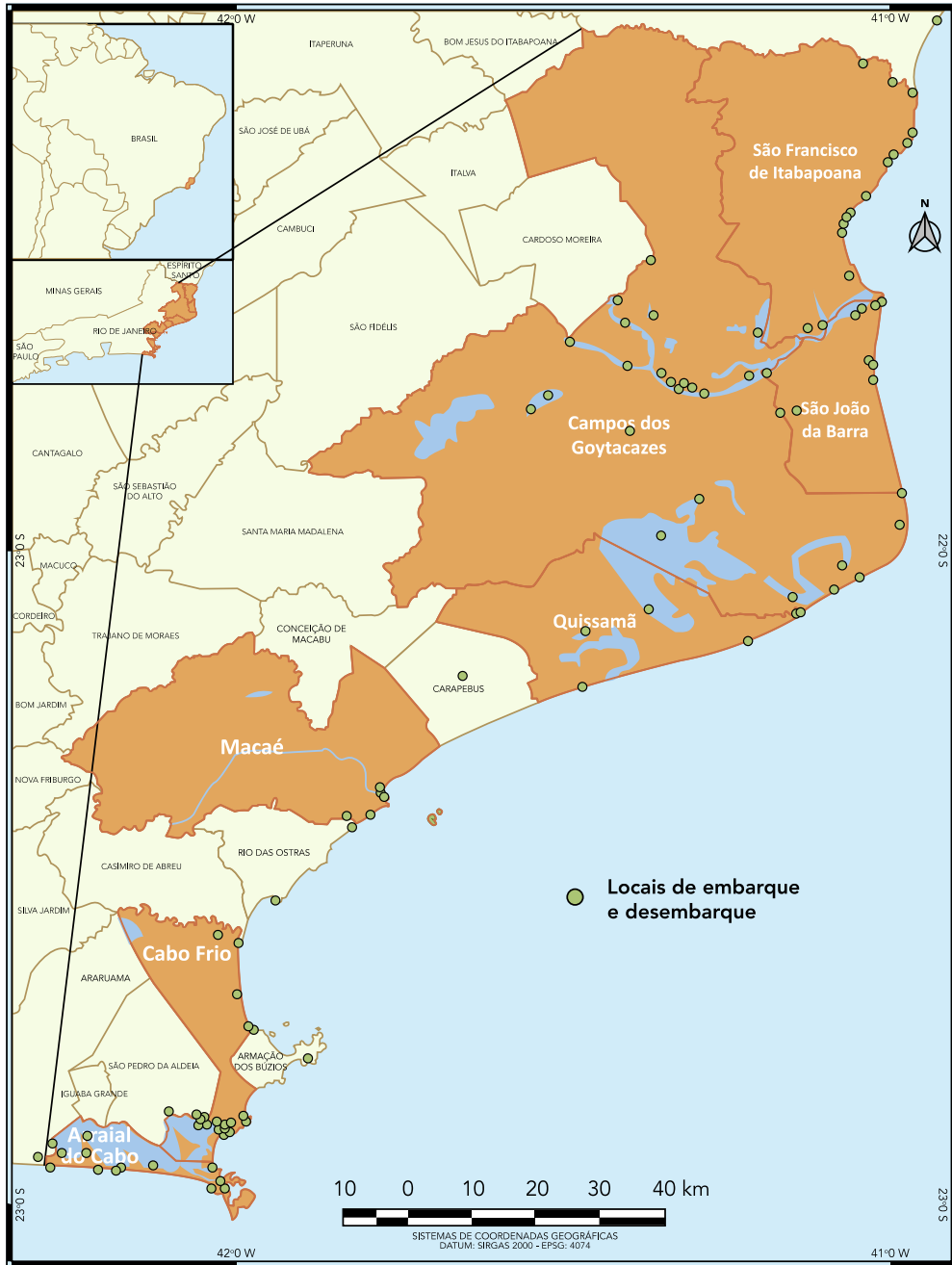
RENDA



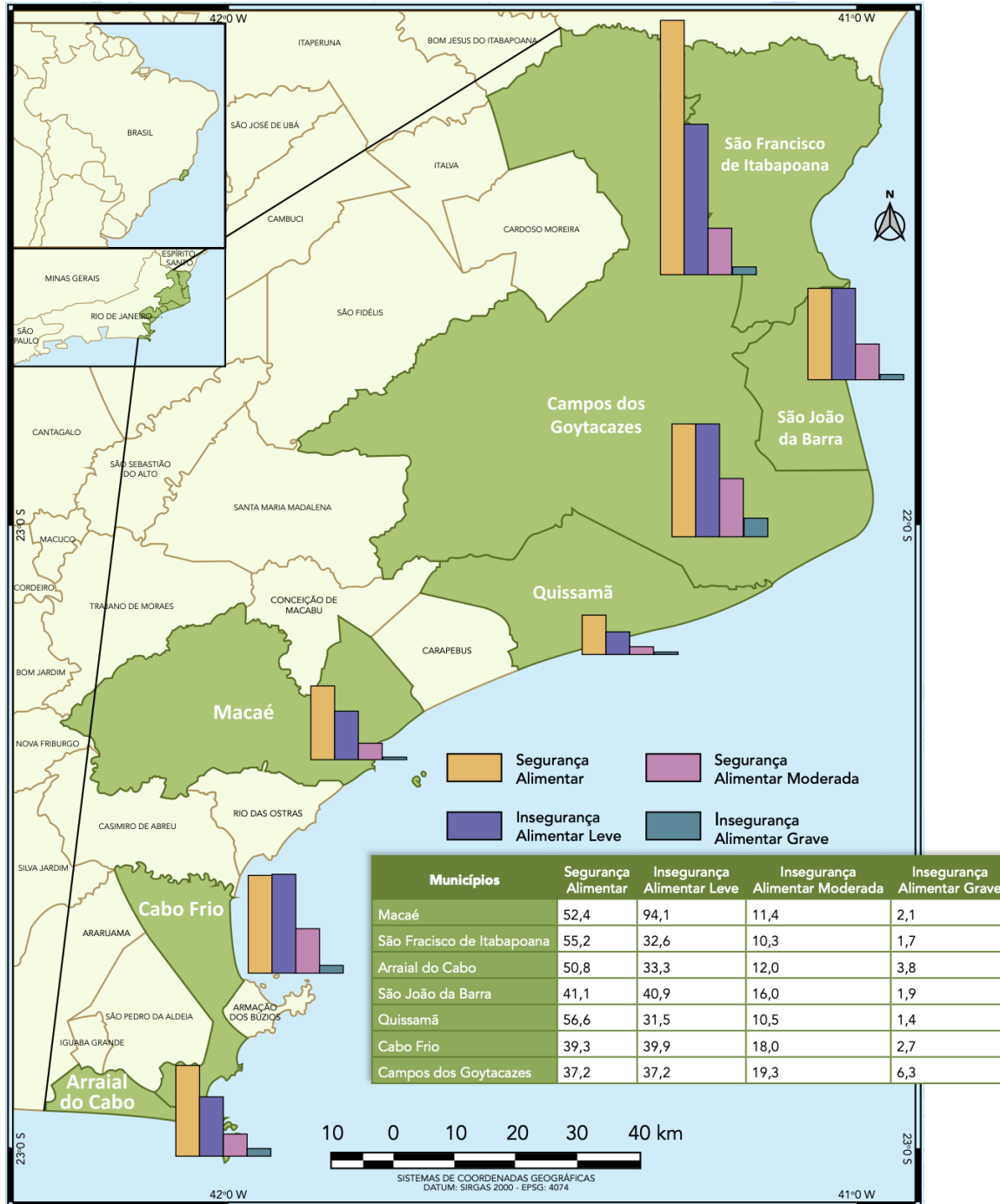
SEGUNDA OCUPAÇÃO



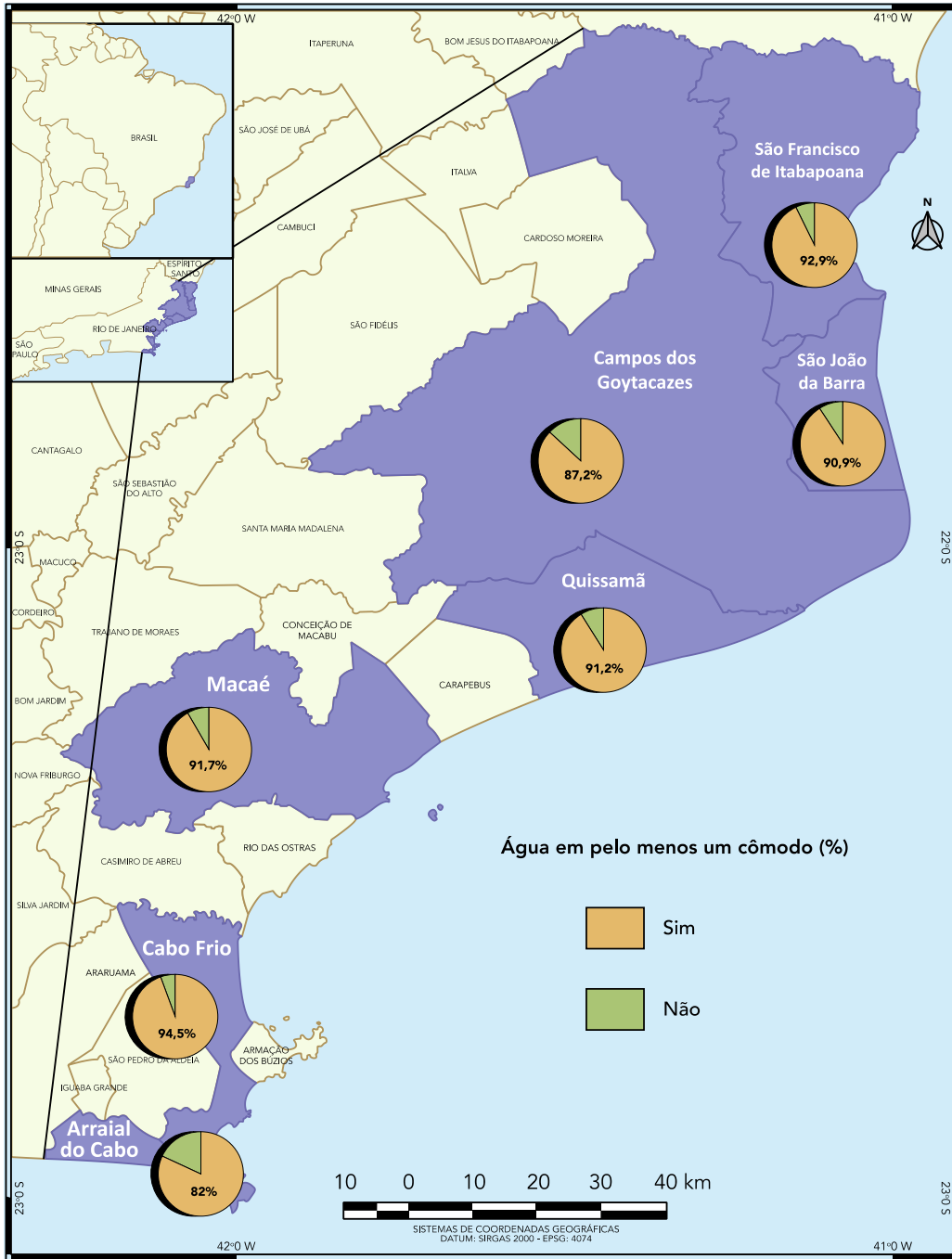
EMBARQUE



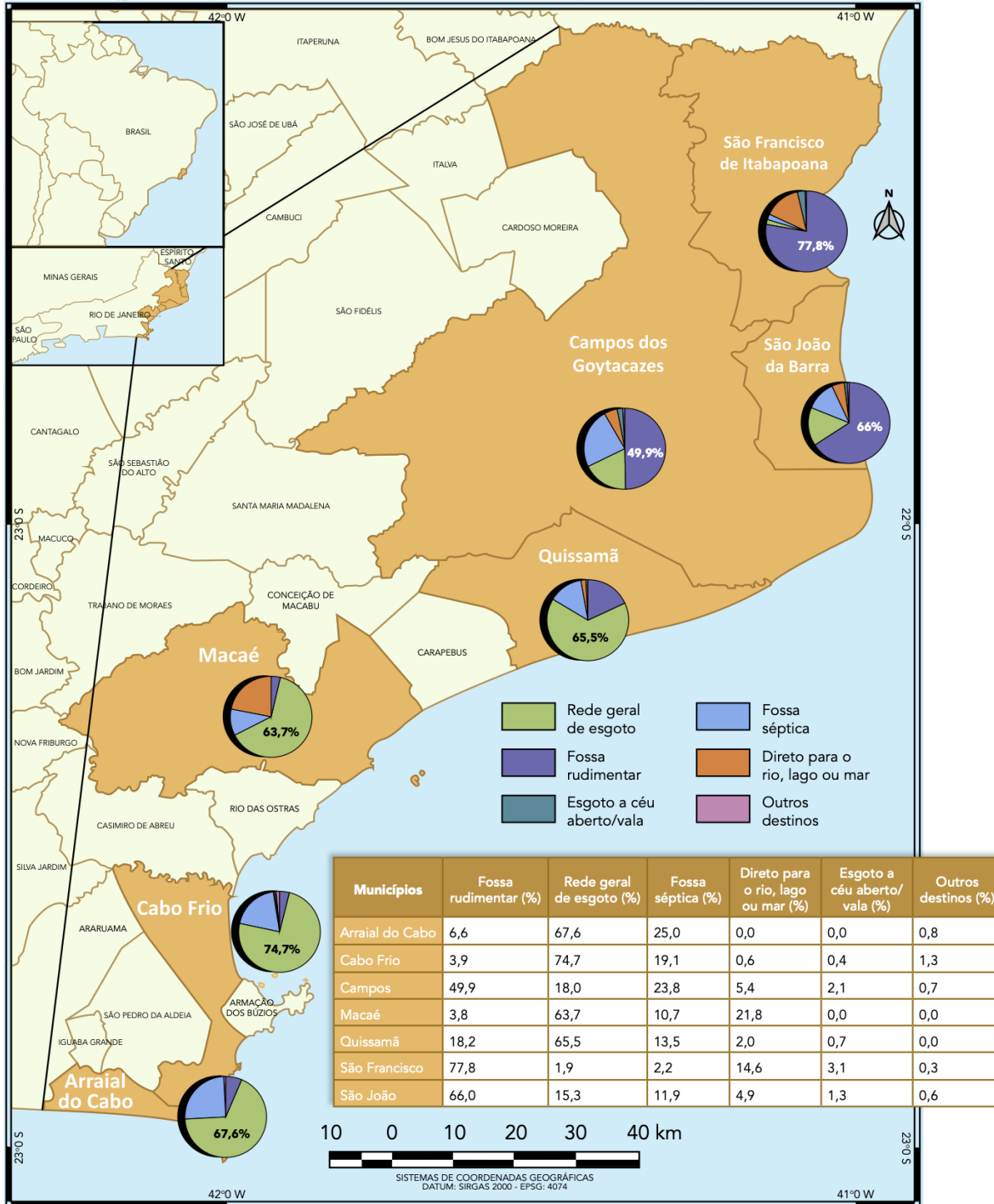
SEGURANÇA ALIMENTAR



SANEAMENTO (ÁGUA)



SANEAMENTO (ESGOTO)



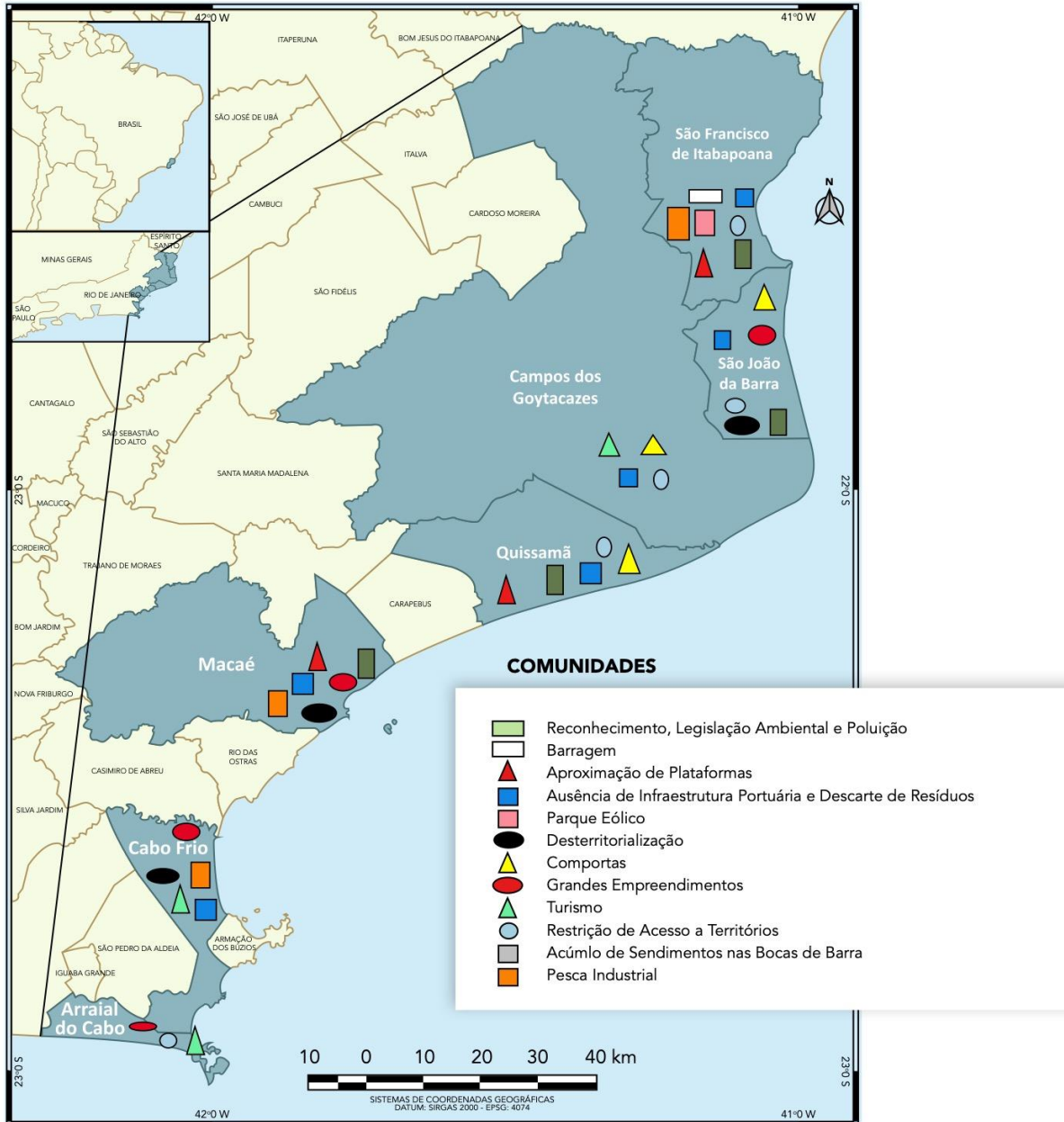
BOCA DE BARRA



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Conflito é a luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses (Giddens e Sutton, 2016).

Conflitos socioambientais são situações em que diferentes grupos sociais disputam a hegemonia pelo acesso, utilização e(ou) gestão de recursos naturais.



Anexo B - Capítulo 5 do livro “Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia”.

Capítulo 5

*Marisqueiras de
Farol de São Thomé*

Klenio Veiga da Costa
Patricia Pereira da Silva



Marisqueira descascando camarão em Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Marisqueiras descamando, esviscerando e filetando o pescado em Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Peixes de água doce que também são beneficiados pelas marisqueiras
Acervo Pescarte



Principais peixes de água salgada processados pelas Marisqueiras do Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Marisqueiras de Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Marisqueiras de Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Marisqueira em Farol de São Thomé
Acervo Pescarte



Registro do dia de trabalho pelo olhar da Marisqueira Janaina Minguta
Acervo Pescarte



Facas e tesouras: os principais instrumentos de trabalho das marisqueiras
Acervo Pescarte



Marisqueira Rosangela demonstrando como organizar os filés para o congelamento
Acervo Pescarte

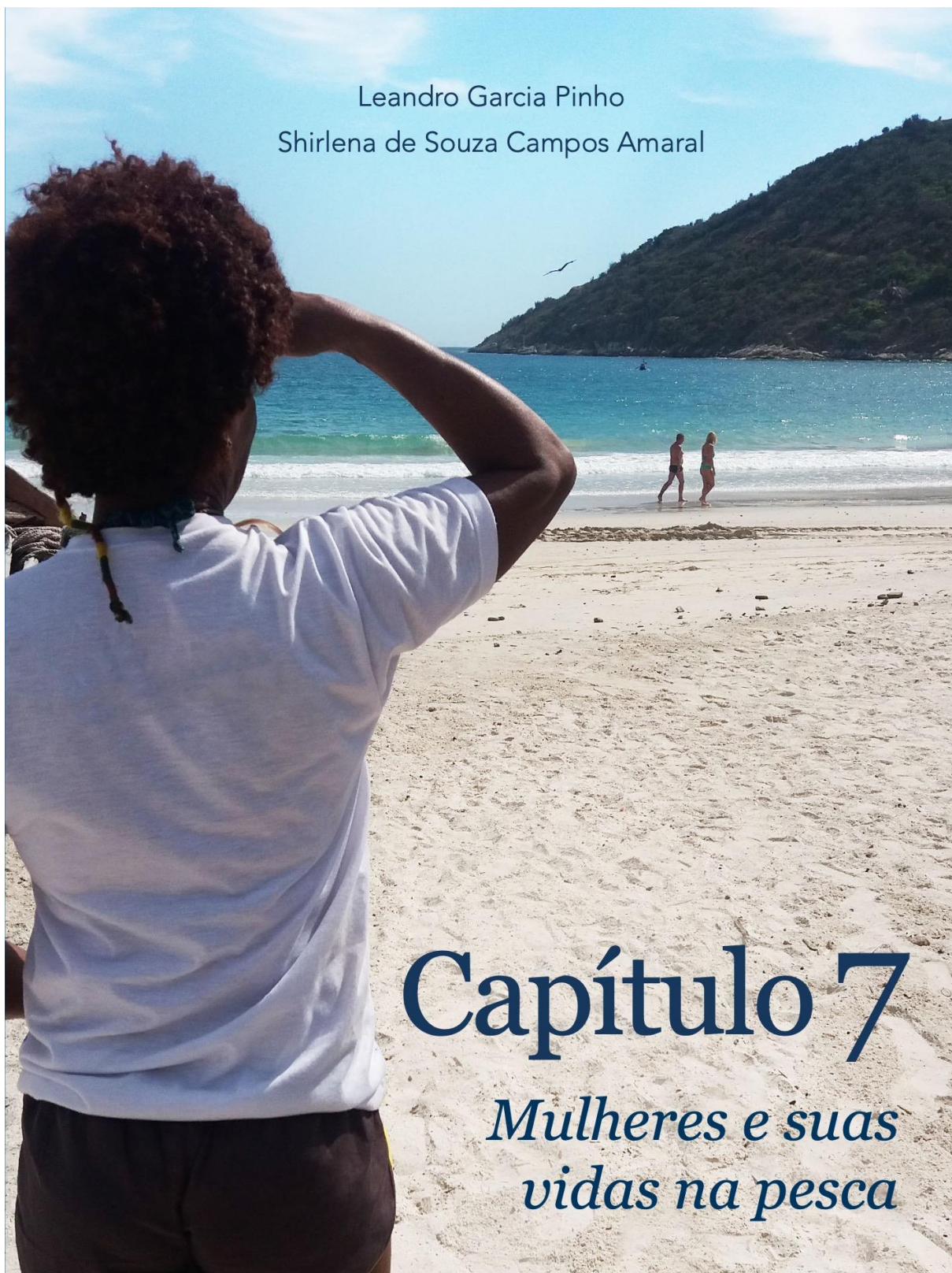


Marisqueiras reunidas em um Fundo de Quintal em reunião com o PEA Pescarte
Acervo Pescarte



Marisqueiras em uma reunião do PCAP PGS na UENF, Campos dos Goytacazes
Acervo Pescarte

Anexo C - Capítulo 7 do livro “Pescarte: arte e vida, trabalho e poesia”.



Leandro Garcia Pinho
Shirlena de Souza Campos Amaral

Capítulo 7

*Mulheres e suas
vidas na pesca*



Pescadora à beira-mar em Arraial do Cabo
Acervo Pescarte



Pescadoras indo para mais um dia de
pesca em Arraial do Cabo
Acervo Pescarte



Prática do descasque do camarão em São
Francisco de Itabapoana
Acervo Pescarte



Mãos que beneficiam em Guaxindiba,
São Francisco de Itabapoana
Acervo Pescarte



Pescadora e descasadeira limpando
camarão em Guaxindiba
Acervo Pescarte



Pescadora filetando peixe em São
Francisco de Itabapoana
Acervo Pescarte



Pescadora filetando peixe em São
Francisco de Itabapoana
Acervo Pescarte



Catadora de caranguejos preparando-se
para fazer um amarrado dos crustáceos
em São Francisco de Itabapoana
Acervo Pescarte



Descasadeira trabalhando com camarão
na Praia do Siqueira, Cabo Frio
Acervo Pescarte



Pescadoras chegando da pescaria em
Arraial do Cabo
Acervo Pescarte



Crianças andando de bicicleta em
Quixaba, São João da Barra
Acervo Pescarte



Crianças acompanham chegada do
pescado numa praia em Arraial do Cabo
Acervo Pescarte

Anexo D - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido da participação da pessoa como sujeito da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**



Km 47, Antiga Rio-São Paulo
23851-970 - Seropédica – RJ
☐ (021) 3787-3741 / 3772

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA/DEMANDA SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira do Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte”. Meu nome é MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação está concentrada no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola com a linha de pesquisa: Educação Agrícola, Ambiente e Sociedade. A pesquisa apresenta como objetivo analisar as transformações sociais ocorridas na vida de uma marisqueira, que participa, ativamente, nas ações do PEA Pescarte. O recorte espacial é a Vila dos Pescadores, localizado em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes (RJ). O estudo é orientado sob a supervisão da Professora Dra. Ana Maria Dantas Soares. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa se justifica na manutenção e na ocupação das arenas de poder, que estão imbricadas na Gestão Ambiental Pública (GAP), no que se refere, especificamente, ao licenciamento ambiental de Petróleo e Gás (P&G), que atende à comunidade em condição de vulnerabilidade socioambiental/comunidades tradicionais. A contribuição para a pesquisa é livre e sem custos para o entrevistador e o entrevistado. Estou ciente de que os dados coletados (depoimentos, fotografias e vídeos) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da área. Os dados coletados somente serão utilizados na pesquisa. Os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. A acadêmica Mônica do Nascimento Brito, conseqüentemente, será autorizada a utilizar, a divulgar e a publicar, para fins de pesquisa, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permite a terceiros o acesso para fins idênticos. O entrevistado poderá obter informações

do andamento da pesquisa pelo e-mail: monicabuenf@gmail.com ou pelo telefone (22) 99811-0393. Assim como, recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Mônica do Nascimento Brito

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, portador do documento _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira do Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte” (título provisório), como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Campos dos Goytacazes, RJ, ____ / ____ / ____

Assinatura do entrevistado(a): _____

Anexo E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a utilização da entrevista concedida em 2017 a pesquisadora Rafaella Theis, que gerou a produção da dissertação intitulada “Marisqueiras” da Bacia de Campos – Relações de Gênero e o Trabalho da Mulher na Pesca Artesanal no Rio de Janeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



Km 47, Antiga Rio-São Paulo
23851-970 - Seropédica – RJ
☐ (021) 3787-3741 / 3772

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA/DEMANDA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira do Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte”. Meu nome é MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação está concentrada no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola com a linha de pesquisa: Educação Agrícola, Ambiente e Sociedade. A pesquisa apresenta como objetivo analisar as transformações sociais ocorridas na vida de uma marisqueira, que participa, ativamente, nas ações do PEA Pescarte. O recorte espacial é a Vila dos Pescadores, localizado em Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes (RJ). O estudo é orientado sob a supervisão da Professora Dr^a Ana Maria Dantas Soares. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa se justifica na manutenção e na ocupação das arenas de poder, que estão imbricadas na Gestão Ambiental Pública (GAP), no que se refere, especificamente, ao licenciamento ambiental de Petróleo e Gás (P&G), que atende a comunidade em condição de vulnerabilidade socioambiental/comunidade tradicionais. A contribuição com a pesquisa é livre e sem custos para o entrevistador e o entrevistado. Estou ciente que os dados coletados (depoimentos, fotografias e vídeos) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos da área. Os dados coletados somente serão utilizados na pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos. A acadêmica Mônica do Nascimento Brito, conseqüentemente, será autorizada a utilizar, a divulgar e a publicar, para fins de pesquisa, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permite a terceiros o acesso para fins idênticos. O entrevistado poderá obter informações

do andamento da pesquisa pelo e-mail: monicabuenf@gmail.com ou pelo telefone (22) 99811-0393. Assim como, se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Mônica do Nascimento Brito

CONSENTIMENTO PARA A UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA CONCEDIDA EM 2017 A PESQUISADORA RAFAELLA THEIS, QUE GEROU A PRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO INTITULADA “MARISQUEIRAS” DA BACIA DE CAMPOS – RELAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER NA PESCA ARTESANAL NO RIO DE JANEIRO.

Eu, _____, portador do documento _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Lugar de mulher é na pesca: o olhar de uma marisqueira do Farol de São Thomé, Campos dos Goytacazes, a partir do PEA Pescarte” (título provisório), como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora MÔNICA DO NASCIMENTO BRITO sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Campos dos Goytacazes, RJ, ____ / ____ / _____